

ELISA PATRÍCIA FERNANDES MATIAS

**O PROBLEMA DA HABITAÇÃO EM LUANDA FACE
OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI**

Requalificação do Bairro Morro-Bento II

Orientador: Professor Doutor Carlos Vieira de Faria

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Lisboa

2015

ELISA PATRÍCIA FERNANDES MATIAS

**O PROBLEMA DA HABITAÇÃO EM LUANDA FACE
OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI**

Requalificação do Bairro Morro-Bento II

Dissertação defendida em prova pública na
Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia
no dia 09/03/2016, perante o júri, nomeado pelo
Despacho de Nomeação nº452/2015 de 2 de
dezembro de 2015, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Pedro Carlos Bobone
Ressano Garcia

Arguente: Professor Doutor Vasco Maria Tavela de
Sousa Santo Pinheiro

Orientador: Professor Doutor Carlos Vieira de Faria

Vogal: Professor Doutor André Ricardo de Brito Caiado

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Lisboa

2015

Dedicatória

Dedico esta investigação às ilustres pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho:

Aos meus Pais: Afonso e Cristina
Aos meus Irmãos (Marlene, Wilma e Cossengue)
Ao meu Noivo Milton
Aos meus Amigos
E a Cidade de Luanda

Agradecimentos

Durante os anos de curso e de árduo percurso de construção e amadurecimento que não é realizado de forma fácil e sem esforço, eis chegado o momento de expressar todo meu sentimento de gratidão pelas pessoas que contribuíram para este momento.

Todo o caminho percorrido para a elaboração desta dissertação, só foi possível graças ao apoio imprescindível de muitas pessoas, com diferentes níveis de influência e participação.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, Afonso e Cristina que me permitiram chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida e que sempre depositaram em mim muito apoio e confiança. Vocês foram e sempre serão os pilares basilares que permitiram construir este percurso e ensinaram a nunca desistir daquilo que faz sentido para a minha vida.

Agradeço aos meus irmãos Wilma, Cossengue em especial à minha irmã Marlene, minha companheira de batalha, pela paciência em me ouvir em altas horas da noite cantando ou conversando com os livros, o que a restringiu de sono por muitas noites, obrigada pela flexibilidade em entender os vários dias de humores variáveis e ansiedades. Agradeço pelo seu amor, alegria e atenção sem reservas, a sua companhia não poderia ter sido melhor.

Agradeço ao meu amado Milton pela amizade, companheirismo, apoio, confiança que em mim depositou ao longo desta etapa, pelo espírito positivo, confiante, e uma disposição constante que prevaleceu em todos os momentos de angústia, desalento e frustração com que me deparei durante estes anos de estudo. Você sempre disse que eu conseguiria chegar até ao fim. E, aqui estou eu, no fim deste percurso. Por tudo isto, muito obrigado.

Quero agradecer ao Professor Doutor Carlos Vieira de Faria, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, acompanhamento, aconselhamento, incentivo e apoio prestado ao longo desta tarefa, pela insistência no meu amadurecimento na compreensão dos mais pequenos detalhes e pelos conhecimentos transmitidos, contribuindo para que esta dissertação se concretizasse com sucesso.

Ao Professor Mestre Arquitecto Bernardo Vaz Pinto, co-orientador, agradeço pelo tempo disponibilizado, pelo optimismo que encarou o meu trabalho bem como todo apoio e conhecimentos transmitidos.

Para a elaboração desta dissertação foi fundamental estabelecer contacto com o Arquitecto Jorge Matias, muito obrigado pelo apoio prestado, pela gentileza de me receber sempre que solicitado, e pelos documentos concedidos.

Um agradecimento muito especial à IDOM que se prontificara desde sempre a disponibilizar todo material fundamental para a elaboração desta dissertação, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos de longa data, Paulo Paim, Jandira Moura e Ilzik Carvalho, fico-vos muito grata pelo ânimo, incentivo e a coragem que sempre me deram para continuar e concluir esta etapa.

Por último, e não menos importante, agradeço à Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, mais especificamente ao Departamento de Arquitectura e a todos os professores, colegas e amigos que em parte contribuíram para a minha formação e para aquilo que sou hoje.

A todos Vós os mais cordiais agradecimentos!

Resumo

O grave problema da habitação em Angola subsiste desde os finais da década de 50 do século passado, em consequência de factores históricos, políticos, económicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Na actualidade, este problema ganha notoriedade devido a muitas décadas de guerra civil que provocou deslocações populacionais maciças das zonas rurais para as cidades. A presença visível dos musseques é algo que continua a marcar a paisagem urbana de Luanda, importando questionar, aprofundar e repensar esta situação de bairros espontâneos e ilegais, sobretudo agora que defronta desafios próprios de uma capital de um novo país emergente.

Dispondo o país de um quadro legal, no que respeita ao ordenamento do território e planeamento urbanístico, estes bairros estão a ser palco de várias experiências e intervenções urbanas. Porém, os modelos urbanos seguidos estão ainda imbuídos de uma visão expansionista da cidade valorizando a construção de novas cidades ou a demolição do edificado.

A presente pesquisa partiu da hipótese que afirma os musseques como fazendo parte da história, da memória e da identidade de Luanda, pressupostos que conduzem à definição de um outro tipo de intervenção urbana baseada no conceito de requalificação urbana e que permite a reinvenção dos musseques, repensando-os no século XXI e valorizando-os como parte da cidade. O reescrever Luanda na atualidade passará, então, por saber combinar a preservação e salvaguarda com intervenções ativas de requalificação urbana. Tal possibilitará aos seus habitantes, não apenas melhores condições de habitação, mas também a possibilidade de fruir de espaços públicos de qualidade, onde as relações socioculturais sejam intensas e dinâmicas (característica dos musseques).

Estas preocupações foram estudadas e pesquisadas no Bairro Morro Bento II, tendo como base o seu Plano de Requalificação.

Palavras-chaves: Problema Habitacional, Luanda, Musseques, Requalificação Urbana, Identidade Cultural, Morro Bento II.

Abstract

The serious problem of housing in Angola exists since the late 50s of last century as a result of historical factors, political, economic, social, cultural, religious, etc. Currently, this problem gained notoriety due to many decades of civil war that caused massive population movements from rural areas to the cities. The visible presence of slums is something that continues to mark the cityscape of Luanda, importing question, deepen and rethink the situation of spontaneous and illegal neighborhoods, especially now that facing own challenges in a capital of a new emerging country.

Featuring the country a legal framework with regard to land use and urban planning, these neighborhoods are the venue of various experiences and urban interventions. However, followed urban models are still imbued with an expansive view of the city highlighting the construction of new cities or the demolition of the building.

This study hypothesized that states the slums as part of history, memory and identity of Luanda, assumptions leading to the definition of another type of urban intervention based on the concept of urban renewal and allows the reinvention of the slums, rethinking them in the twenty-first century and regarding them as part of the city. The rewrite Luanda today will, then, knowing combine the preservation and protection with active interventions of urban renewal. This will enable its inhabitants not only better housing, but also the opportunity to enjoy quality public spaces where socio-cultural relations are intense and dynamic (characteristic of slums).

These concerns have been studied and researched in the neighborhood Morro Bento II, based on its Redevelopment Plan.

Key words: Housing Problem, Luanda, Slums, Urban Requalification, Morro-Bento II

Lista de Abreviaturas

CEU – Conselho Europeu de Urbanistas

CIAM – Congresso Internacional da Arquitectura Moderna

DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Urbano

ICOMOS – Internacional Council of Monuments and Sites

MINUHA – Ministério de Urbanismo e Habitação

PNUH – Programa Nacional de Urbanismo e Habitação

UTGSL – Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda

Índice Geral

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Resumo	6
Abstract	7
Lista de Abreviaturas	8
Índice de Figuras	10
Introdução	14
Capítulo I – Da Cidade Industrial à Cidade Contemporânea: O Problema da Habitação	24
1.1 – A cidade industrial colonial e migrações campo-cidade	24
1.2 – Influência do modelo urbano: Cidade-Jardim	27
1.3 – A questão patrimonial das cidades (Documentos de organizações internacionais sobre o património)	30
1.4 – Requalificação Urbana como nova política urbana	34
1.4.1 – Evolução da definição e enquadramento da requalificação urbana	34
1.5 – Independência das colónias e novos desafios das cidades actuais	37
1.6 – As cidades africanas no século XXI	39
1.7 – O Problema da habitação.....	41
Capítulo II – Luanda Industrial: do século XIX ao século XXI	46
1.1 – Breve Enquadramento histórico: Luanda	47
1.2 – Processo de Crescimento Urbano de Luanda	49
1.3 – Musseques de Luanda e o problema da habitação.....	55
1.4 – Políticas urbanas atuais de Requalificação urbana em Angola.....	68
1.5 – Análise do quadro legal.....	75
1.6 – Caracterização do objecto de estudo: Bairro Morro Bento II	79
Capítulo III – Caso de Estudo: Projecto Executivo e Programa de Requalificação IDOM / Bairro Morro Bento II	87
1.1 – Antecedentes	88
1.2 – Descrição do Plano de requalificação do bairro Morro Bento II	91
1.3 – Análise crítica ao Plano	96

1.4 - Análise e Resposta a Problemática	98
Conclusão	105
Referência Bibliografia	109
Anexos	115
1. Sistema de Gestão Território Portugal/Angola	115
Anexo 1 – Sistema de Gestão Território Portugal/Angola	115
2. Cartas de Análise do Bairro Morro Bento II	116
Anexo 2 - Carta de Planta Geral.	117
Anexo 3 - Carta de Usos do Solo.	118
Anexo 4 - Carta de Usos e Tipologias.....	119
Anexo 5 - Carta de Eixos Viários.....	120
Anexo 6 - Carta de Hierarquia Viária.....	121
Anexo 7 - Carta de Espaços Públicos.	122
Anexo 8 - Carta de Equipamentos Existentes.	123
Anexo 9 - Carta de Espaços Vazios e Arborização.....	124
Anexo 10 - Carta de Condição dos Edifícios.....	125
Anexo 11 - Carta de Diagnóstico.....	126
3. Cartas da Proposta de Requalificação para o Bairro Morro Bento II	127
Anexo 12 - Carta de Estratégia de Intervenção.....	128
Anexo 13 - Carta de Proposta de Equipamento.....	129
Anexo 14 - Carta de Proposta de operações urbanas futuras.	130
Anexo 15 - Carta de Parcelamento de usos para operações urbanas futuras.	131
Anexo 16 - Carta de Proposta de zonamento.	132
Anexo 17 - Carta de Tráfego e Acessibilidade.	133
Anexo 18- Carta de Proposta de espaços públicos.....	134
Anexo 19- Carta de Demolição.	135
Anexo 20 - Carta de Plano de etapas.	136

Índice de Figuras

Fig. 1 - Modelo teórico do desenvolvimento das cidades-jardins Etienne de Gröer, 1932. Fonte: Maria Fonte (2012, p.55).....	28
Fig. 2 - Planta de urbanização de Luanda e suas Cidades Satélites elaborada por cara Municipal de Luanda Arq. Etienne De Gröer e Arq. David Moreira da Silva 1942. Fonte: Wilfred Figueiredo, (2008, p.24).....	29
Fig. 3 - Esquema do Plano " Luanda e os seus satélites" Vasco Vieira da Costa, 1948 e Esquemas de organização proposto para cidade-satélite nº3, na relação entre europeus e indígenas, 1948. Fonte: Fonte, 2012, p.56.	30
Fig. 4 Centro da cidade em Lagos, Nigeria. Fonte: http://www.thetimes.co.uk/tto/multimedia/archive/00387/108097345_Lagos_387168c.jpg	38
Fig. 5 - Luanda, Bairro Prenda. Fonte: http://www.zerozero.pt/img/locais/193/88193_ori_luanda.jpg	39
Fig. 6 - Favela Makoko em Lagos, Nigeria. Fonte: http://www.techdoom.de/?attachment_id=3081	43
Fig. 7 - Luanda bairro Rocha Pinto. Fonte: http://muxima-onlus.org/workspace/uploads/musseque02.jpg	44
Fig. 8 - Província de Luanda, nova divisão administrativa. Fonte: Autora	47
Fig. 9 - Imagens da cidade de Luanda em 1960. Fonte: [(http://www.tpissarro.com/luanda04.jpg) (http://3.bp.blogspot.com/_UhylnSRfqQE/R8fiUx52oQI/AAAAAAAAAmE/18JwpSrPeIA/s320/20.jpg) (http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola), (http://www.4cce.org/photos/097-luanda-baia.jpg)]	48
Fig. 10 - Plano de Urbanização de Luanda, Gabinete de Urbanização Colonial, Arq. João António Aguiar, 1949. Fonte: Maria Fonte (2012, p.123)	50
Fig. 11 - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda 1957. Fonte: Maria Fonte (2012, p.123)	51
Fig. 12 - Marginal de Luanda 1972/1970. Fonte: [(https://cc3413.wordpress.com/tag/luanda/) (http://pissarro.home.sapo.pt/angola.htm)]	52

Fig. 13 - Marginal de Luanda Actualmente. Fonte: [(http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1786744&page=2)(http://www.angolabelazebelo.com/a-nova-marginal-de-luanda/)]	52
Fig. 14 - Plano Director de Luanda coordenados pelo Arq. Simões de Carvalho, 1962. Fonte: Maria Fonte (2012, p.126).....	53
Fig. 15 - Unidade de Vizinhança do Bairro do Prenda, Arq. Simões de Carvalho. Fonte: Maria Fonte (2012, p.128) versos o Bairro do Prenda em 1965. Fonte: http://pissarro.home.sapo.pt/memorias13.htm	54
Fig. 16 - Expansão da cidade de Luanda. Fonte: Ilídio do Amaral, (1983 p.294).....	55
Fig. 17 - Distribuição da população dos musseques de Luanda em 1964. Fonte: Ilídio do Amaral, (1983 p.308)	56
Fig. 18 - Bairro Catambor em Luanda e Musseque na cidade vizinha (Dande). Fonte: [(http://www.angolabelazebelo.com/2009/03/luanda-bairros-ilegais/)(http://www.yukiba.com/7770-angola-africa-photo.html)].....	57
Fig. 19 - Centro da cidade de Luanda e Musseques do Rangel, (2015). Fonte: [(http://2.bp.blogspot.com/_Kelg1hM8rc/TEWoyF0OdTI/AAAAAAAAExA/1d6892rhTDg/s1600/MIGU4248a.JPG)(https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848)].....	57
Fig. 20 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Osmar Edgar (https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)	58
Fig. 21 – Imagens dos musseques do Cazenga e Rangel. Fonte: VêSó.by Wasso Wasso e Germano Miele [(https://www.facebook.com/media/set/?set=a.478718032292801.1073741845.379958965502042&type=3)(https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)].....	59
Fig. 22 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Carlos Gomes (https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)]	60
Fig. 23 – Evolução dos musseques em Luanda. Fonte: Development Workshop, (2005)	61
Fig. 24 – Crescimento Populacional de Luanda. Fonte: [(Roque, 2001), (Ilídio do Amaral, 1983)]	62
Fig. 25 – Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje e Ana Mascarenhas	

(https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)]	63
Fig. 26 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Germano Miele e Carlos Gomes.....	64
Fig. 27 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Ivan Lopes	65
Fig. 28 – Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Ana Mascarenhas e Carlos Gomes (https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)	66
Fig. 29 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje	66
Fig. 30 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje (https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3)	67
Fig. 31 – Representação das sete novas cidades construídas em torno do perímetro urbano da cidade de Luanda. Fonte: Autora	72
Fig. 32 Imagem aérea parcial, primeira fase da Cidade do Kilamba. Fonte: http://www.ccjo.com/en/content/angola-social-housing-kilamba-kiaxi	72
Fig. 33 – Plano Metropolitano (1990), Morro Bento II. Fonte: Governo Provincial de Luanda.....	81
Fig. 34 – Plano Metropolitano (1998), Morro Bento II. Fonte: Governo Provincial de Luanda.....	81
Fig. 35 – Contextualização do Morro Bento II actualmente. Fonte: Google Maps (2015).	82
Fig. 36 – Imagens do bairro Morro Bento II. Fonte: Autora	83
Fig. 37 – Condomínios privados no Morro Bento II. Fonte: IDOM, 2012.....	84
Fig. 38 – Talatona (Exemplo de usos no contexto urbano de Morro Bento). Fonte: IDOM, 2012.	84
Fig. 39 – Espaço vazio no Morro Bento II. Fonte: Autora.....	85
Fig. 40 – Localização do Bairro Morro Bento II. Fonte: IDOM, (2012, p.13).....	90

Introdução

1 – Tema e questões que motivam pesquisa

Este trabalho tem como tema *O Problema da habitação em Luanda face os desafios do século XXI – Requalificação do Bairro Morro-Bento II*. Com esta pesquisa pretende-se estudar e caracterizar os actuais problemas da habitação em Luanda e abordar a problemática da requalificação dos bairros informais também denominados por *Musseques*, herdados do passado e que caracterizam a (mega)metrópole de Luanda, actualmente submetida a grandes transformações. Enterrado o *machado de guerra*, guerra que dilacerou o país, Angola tem vindo a conhecer, desde 2002, um período novo e único na sua história de país independente.

Resultado da pacificação do país, Angola passou a integrar rapidamente o grupo denominado de “países emergentes”. Esta projecção internacional originou um acentuado crescimento da sua economia e uma crescente atenção às políticas de ordenamento do território e, particularmente, às políticas de intervenção urbana. Uma referência, ainda que breve, será feita à um conjunto de leis e decretos-leis que demonstram um esforço na montagem de um quadro legal de enquadramento das políticas em curso no que se refere à reorganização do território.

O estudo de caso incidirá sobre o bairro Morro-Bento II, onde está em curso um plano de requalificação. Está em causa perceber de que forma se pode planear e requalificar estes espaços, mantendo os elementos simbólicos com valor excepcional que traduzem a herança histórica e cultural do lugar.

A principal razão que motivou a pesquisa desta problemática tem a ver com facto de ser angolana, ter tido a oportunidade de viver em vários bairros de Luanda e ser detentora de memórias, sobre a realidade existente nesta cidade, que sempre foram marcantes e que despertaram em mim o desejo de compreender a importância do património cultural para o desenvolvimento da cidade Luanda, bem como as demais cidades em Angola, permitindo assim a

realização do curso de Arquitectura que se verá concluído com esta dissertação.

São conhecidos os impactos urbanos que a dinâmica de urbanização desencadeou em meados do século XX, quer em Angola, quer em todo o continente africano, assistindo-se nas principais cidades uma forte explosão urbana. Nem sempre estas cidades encontraram, apesar de tudo, soluções apropriadas para os problemas urbanos e socioeconómicos resultantes desse intenso afluxo de pessoas vindas dos meios rurais, atraída pelos impulsos de crescimento económico, social e urbano em curso. De facto, o que aconteceu é que as alterações urbanas resultantes deste crescimento económico se processaram de forma tão rápida e intensa que não conseguiram ser, atempadamente, planeadas e orientadas por adequados instrumentos de planeamento urbanístico. Daí o carácter caótico e desordenado destes conjuntos habitacionais.

Em Angola, esse fenómeno urbano deu-se ainda numa época em que se regista o domínio colonial português. Seu processo de urbanização foi reconfigurado, seguindo um modelo de organização territorial directamente inspirado naquilo que se estudava, propunha e praticava-se em Portugal, país que se confrontava também, desde meados do século XIX com problemas idênticos determinados pela revolução industrial já em curso.

Nesse período, com a chegada do governador Norton de Matos (1867-1955) toda a estruturação e crescimento das cidades de Angola se intensificou numa tentativa de transformar (na altura ainda a colónia) em uma imagem de Portugal ou ainda enaltecer o país colonizador. Foram dados os primeiros passos para que a administração colonial portuguesa iniciasse um sistema de intervenção urbana inspirado em modelos de urbanização e de ocupação do território que viriam a ser determinantes na estruturação e urbanização de várias cidades angolanas. A criação do Gabinete de Urbanização Colonial, em 1944, sediado em Lisboa, merece referência particular.

Por ser capital do país, Luanda foi a cidade que mereceu maior destaque e continua sendo nos dias de hoje, agora com dimensão de metrópole. Foi com Norton de Matos, enquanto governador-geral de Angola

durante seis anos intercalados 1912-1915 e 1921-1924, mas também dos governadores-gerais que lhe sucederam, que Luanda começou a conhecer uma nova via de modernização.

Esta nova postura de administração colonial justificava-se por Luanda ser, ao tempo, uma cidade portuária com aumento das exportações de vários produtos agrícolas, nomeadamente o café, o que determinou um crescimento industrial e comercial intenso, logo seguido de acelerado crescimento urbano. A sua população urbana se expandiu, quadruplicando em pouco tempo. Submetida a várias alterações durante décadas, estas intervenções visavam resolver o seu crescimento desordenado e o problema da habitação. Contudo, estas intervenções mostraram-se insuficientes para resolução dos mesmos, não evitando, porém, que Luanda continuasse a expandir-se, acarretando com esse crescimento urbano um agravamento do problema da habitação, mas também o aparecimento de questões relacionadas com a estruturação e gestão urbanísticas.

Esta pesquisa, perspectivada na compreensão dos desafios que Luanda enfrenta neste século XXI e acima já referidos, pretende conhecer, a partir do estudo de requalificação do bairro Morro-Bento II, os problemas que estão directamente relacionado com os *Musseques* de Luanda, enquanto bairros espontâneos e informais de génese ilegal, é certo, mas também enquanto processo de urbanização com valor histórico e identitário.

2 - Objectivos

Face ao momento decisivo em que Luanda se projecta como metrópole e capital de um país que integra o grupo dos novos países emergentes no universo de uma economia cada vez mais global, ganha relevância científica realizar uma pesquisa que procura identificar os graves problemas habitacionais existentes e as políticas urbanas de requalificação dos *musseques* em curso.

De facto, face aos problemas urbanos e habitacionais de décadas pós-independência, o governo tem vindo a tomar medidas, consideradas radicais, a fim de eliminar todos os bairros informais *Musseques*, criando centralidades habitacionais periféricas longe da cidade, para onde as pessoas são

desterradas por operações de realojamento habitacional. Estas novas centralidades são projectadas por entidades asiáticas e europeias, contratadas para esse efeito, que desconhecem ou pouco se importam com a realidade e a vivência habitacional de muitas famílias luandenses.

Tendo presente o quadro legal definido até ao momento actual, é bem notório que o governo de Luanda tem vindo a criar e a definir a implementação de novas políticas de planeamento e de intervenção urbana, com intuito de inverter a tendência de crescimento desordenado e desajustado dos espaços disponíveis.

De facto, o conjunto de decretos, publicados na última década, parece indicar uma nova postura estratégica relativamente ao ordenamento do território e do urbanismo, aspecto que baseia a presente pista de trabalho. As políticas de intervenção urbana, implicando a demolição dos musseques conforme os ditames da renovação urbana, parecem já não ser a única via escolhida. Há já exemplos de estarem a ser encomendados alguns planos de requalificação para alguns bairros informais, planos que estão a ser elaborados por empresas estrangeiras contratadas pelo próprio governo, embora nenhum destes planos propostos ainda tenha sido implementado no seu todo em nenhum bairro de Luanda. Esta circunstância acentua a importância desta pesquisa por permitir fazer um ponto da situação do que realmente está sendo feito nos musseques.

Um dos objectivos primordiais deste trabalho será então analisar a propostas de requalificação do Bairro Morro-Bento II. A análise deste plano de requalificação será feita no sentido de saber em que medida as propostas avançadas solucionam não só o problema da habitação, mas respondem também à falta de equipamentos indispensáveis à satisfação das necessidades mais imediatas dos habitantes. Atenção particular será dada em saber se existem preocupações em preservar valores integrantes da cultura de utilização dos espaços e eventualmente chamar atenção para a necessidade de preservar um património cultural e, por outro lado, apontar novas ideias e pistas para a elaboração destes Planos de requalificação de bairros informais.

Partindo do pressuposto de que os Musseques de Luanda fazem parte da história desta grande metrópole, também constitui objectivo desta pesquisa olhar esta realidade dos Musseques, sempre vistos como espaços urbanos degradados e poluídos, como inspiração de pormenores mais positivos, nomeadamente se poderão contribuir para preservação da identidade cultural de Luanda. Importa, por isso, analisar o conceito de Musseque, origem de seus habitantes, seu processo de propagação, modo de habitar, suas cores, luz, materialidade, cultura e sua influência na configuração do espaço urbano, pormenores que são precisos ter em mente para dar forma em qualquer projecto urbano.

Eis as principais preocupações desta dissertação, sem esquecer que com esta pesquisa se procura também agrupar dados para produção de um futuro doutoramento. Lembro que inicialmente este trabalho contemplava uma preocupação que era reflectir um pouco sobre a possibilidade dos arquitectos angolanos poderem desenvolver uma linha possível de investigação sobre a existência de uma arquitectura da casa angolana, preocupação essa que foi abandonada. Evidentemente que tudo isto vai merecer maior cuidado e atenção da minha parte, no sentido de eventualmente poder vir a desenvolver esta temática como ideia do doutoramento.

3 – Estado de arte

O estado da arte pretende revelar a pesquisa bibliográfica empreendida ao longo desta investigação e as obras que foram determinantes na construção da problemática teórica e conceitual.

No inventário destas obras marcantes, destacam-se dois tipos de fontes consultadas: fontes indirectas e fontes directas.

Nas fontes indirectas relevam-se dois temas sobre os quais se recolheram elementos em vários autores: caso do tema em torno da *Cidade Jardim* e o caso de *O Problema da Habitação*. Para além de alguns sites indicados em bibliografia e da informação colhida em muitas outras pistas na Internet, como por exemplo, referências e sumários sobre o *Problema da Habitação* (Engels, [1975]), a consulta da fonte directa – Maria Fonte (2012) – revelou-se importante no que respeita ao conceito de Cidade Jardim.

Foram, porém, as fontes directas, aquelas que marcaram os momentos mais determinantes na reconstituição conceitual subjacente a esta pesquisa.

O livro de (Fonte, M. M. [2012]). *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Constituiu um elemento importante para composição desta dissertação, uma vez que existe uma imensa dificuldade em encontrar arquivos angolanos completos que retractam a história do país, como plantas, relatórios e documentos, porque estão perdidos ou destruídos por causa da guerra civil. Este livro organiza um excelente material de pesquisa sobre Angola, contém uma rica iconografia que mostra claramente o desenvolvimento da cidade e o acentuado número de planos propostos para cidade de Luanda no século XX, o que permitiu analisar o crescimento de Luanda em toda época colonial e depois da sua independência.

Outro autor muito importante foi (Amaral, I. [1983]). *Luanda e os seus "Musseques" problemas de geografia urbana*. Neste artigo foi possível perceber o crescimento dos musseques (no tempo colonial) da cidade de Luanda pormenorizadamente, indicando em plantas e quadros percentuais a evolução destas zonas, materialidade, problemas, assuntos socioculturais das famílias, instrução, ocupação dos tempos livres, formas de organização social e à incapacidade de resposta à esse problema pelas instituições governamentais. Estes elementos foram muito importantes na construção da hipótese de preservação do valor cultural dos musseques.

O livro da (Development Workshop [2005]). *Terra - Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Foi muito importante porque contém uma rica lista de assuntos pertinentes sobre a terra urbana em Angola. Onde também foi possível obter vários dados recentes sobre os musseques que ajudaram a perceber novos fenómenos que acontecem nos musseques de Luanda e novas políticas de urbanização implementadas nos musseques.

A prova final de mestrado de (Andrea Bettencourt, [2011]) com tema: *Musseques de Luanda: Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas*. Permitiu perceber em que se deve basear o programa de requalificação nos musseques. Por seu turno, também a prova final de

mestrado de (Sofia Laia, [2014]) com o tema: *Operações de revitalização urbana no tecido pós-industrial da Covilhã: o caso da ribeira da Carpinteira*. Foi importante para o entendimento da definição e enquadramento da requalificação urbana.

Eis, pois, as obras que das mais variadas leituras forneceram os elementos chaves na estruturação desta dissertação, possibilitando desenvolver reflexões em volta da estruturação teórico-científica deste trabalho.

4 – Metodologia

Para a realização desta dissertação foi feita uma observação de vários musseques de Luanda, o que permitiu uma análise de vários aspectos e condição de vida das pessoas que os habitam. Na visita realizada para este efeito a Luanda, procurei fazer, nos musseques Morro-Bento II, Vila-Alice, Zango I, e Cazenga, um conjunto de fotografias e também contactar directamente com as pessoas que vivem aquela realidade, procurando assim obter através delas uma ideia mais exacta sobre suas as necessidades.

Para além da pesquisa realizada em Luanda, procedeu-se também a uma pesquisa intensa bibliográfica de livros, de que destaco a biblioteca do Arquivo Histórico Ultramarino, além de relatórios, revistas editadas e teses, algumas das quais, disponíveis no reservatório científico de acesso livre em Portugal. Uma outra tarefa consistiu na inventariação da legislação sobre ordenamento do território e planeamento urbanístico produzida e aprovada pelo governo angolano, uma vez terminada a guerra civil. Este ponto constituiu um momento importante para se perceber os passos importantes dados pelo governo central no sentido da elaboração de um quadro legal de procedimentos e de intervenção urbanística.

De salientar, também, a realização de um estágio curricular em Espanha na empresa IDOM responsável, neste momento, pela elaboração de Planos de Requalificação de alguns bairros informais em Luanda, entre os quais o do bairro Morro-Bento II. Este estágio possibilitou a obtenção de informação mais completa sobre este último bairro escolhido como caso de estudo e conhecer o

respectivo plano de requalificação em causa. É a memória descritiva deste plano que constituiu a base empírica para a presente pesquisa.

5 – Organização do texto

Dando conta da pesquisa realizada ao longo deste ano, o texto desta dissertação está organizado em três capítulos.

O primeiro explana o conceito de cidade industrial, resultante da revolução agrícola e industrial, não esquecendo particularmente o fenómeno das migrações dos campos para as cidades, resultante do desfasamento entre industrialização e urbanização. Este desfasamento explica o tardio progresso das novas correntes e escolas de urbanismo, daí a atenção ao ponto sobre a teoria da Cidade Jardim de Howard que acontece somente nos primórdios do século XX. Aqui radica a explicação para que a respostas ao grave problema da habitação da classe trabalhadora fosse tardia e tímida. Entretanto, o cenário das cidades é marcado por bairros abarracados, por vezes cruelmente degradados, realidade espontânea que no caso de Angola é traduzida pelo termo ‘musseque’, com significado muito próximo do termo brasileiro ‘favela’. Partindo da necessidade de repensar os musseques neste século XXI, o ponto referente ao conceito de requalificação merece destaque, assim como o pressuposto de olhar o musseque com uma herança por fazer parte da memória, da história e da identidade de Luanda. Desafio particularmente provocador para os arquitectos angolanos na produção de uma solução angolana para este problema.

O segundo aborda o desenvolvimento e caracterização da cidade de Luanda e os aspectos que justificaram o aparecimento dos musseques, face aos impactos das migrações intensas das zonas rurais para Luanda e à fraqueza da política habitacional de Portugal enquanto potência colonial, insuficiente para fazer frentes ao agravamento da questão habitacional dos estratos mais carenciados da população urbana. Procedeu-se então à análise da realidade dos Musseques em Luanda, sem esquecer naturalmente uma referência ao Bairro Morro Bento II, bairro que constitui o objecto de estudo desta pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta os aspectos marcantes do Programa de Requalificação Urbana para o Morro Bento II, elaborado pela IDOM. Esta apresentação constituiu ponto de partida para uma análise mais fina do citado Programa com o objectivo de apresentar os elementos empíricos relevantes para a fundamentação da confirmação ou infirmação das hipóteses que justificaram esta pesquisa e de que se dará conta em Conclusão.

Capítulo I – Da Cidade Industrial à Cidade Contemporânea: O Problema da Habitação

Capítulo I – Da Cidade Industrial à Cidade Contemporânea: O Problema da Habitação

De acordo com a problemática apresentada na introdução, cabe agora neste primeiro capítulo explorar o conceito de cidade industrial e sua evolução até ao presente. Além disso, dada a especificidade de África e cobijas de que foi objecto por parte das potências industriais, no momento da segunda revolução industrial (energia eléctrica), a abordagem da cidade industrial valorizará a vertente colonial das cidades industriais europeias. Trata-se de desvendar em particular o processo de inserção e adaptação da cidade de Luanda no movimento de modernização empreendido por Portugal entre o final do século XIX e até 1975, ano da independência de Angola, já no último quartel do século XX.

1.1 – A cidade industrial colonial e migrações campo-cidade

Para esta pesquisa, é necessário recordar a importância das relações entre a produção industrial (englobando a procura seja de novas matérias-primas, seja de novos mercados) com a questão colonial. Na verdade, nos finais do século XIX, no momento em que a descoberta da energia eléctrica abriu novos horizontes ao crescimento industrial, os países europeus mais industrializados começaram a debater a questão colonial. Estava em causa o acesso a (novas) matérias-primas mas também potenciais novos mercados para escoamento da produção industrial.

Debate atribulado em face dos múltiplos conflitos de interesses próprios a cada uma das potências coloniais, o assunto acabou por ser tema central da Conferência de Berlim (1884-1885) que teve como objectivo organizar, por meio de regras, a partilha de África pelas potências coloniais europeias, resultando numa divisão territorial que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas dos povos desse continente.

Na sequência deste facto, a história política do continente africano foi, ao longo de século XX, assinalada por notáveis transformações. No que se

relaciona com Angola, citar-se-á adiante a importância da acção relevante de Norton de Matos como governador. Por outro lado, no caso de Portugal, enquanto potência colonial, importa lembrar dois momentos históricos no século XX que interferiram notoriamente na política portuguesa em África. Se as fronteiras estabelecidas na supracitada Conferência de Berlim (1884-1885) se mantiveram por quase toda a 1ª metade do século (Maurício, 1998, p. 800), a verdade é que as duas guerras mundiais constituíram factos que influíram intensamente na história de África. De facto, as duas Guerras-mundiais de 1914-1918 e de 1939-1945 recolocaram a questão colonial no centro desses dois conflitos bélicos que abalaram o mundo de então, implicando no final de cada um deles, respectivamente, um reajustamento de fronteiras no Tratado de Versalhes (1919) e um acelerado processo de desagregação, com o despertar de uma vontade independentista que se foi concretizando nos anos 1950 a um ritmo crescente (Maurício, 1998, p. 801).

Ora, tanto as cidades industriais como as cidades coloniais foram locais de transformação das matérias-primas. As suas formas específicas eram baseadas em sistemas de produção ofical, mas sobretudo em unidades fabris de produção manufacturada e mecanizada. Porém, particularmente em África, predominava a produção manufacturada. Efectivamente, os efeitos da revolução industrial tardaram em chegar a esse continente rico em matérias-primas.

No que concerne à localização territorial, as cidades industriais coloniais, do mesmo modo que as cidades industriais de outros países industrializados, não fugiram à regra no que concerne a sua implantação. Em geral, encontravam-se próximo das jazidas de matérias-primas e da produção de mercadorias, mas também junto de estradas, caminho-de-ferro, vias fluviais de transportes, sem esquecer igualmente a sua implantação em pontos estratégicos como portos marítimos e fluviais ou gares ferroviárias e aéreas (Corbusier, 2008, pp. 96-97).

Esta nova visão da questão colonial acabou por determinar nas potências coloniais a instituição de uma administração colonial mais esclarecida e mais interveniente na organização dos territórios e melhor

aproveitamento da efectiva exploração das colónias. Esta nova visão das colónias acabou por implicar a dotação de uma administração colonial com quadros técnicos e especialistas mais bem preparados. Disto resultou então a implementação do ensino e formação dos indígenas, preparando-os para o planeamento e construção de estradas, vias férreas, barragens, introdução de novas culturas agrícolas (algodão, tabaco, café, girassol, borracha...) e a exploração mais racional da pecuária (idem).

A lenta implementação dessas medidas acabaram, mesmo assim, por incentivar a exploração das diferentes regiões africanas, enquanto o Estado metropolitano reservava para si os direitos alfandegários, sua maior fonte de receita. No entanto, a localização de tais investimentos e, como consequência, o crescimento económico das colónias verificou-se inicialmente nas regiões do litoral, com eixos de penetração no interior que funcionavam como vias de escoamento de produtos, produção esta que obrigou à fundação de alguns pequenos centros populacionais (idem).

Findo o período negro da produção agrícola escravocrata, esta nova lógica de domínio colonial iniciou uma outra fase da história no continente africano. Não será de estranhar então que as cidades industriais coloniais africanas viessem também a conhecer, no final do século XIX e ao longo do século XX, um novo impulso na urbanização dos territórios, de que resultou uma crescente transferência da mão-de-obra dos campos para as cidades. Estas migrações internas originaram o aparecimento, de modo idêntico ao que tinha acontecido também na Europa, de zonas periféricas onde de forma espontânea e labiríntica se alojavam, em casas de pau-a-pique, uma mão-de-obra necessária às actividades produtivas, comerciais e de múltiplos serviços urbanos (idem).

Foi deste modo que os musseques, também designados de cidade negra habitavam os não-civilizados ou civilizados-de-fracas-condição-financeira, ganham visibilidade urbana em contraponto com a cidade planificada ou cidade branca (de Brancos, mestiços e negros civilizados). Nos musseques reproduzem as zonas de onde os seus habitantes são oriundos. Estas zonas são caracterizadas na forma como as habitações se dispõem no território, seja

em grupo, formando uma unidade, seja isoladamente, com o espaço de pátio afecto à habitação. Modalidades suburbanas que se inserem num processo de transformação da população rural em urbana (Fonte, 2012, p.108).

Estes processos espontâneos concorriam em simultâneo com a efectiva marca dos governos, notória na implementação de Planos de Urbanização imbuídos da necessidade de dar ordem e corpo às acções do Estado, através da criação de legislação específica para a construção e gestão das cidades (Fonte, 2012, p.245).

1.2 – Influência do modelo urbano: Cidade-Jardim

Do exposto no ponto 1.1, depreende-se que as cidades industriais em todos os países cresceram, na fase inicial da revolução industrial, de uma maneira caótica e desordenada, tendo sido apenas nos finais do século XIX que apareceram as primeiras escolas da ciência urbanística com propostas e modelos de cidades à altura dos desafios que as cidades pré-industriais então enfrentavam. Entre essas propostas e modelos, releva-se a Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1850-1929) por ter sido o modelo que também em Portugal vai influenciar o nascimento de um modelo orientador do planeamento das cidades. Naturalmente, como afirma François Ascher, estas correntes de pensamento tiveram grande impacto na reorganização das cidades urbano-industriais tal qual as como conhecemos hoje (Ascher, 2012).

Importa recordar que a desorganização e o caos urbanístico das cidades que conheceram os primeiros impactos da industrialização e consequentes migrações do campo para as crescentemente industrializadas, criaram um ambiente urbano poluído, densamente ocupado e onde não havia condições mínimas de habitabilidade, que Howard propõe o seu modelo de Cidade Jardim em obra publicada em 1898. A preocupação da adaptação das cidades às sociedades industrializadas impulsionou Ebenezer Howard à criação de um novo modelo de cidade onde os ambientes industriais, urbanos e residenciais eram planeados mas dando grande predominância aos espaços verdes.

Esta nova corrente urbanística inspirou, em Inglaterra e particularmente em Londres, a criação de novas cidades (Fonte, 2012, p. 47). Na verdade, o modelo de Cidade Jardim veio a tornar-se realidade mercê dos Arquitectos Parker e Unwin no caso do projecto de Letchworth, em 1903-1906, e do arquitecto Louis de Soissons, no caso de Welwyn, em 1919-1920. Estas duas cidades converteram-se depois em modelos na Europa e nos Estados Unidos (onde inspiram Henry Wright e Clarence Stein), passando a servir de protótipo para a construção de cidades novas na Grã-Bretanha e um pouco por todo o mundo, sobretudo depois da segunda guerra mundial (Choay, 1992, p. 220).

O resultado deste modelo viria a influenciar o urbanismo de diversos países, contribuindo para a teorização do desenho da cidade e para divulgação do conceito das cidades-jardim. Combinando a ideia da criação de ambientes urbanos de baixa densidade com espaços verdes (Choay, 1992, p. 227).

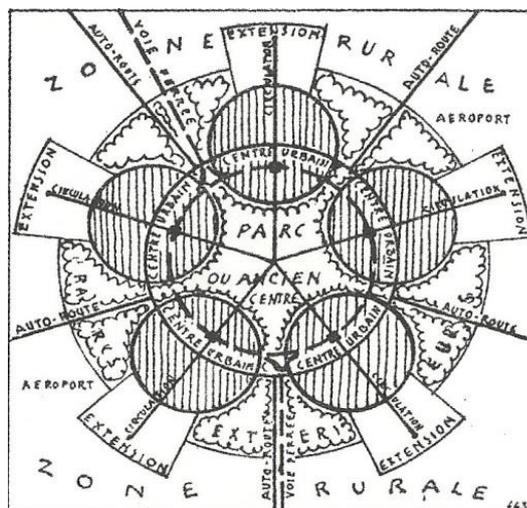


Fig. 1 - Modelo teórico do desenvolvimento das cidades-jardins Etienne de Gröer, 1932. Fonte: Maria Fonte (2012, p.55)

A influência de Howard veio a ser determinante nas intervenções de De Gröer, quer umas explanações teóricas sobre a cidade satélite, quer em casos concretos, como o Plano de Urbanização para Luanda, em 1942, juntamente com David Moreira da Silva. Nos seus planos é visível o conceito da cidade policêntrica formanda um conjunto de Cidades Jardins ligadas entre si por uma

rede de transportes, constituindo-se num enorme aglomerado planeado, que se traduziram num esquema teórico de desenvolvimento de um conjunto de cidades satélites que viria a ser trabalhados no plano de Luanda (Fonte, 2012, p. 55).

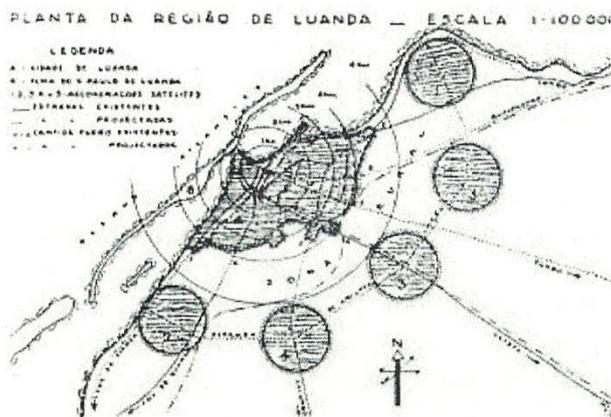


Fig. 2 - Planta de urbanização de Luanda e suas Cidades Satélites elaborada por cara Municipal de Luanda Arq. Etienne De Gröer e Arq. David Moreira da Silva 1942. Fonte: Wilfred Figueiredo, (2008, p.24)

Este plano propunha uma nova organização social económica e territorial, tentava abrandar o crescimento e o congestionamento que a cidade de Luanda vinha sofrendo, propondo a construção de cinco cidades-satélites, à margem do núcleo urbano consolidado, criando um tampão rural entre elas e ligando-as através de uma circular que lhes assegurava a comunicação viária de dois quilómetros de largura, o que se inscrevia de forma clara no modelo teórico inspirador. O objectivo era canalizar a população excedentária para as cinco novas cidades, transformando-as em simples cidades dormitórios, com 50.000 habitantes criando assim um fluxo viários constante de saídas e entradas na cidade através de duas principais saídas de Luanda. Tal representava de forma clara o modelo teórico da Cidade Jardim. Este plano não foi efectivamente implementado, por falta de quadros técnicos necessários para sua execução e também por falta de consentimento jurídico (idem).

Em 1948, Vasco Vieira da Costa apresenta uma nova proposta para cidade satélite nº3 embora em parâmetros académicos, esta proposta foi elaborada com base nos princípios orientadores no Plano de Urbanização para

a cidade de Luanda, de Etienne de Gröer e David Moreira da Silva, mas ao contrário da cidade satélite de De Gröer que propunha apenas dormitórios, a cidade satélite nº 3 de Vasco Vieira da Costa leva em conta as questões relacionadas a vida, o clima e as características naturais do local, propondo também indústrias (idem).

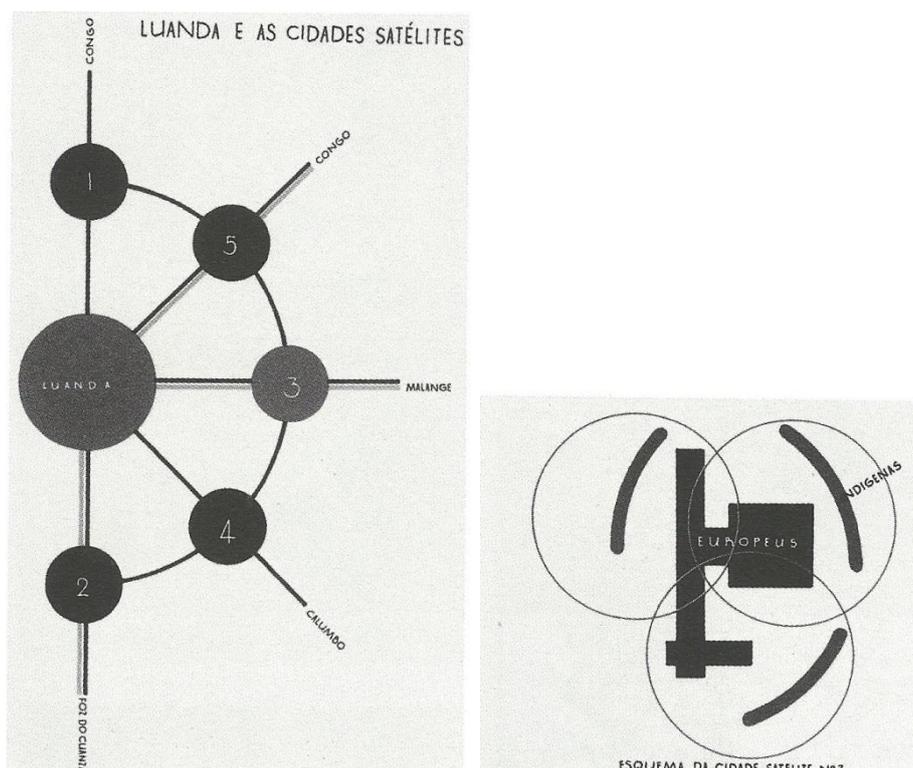


Fig. 3 - Esquema do Plano " Luanda e os seus satélites" Vasco Vieira da Costa, 1948 e Esquemas de organização proposto para cidade-satélite nº3, na relação entre europeus e indígenas, 1948. Fonte: Fonte, 2012, p.56.

1.3 – A questão patrimonial das cidades (Documentos de organizações internacionais sobre o património)

Mediante ao desfasamento das cidades pré-industriais, surge uma serie de documentos de organizações internacionais com recomendações e princípios para melhorar a gestão das cidades e o património mundial. Estas cartas que passo agora apresentar foram redigidas na sequência de

convecções internacionais, nas quais participam vários Estados, que se comprometem na preservação de um conjunto de elementos que reflectem a história da cidade.

Na Carta de Atenas (1931) foi dado destaque ao monumento e a preservação do conjunto mas em perspectiva de pitoresco. Expressa, o seu interesse na valorização dos monumentos, a materialidade de restauração, a deterioração dos monumentos, técnica da conservação e a colaboração Internacional. Recomenda o respeito e a supressão de toda publicidade, presença abusiva de postes ou fios telefónicos, indústria ruidosa, incluídas as chaminés altas, e construções novas nas proximidades de um monumento. Destaca a necessidade de colaboração internacional no sentido de salvaguardar os monumentos históricos artísticos e científicos; aprova a utilização sensata de todos os recursos da técnica moderna como betão armado e critica formalmente as reconstruções totais. A importância ao conjunto em redor com o valor estético, cultura e social, passando por uma rua ou apenas bairro, passando a ter grande relevância nos últimos tempos. É a partir desta carta que são introduzidos os conceitos de reabilitação, reutilização, revitalização, reconstituição e restauro para conservação dos monumentos, processos de renovação com a destruição de extensões de espaços herdados para enaltecer aspectos e elementos do património em causa, também passam a ser introduzidos nesta época (Sofia Laia, 2014, p.27) (Serviço Internacional de Museus, 1931).

Posteriormente, a Carta de Atenas de 1933 redigida como conclusão do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna – CIAM, influenciada pelas ideias de Le Corbusier de impulsionar novos rumos para a cidade moderna, sintetizava o desenvolvimento das cidades, o urbanismo racionalista e o urbanismo funcionalista. Nesta carta as linhas orientadoras sobre o exercício e o papel do urbanismo dentro da sociedade toma como princípios gerais quatro funções chaves: habitar, trabalhar, lazer e circulação. Cada área ocupa um lugar determinado e distinto no solo urbano. A área residencial ocupa o lugar principal das preocupações da cidade enquanto a circulação cobre as necessidades de mobilidade e organização. A aplicação exaustiva

destes princípios conduzirá à cidade funcionalista com funções bem definida e bem localizadas na estrutura da cidade, sem sobreposição ou promiscuidade funcional. O funcionalismo é levado ao extremo em alguns casos com cada edifício a existir com apenas uma função: habitação, ou centro comercial, ou escritório, originando tipologias bem definidas determinados pelo seu programa e simplificando a produção da construção e da sua gestão. Estes princípios foram implementados em muitas partes do mundo inclusive nas cidades de Angola, a partir dos anos 40 e 50. O reflexo da IV CIAM em Angola resultou em modelos assentes nos quatro grandes temas: trabalho, lazer, circulação e habitação. Esta carta vai dar bases para elaboração mais tarde da Nova Carta de Atenas de 2003 que vai apelar para a cidade coerente que deve conservar a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultante da sua longa história, ligação das cidades por uma multitude de redes plenas de conteúdos e de funções uteis, deveram permanecer criativas, competitivas, mas com complementaridade e cooperação, que contribuam para o bem-estar dos habitantes e dos que as utilizam (Sofia Laia, 2014) (Maria Fonte, 2012).

Carta de Veneza, (1964) Sobre a conservação e restauro dos Monumentos e dos Sítios, adoptada pelo (ICOMOS, 1965), surge da necessidade da criação de uma associação de especialistas em conservação, restauro e actualização da Carta de Atenas de 1931. Tendo um conjunto de directrizes que apela para a conservação e restauro dos monumentos, recomendando que estas devem ser realizadas bem como as adições e ampliações respeitando as partes relevantes do edifício, devendo também existir um equilíbrio entre as partes e a relação com a envolvente. Recomenda também que sejam elaborados colectivamente e acordados a nível internacional, ficando cada nação com a responsabilidade pela aplicação dos princípios e no quadro específico do seu contexto cultural e das suas tradições (Sofia Laia, 2014, p.28).

Também, a Carta Europeia do Património Arquitectónico adoptada pelo Conselho da Europa, Estrasburgo, (1975), visava sensibilizar a opinião pública para os insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, urbanos e rurais, herdados do passado.

Referindo que o património arquitectónico é composto, não apenas por monumentos importantes, mas por conjuntos que constituem a cidade antiga e suas características. Apelando pela conservação integrada ou da intervenção com técnicas de restauro adequadas e da atribuição de funções apropriadas. Focando a sua atenção na Europa e na importância da reunião de esforço a nível jurídico, financeiro, administrativo e técnico como ponto de partida na acção sobre o património arquitectónico (Sofia Laia, 2014, p.28).

Igualmente a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, (Toledo, 1986) e adoptada pela ICOMOS, (1987), surge para completar a Carta de Veneza, Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios, (1964) na linha de recomendações da Carta de Cracóvia (2000). A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, define os princípios e objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecendo a harmonia da vida individual e social, e na perpetuação do conjunto dos bens que constituem a memória da humanidade. Recomendando o respeito e preservação das cidades, centro ou bairros históricos que possuam traços históricos, e que a seu enquadramento natural ou construído deve ser preservado face aos seus elementos materiais e culturais que exprimem a imagem da cidade ao longo do tempo (Sofia Laia, 2014).

Estes são os documentos principais que abordam a questão patrimonial das cidades visando a protecção e conservação do conjunto patrimonial histórico e a sua importância no contexto das cidades. Tendo toda afirmação da importância do conjunto herdado do passado e do seu valor histórico social, cultural para a sociedade, a sua integração na vida actual das cidades e novas funções, a necessidade das políticas garantir o seu desenvolvimento e restauro, o estímulo da investigação científica e formação de técnicos, estabelecem normas e princípios a serem aplicados nas intervenções sobre os edifícios, sítios e paisagens.

1.4 – Requalificação Urbana como nova política urbana

1.4.1 – Evolução da definição e enquadramento da requalificação urbana

Com este ponto, pretendo proceder a uma reflexão que permita situar e compreender a emergência de uma nova frente de política urbana (emergente nos anos de 1980, na sequência da publicação da Carta Europeia de Património Arquitectónico) dominada pela ideia de intervenção na cidade pré-existente. Longe vão os tempos em que as políticas urbanas estavam dominadas pela lógica de um urbanismo centrado na expansão urbana territorial (finais do século XIX até aos anos de 1970).

Com base nos autores consultados [Sofia Laia (2014), Luís Mendes, (2013), Andrea Bettencourt (2011), Ana Silva (2011), Ana Tavares, (2008)] vou distinguir o conceito de renovação urbana dos conceitos de reabilitação, reconversão, regeneração, requalificação, revitalização urbana. Sendo assim, não é o centro deste trabalho valorizar o conceito de renovação urbana, dado que este traduz a ideia de destruir e fazer de novo, algo que está fora do âmbito deste trabalho.

Então, sendo assim, os termos que traduzem o conceito que pretendo falar são os termos de reabilitação, reconversão, regeneração, requalificação, revitalização urbana, sendo certo que, os diferentes termos têm mas ou menos o mesmo significado como é possível observar nas seguintes definições.

Segundo a autora Sofia Laia, a *reabilitação urbana* constitui todos os processos envolvidos na transformação do espaço urbano, incluindo a execução de obras de (recuperação), (conservação), (restauro), e reabilitação de edifícios e espaços envolventes, cujo principal objectivo é o melhoramento das condições de uso e habitabilidade, mantendo a sua essência e características fundamentais, apostando na sua modernização e privilegiando a adequação de novas funções (Sofia Laia, 2014, p.46).

Ainda segundo a mesma autora, a *reconversão urbana* é um processo que serve para (preservar) um determinado conjunto pelo seu valor histórico e cultural identitário de uma cidade, ou para resolver uma fragilidade local, aproveitando assim a estrutura existente (Sofia Laia, 2014, p.38).

Segundo o autor Luís Mendes, a *regeneração urbana* é uma política urbana que procura a (requalificação) da cidade existente desenvolvendo estratégias de intervenção múltiplas, orquestrando um conjunto de acções coerentes e de forma programada, destinada a potenciar os valores socioeconómicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes (Luís Mendes, 2013, p.36).

Segundo Sofia Laia, *revitalização urbana* refere-se ao complexo de operações que visam articular as intervenções de (recuperação) pontual do edificado existente, localizado em áreas degradadas com as intervenções que agregam as mudanças sociais, culturais e económicas de desenvolvimento local, visando a melhoria da qualidade de vida das áreas degradadas e em decadência. Este conceito está associado a todos os conceitos anteriores de intervenção ligados ao nível físico das construções e espaços, aliados agora à dimensão da estratégia e do planeamento promovendo relações entre o território, pessoas e as condições socioeconómicas (Sofia Laia, 2014, p.46).

Segundo a mesma autora, *recuperação urbana* engloba todas as operações cujo objectivo é a (reconstituição) de um determinado espaço urbano ou conjunto degradado alterado anteriormente, que reflecte uma situação clara de ruptura do espaço urbano e que interfere na desfiguração da imagem e paisagem da cidade, que implicam a (requalificação) do edifício ou conjuntos recuperados (Sofia Laia, 2014, p.46).

Analisando as definições atrás apontadas, constata-se que o conceito de *Reabilitação Urbana* aparece combinado com recuperação urbana, restauro e conservação; como também se pode observar, a combinação de *Reconversão Urbana* com conservação; a combinação de *Regeneração Urbana* com requalificação urbana; a combinação de *Revitalização Urbana* com recuperação urbana; e a combinação de *Recuperação Urbana* também com requalificação urbana. O que dá entender que há aqui uma circularidade ou repetição dos mesmos termos, o que me leva a concluir que são sinónimos. No entanto, a partir de agora vão se sintetizar e vai ser dito apenas por requalificação urbana, dado que é a designação que aparece consagrada no

documento que vai ser objecto de estudo no capítulo III, e é neste sentido que a minha atenção vai centrar-se no conceito de requalificação urbana.

Embora o conceito tenha vindo a evoluir ao longo do tempo à medida que os problemas vão sendo diagnosticados no tecido urbano, penso que se deverá salientar que não há uniformidade na utilização rigorosa deste conceito.

De acordo com alguns elementos recolhidos ao longo da minha pesquisa bibliográfica, tudo aponta para que o entendimento de requalificação urbana seja o seguinte:

Segundo a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) entende que a “*requalificação urbana* consiste na operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano, constituem objectivos primordiais da intervenção”. É de salientar que a definição de requalificação urbana dada pela DGOTDU (2008, p.67) integra a renovação urbana como estratégia parcelar inserida em operações onde a dominante seja a perspectiva de requalificação urbana [DGOTDU (2008, p.67)], citado por Ana Silva, 2011, p.46-47).

A luz da exposição acabada de fazer, creio ser possível destacar no conceito de requalificação urbana esses aspectos: qualidade de vida, sustentabilidade da cidade, coesão social, valorização do património com a manutenção dos elementos simbólicos (históricos e culturais), viabilidade económica da cidade, regeneração do tecido urbano de acordo com a compreensão do processo social.

Este conceito tem por base a evolução do contexto económico, político e social, retractando novas orientações e novos paradigmas em curso, que determinam novas práticas de planeamento urbano e de ordenamento do território (Alves, 2007).

1.5 – Independência das colónias e novos desafios das cidades actuais

Na sequência do conjunto do princípio estabelecido nas cartas internacionais e nos novos modelos de urbanismo que iam surgindo nas cidades africanas que entraram para o século XXI, sem que se tenham conseguido resolver muitos problemas, nomeadamente os ligados à pobreza, urbanização rápida, à organização urbana, à questão nacional, integração regional, desigualdade de género, insegurança alimentar, conflitos, violência, e o facto de continuarem sujeitas ou dominadas pela governança mundial (Codersria, 2011).

As consequências do colonialismo e do neocolonialismo marcaram significativamente as suas cidades e estão fortemente presentes na sua história e ainda se fazem sentir. O tráfico de escravos, a supressão das liberdades, a violação dos direitos humanos e da dignidade dos povos do continente, bem como o saque dos recursos humanos, naturais e intelectuais, foram separadamente e em conjunto as marcas deixada pelo colonialismo e a dominação neocolonial. Agora no auge do século XXI, as principais deficiências do continente figuram igualmente o baixo nível de instrução de muitos africanos, a falta de técnicas modernas de produção e de transportes, um espaço político e uma estrutura sociável das suas economias fragmentadas (Idem).

As suas economias, as instituições de ensino superior e as culturas das elites foram fortemente marcadas, não por uma filosofia e estratégias de desenvolvimento guiadas pelos interesses dos povos africanos, mas por influência, provenientes de países do Norte. Todavia, a África do final da primeira década do século XXI, não é exactamente a mesma que a África do início dos anos 60 que se libertou do domínio colonial. Da mesma maneira, os desafios de hoje não são os mesmos dos anos 60. Mesmo que ainda haja alguns com os quais o continente vem-se confrontando desde os primórdios da independência, eles colocam-se de forma diferente no contexto actual (Idem).

A África tem tido muitas conquistas em termos de desenvolvimento social e económico. Ocorreram enormes progressos em matéria de educação e

saúde, e alguns países conseguiram edificar com sucesso sistemas democráticos de governação (Idem).

Porém, apesar das recentes transformações políticas, as questões de governação continuam a fazer parte dos grandes desafios que enfrenta o continente. De facto, a África vive ainda o paradoxo da pobreza, tendo a maior parte das populações pobres apesar de viverem em países em que abundam grandes recursos naturais e humanos (Idem).

A pobreza é massiva e está profundamente enraizada, e os processos que levam à exclusão e à marginalização de sectores inteiros das sociedades africanas continuam em curso. A exclusão e a marginalização social e política de indivíduos, grupos e classes sociais inteiras estão na origem de numerosos conflitos que devastaram diversos países do continente, agravando assim o subdesenvolvimento e a dependência internacional (Idem).

Estes factores contribuíram de igual modo no problema de urbanização das cidades e em maior grau a habitação que foi desencadeada pelo ritmo acelerado da população para o centro das cidades, dando surgimento aos bairros de génese ilegal, os quais albergam a maioria da população de todo continente, onde têm sido oprimidos por políticas de remoção forçada.



Fig. 4 Centro da cidade em Lagos, Nigéria. Fonte: http://www.thetimes.co.uk/tto/multimedia/archive/00387/108097345_Lagos_387168c.jpg



Fig. 5 – Luanda, Bairro Prenda. Fonte: http://www.zerozero.pt/img/locais/193/88193_ori_luanda.jpg

1.6 – As cidades africanas no século XXI

Como acabamos de ver no ponto anterior, as cidades africanas revestem-se da disfuncionalidade, destruição, pobreza e exclusão social. Segundo Andreia Moassab (2013) o colonialismo foi a primeira globalização, caracterizado pela ocupação do território. A segunda globalização foi a neoliberal, iniciada em fins do século XX, e marcada pela fragmentação dos territórios (Andreia Moassab, 2013, e Cristina Salvador, 2011).

Desde meados do século XX que as cidades africanas são marcadas pelo crescimento urbano rápido, inscrevem-se num território maioritariamente rural, pontuado por uma estrutura urbana de origem colonial, desequilibrada com uma crise persistente das economias nacionais, a desaceleração industrial e o predomínio do sector terciário, em países recém-independentes. Desde finais da década dos anos 80, com a afirmação da globalização económica neoliberal, este quadro tem-se agravado, intensificando-se a diferenciação e segregação socio-espacial e o dualismo entre as áreas urbanizadas, qualificadas e renovadas, com novos condomínios com fortes sistemas de vigilância, e as imensas periferias com seu extenso manto horizontal de múltiplas cores, formas e cheiros, oferecendo condições de vida com padrões

materiais muito diversos das cidades ocidentais (Isabel Raposo, Notas em torno da África urbana de David Adjaye, 2011).

Segundo Cristina Salvador, (2011) no seu texto Urban Africa – reflexões sobre cidades africanas, expõe que, às questões que se colocam sobre o que ocorre à escala mundial nas grandes áreas urbanas é crescente com especial relevância as cidades africanas. Estas se relacionam com a forma não controlada que tem caracterizado, em grande parte, o seu crescimento significativo. À dualidade centro-periferia que caracterizou algumas das cidades africanas como Luanda e Maputo no final do período colonial e se acentuou na pós-independência, eleva actualmente, o aparecimento de múltiplas cidades dentro de cada cidade (Cristina Salvador, 2011).

No século XXI o urbanismo e o neocolonialismo contemporâneo funcionalista, quando analisado no contexto africano, nos apontam sem dissimulações a origem do discurso e acções sobre o território ainda orientados pelo mesmo modelo, o qual separa física e simbolicamente a cidade legal ou formal da ilegal ou informal. Inicialmente, o principal problema de empregar uma matriz teórica inadequada à realidade das cidades africanas direccionadas por políticas públicas, as quais têm oprimido a maior parte da população pobre (Moassab, 2013).

Esta diferenciação socio-espacial do espaço urbano contemporâneo, que se inscreve de forma natural, é resultado de vários factores económicos, como o aumento da dívida externa, programas de ajustamento estrutural e políticos, corrupção dos governos, incapacidade institucional (Raposo, 2011).

No entanto, na tentativa de superar estas questões problemáticas, os governos têm vindo a implementar modelos de intervenção direccionados para os núcleos urbanizados bem delimitados, ou para as suas áreas de expansão, que já não dão respostas às configurações urbanas extensas, densas e extensivas, onde predominam as áreas não urbanizadas resultantes da auto-ocupação dos seus habitantes (Idem).

Estes modelos têm vindo a ser projectados nos últimos tempos nas principais cidades africanas, embora em diferentes escalas aparecem como “ilhas” isoladas dentro das cidades, constituem juntamente com os

condomínios de luxo, o paradoxo destes novos projectos serem sonhados como “modernos paraísos” e “espelhos de África”, tanto pelo Estado como pela população, a maior parte da qual será sempre excluída dos mesmos (Salvador, 2011).

A crise urbana nas cidades africanas tem dado origem a produção de intervenções inovadoras e medidas urgentes. Desde os múltiplos relatórios produzidos por organizações multilaterais, bilaterais e não-governamentais, embora esta bibliografia seja pouca, é visível a procura de articulações criativas com sistemas gerados na periferia, uma mudança de atitude na forma de desenhar o futuro dos bairros não urbanizados, buscando políticas de intervenções mais humanizadas à requalificação destes bairros. (Cardoso, 2011) (Raposo, Notas em torno da África Urbana de David Adjaye, 2011).

1.7 – O Problema da habitação

Os finais do século XVII e meados do século XIX foi um período muito conturbado. Foi a época do crescimento galopante das cidades e da população urbana, construções de inúmeras ferrovias, aparecimento de fábricas e das classes sociais da época capitalista. Eram os anos da revolução industrial em (Inglaterra, Paris, Berlim, Viena, Nairobi, Nigéria, Luanda, Moçambique) este fenómeno se alastrou pelo mundo todo embora tardio em alguns países. A classe burguesa detentora dos meios de produção e explorava ao máximo a classe trabalhadora de maneira que pudessem garantir o lucro e manter a massa operária dependente. Este método forçou a população rural a migrar para as cidades em busca de emprego – sobretudo nas minas de carvão, fabricas têxteis, de alimentos, bebidas, cerâmicas e outros produtos que visavam aumentar o mercado consumidor urbano. (Maria Carmo, 2015).

Os trabalhadores foram submetidos a esta nova ordem, levando uma vida precária devido ao salário extremamente baixo. Realizando seus serviços pela própria subsistência, sob péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas – às vezes de 16 horas diárias – trabalhando até o limite das forças de maneira regular e ininterrupta de forma que o trabalho rendesse

e pudesse produzir o lucro para os burgueses. A classe burguesa continuaria a utilizar a classe operária para continuar a financiar a industrialização, ou seja, enriquecendo frente ao contínuo empobrecimento dos proletários (Maria Carmo, 2015).

Nestas condições, a miséria e a fome não tardaram a aparecer, a classe dominante manteve-se insensível a tal realidade, preferindo ignorar os problemas sociais. Enquanto isso, a cidade se expandia e as habitações populares passaram a crescer ao redor delas causando um ambiente pouco atractivo e um empobrecimento das cidades fabris. Mediante à estas condições, as habitações da classe operaria na periferia eram demolidas e substituídas por lojas, armazéns, edifícios públicos, aumentando a brusca penúria de habitações para os trabalhadores e para o pequeno comercio e o artesanato. A falta de habitação atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos, aumentando os alugueres e uma concentração ainda maior de inquilinos em cada casa, e para alguns, a impossibilidade de encontrar um alojamento. (Maria Carmo, 2015).

Consequentemente, embora um pouco mais tarde, nas cidades africanas dava-se o mesmo. Os séculos XIX e XX foram abundantes no surgimento de pequenos aglomerados que foram pontuando a paisagem, especialmente em pós-guerra, com o forte incremento da imigração. Cada um destes aglomerados foi assumindo, com variações de escala e importância, um papel no desenvolvimento de uma particular economia de subsistência (Fonte, 2012, p.100).

A localização destes bairros indígenas se encontrava na proximidade das cidades europeizadas, sendo portanto construídos com materiais permanentes, e aumentando gradualmente. Na tentativa de se solucionar este problema, parte destes aglomerados foram objectos de planificação com planos que os reorganizavam segundo uma lógica de crescimento, alterando o seu perfil numa tentativa de introdução de ordem urbana. O conjunto de pequenas casas que formavam o musseque deu lugar a novos bairros, cuja estrutura obedecia aos princípios da Carta de Atenas (1933) visivelmente organizados por unidades de vizinhança de aproximadamente 5.000

habitantes. Naturalmente esta política de integração à malha urbanizada não se manteve por muito tempo (Fonte, 2012, p. 103).

Na mesma medida que o desfasamento das cidades deu-se nos países Europeus assim também aconteceu nos países africanos, mas com uma diferença: Europa já se desfez deste problema, África continua nesta contenda, pois a colonização deixou marcas de pobreza, e a baixa escolaridade da população constitui-se um obstáculo para atender a nova necessidade e elaboração de projectos, geri-los e implementa-los nas suas cidades.

O problema da habitação foi se massificando ao longo dos tempos. Os musseques passaram a ser um espaço suburbano destrribalizado, sendo foco de todos os males, epidemias, sofrendo consequências da falta de higiene e total decomposição das habitações.



Fig. 6 - Favela Makoko em Lagos, Nígeria. Fonte: http://www.techdoom.de/?attachment_id=3081

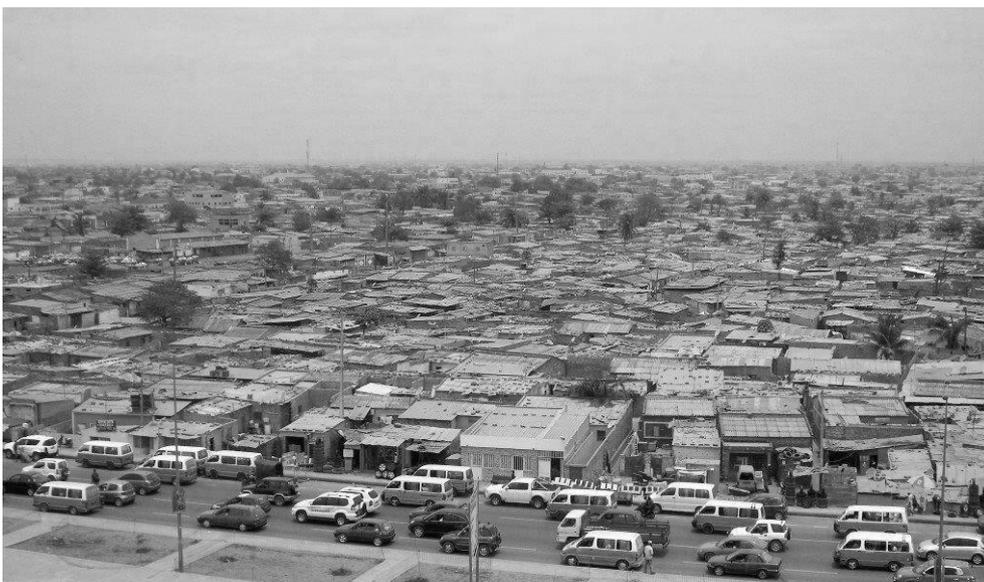


Fig. 7 - Luanda bairro Rocha Pinto. Fonte: <http://muxima-onlus.org/workspace/uploads/musseque02.jpg>

Capítulo II – Luanda Industrial: do século XIX ao século XXI

Capítulo II – Luanda Industrial: do século XIX ao século XXI

De acordo com os aspectos estudados no primeiro capítulo, uma vez analisado o contexto da cidade colonial industrial em que se insere Angola é chegado o momento de nos centrarmos no elemento chave que é Luanda e percebermos alguns dos factores que foram marcantes para a cidade como a migração e a pobreza.

É neste capítulo que também se vai fazer a análise genérica do objecto de estudo “o Bairro Morro Bento II”. A análise deste bairro permitirá detectar um conjunto de elementos que permitirão caracterizá-lo mais detalhadamente no terceiro capítulo.

O desenvolvimento de grandes companhias no final do século XIX e princípio de século XX, desencadeou a necessidade de construção de novas vias de comunicação nomeadamente dos caminhos-de-ferro, iniciada com a construção da linha de Luanda em 1886, e concluída em 1961, em Serpa Pinto, com a linha de Moçâmedes. No século XX consolidava-se a ocupação sistematizada, com os portos, o caminho-de-ferro, a rede de estrada e a fixação das populações em novas cidades e povoações, causadas pela procura de mão-de-obra massiva para centro da cidade, desenvolvendo assim um povoamento disperso em torno da cidade branca.

A função comercial associou-se aos vários povoamentos que foram ocupando lugar, no decorrer do século XIX, através de diversas formas de colonias, com especial vocação agrícola e pecuária.

1.1 – Breve Enquadramento histórico: Luanda

Num primeiro momento deste segundo capítulo, cheguei a escrever algum texto sobre o desenvolvimento histórico da cidade de Luanda nos finais do século XX, no tempo de Norton de Matos, já no tempo da República. Mas dado que é preciso gerir o texto de acordo com a problemática e em rigor tendo em conta o objectivo da teórica desta dissertação, levou-me a suprimir ou pôr de parte esse texto e a centrar-me sobre tudo naquilo que tem a ver com a caracterização da cidade de Luanda no momento presente.

Luanda é uma das mais antigas cidades de África ao sul do continente. É a capital de Angola e da província do mesmo nome, limitada a Norte pela província do Bengo, Este e Sul pelo Rio Cuanza, e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Fundada em 1575/76 pelo capitão português Paulo Dias de Novais. Situada numa região semiárida e quente, pobre em riquezas minerais e em solo para o cultivo, estende-se numa área de 2.418 km², agrupando-se actualmente em sete municípios como: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quiçama, e Viana, com uma população com cerca de 6.542.944 habitantes, segundo o censo realizado em 2014 (Melo, 2001, p.390).



Fig. 8 - Província de Luanda, nova divisão administrativa. Fonte: Autora

Foi na primeira metade do século XVII, que a cidade adquiriu os traços que hoje conserva, bordando as água da baía e estendendo-se pelos morros fronteiros. Foi nesta época de novas construções e restauros que adquire o nome de São Paulo da Assunção de Luanda (Idem).

Em 1848 foi publicada a primeira relação com a nomenclatura das ruas. A população da cidade, que em 1621 era de 400 habitantes, subia em 1800 a 6500 e em 1971, aproximava-se dos 500.000 habitantes (Idem).

Em 1875 registavam-se mais de 125 vias públicas, mas foi a partir de 1945, ano em que se inaugurou as portuárias e nos anos seguintes com o grande incremento da produção e comércio do café, a cidade se preencheu de novos arruamentos, grandes edifícios, amplas avenidas em que sobressaiu a Marginal, uma das mais belas de todo o continente (Melo, 2001, p. 391).

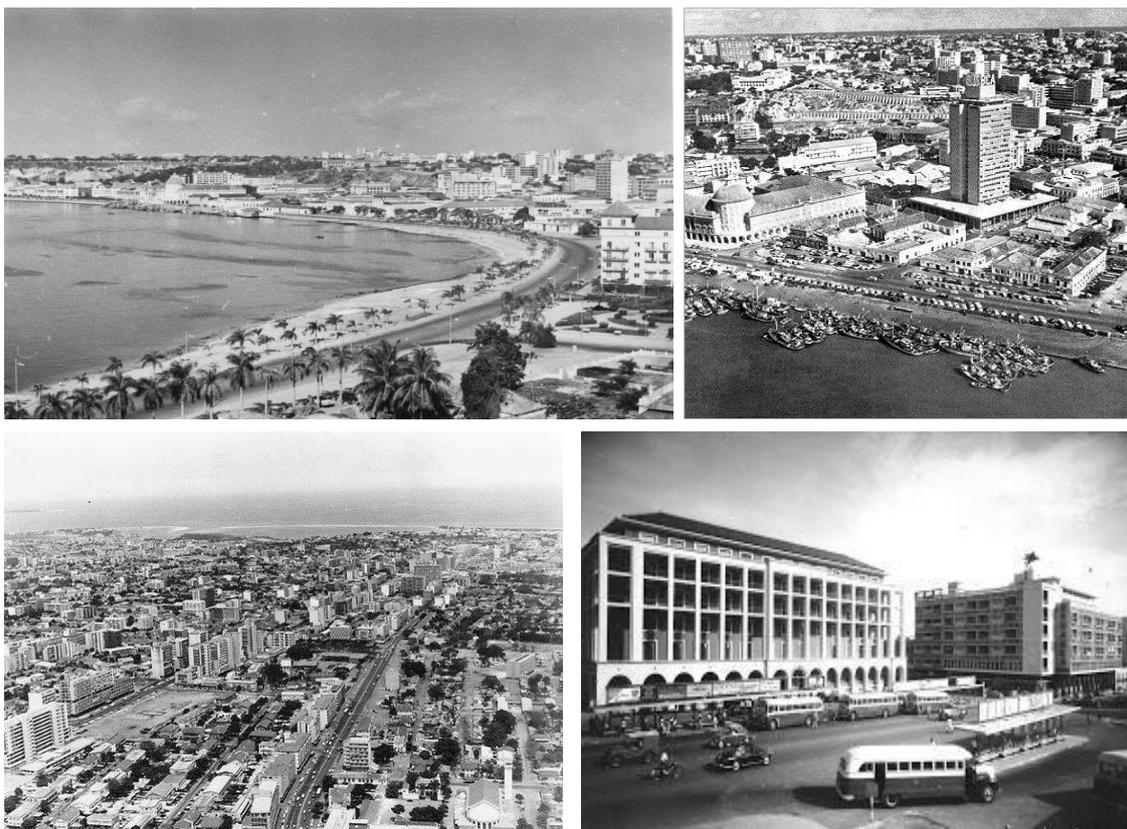


Fig. 9 - Imagens da cidade de Luanda em 1960. Fonte: [(<http://www.tpissarro.com/luanda04.jpg>) (http://3.bp.blogspot.com/_UhylnSRfqQE/R8fiUx52oQI/AAAAAAAAAAmE/18JwpSrPelA/s320/20.jpg) (<http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola>), (<http://www.4cce.org/photos/097-luanda-baia.jpg>)]

1.2 – Processo de Crescimento Urbano de Luanda

O processo de expansão das cidades dá-se em todo mundo, como podemos ver na citação este processo de crescimento das cidades estiveram sempre ligados a economia, a elevada procura de mão-de-obra barata e a busca de melhorias de vida. Este processo chega a Luanda mais tarde, mas chega com os mesmos parâmetros.

“Um dos motores principais do desenvolvimento das cidades foi sempre o potencial de recurso de toda a espécie que oferece o reagrupamento de homens e de bens no mesmo lugar e as economias de transportes que geram a proximidade.” (Ascher, 2012, p. 148).

Os anos 20 marcam o início do crescimento das cidades angolanas particularmente Luanda, que surgira da necessidade de intensificação da urbanização e da intensificação do povoamento, pelo facto de ser a capital foi submetida a vários planos de urbanização, resultado dos impulsos institucionais que respondiam às políticas nacionais e colonias que contribuíram pela sua expansão. Novos edifícios, novos eixos estruturantes como vias rodoviárias entre a cidade alta e a fortaleza de São Miguel, davam abertura a novos espaços na cidade. Nos Anos 50 novas vias surgiam como à Avenida Marginal que veio dar complemento as obras já realizadas (Fonte, 2012, p. 120).

Ao Longo do tempo, a cidade foi-se expandindo, urbanizações como Maianga, abertura do Largo do Kinaxixi, criação de novos assentamentos para os indígenas como o Bairro Operário e ainda a criação do porto de Luanda, foram criando novas ligações sucessivas aos musseques, empurrando-os cada vez mais para fora da cidade. Estas foram algumas medidas tomadas para uma nova e melhor reestruturação da cidade. Porém, todas estas intervenções não passavam de expansões pontuais insuficientes para a resolução do problema do seu crescimento desordenado (Fonte, 2012, p. 121).

No início dos anos 50 um novo Plano elaborado pelo Arquitecto João António Aguiar vai estabelecer de forma clara as zonas consolidadas, as novas zonas de expansão urbana, as zonas industriais e as rurais com intuito de estabelecer de uma forma mais clara um limite para a cidade, e ainda vários eixos estruturantes, criando radiais e vias de acesso Sul, como podemos ver nos pormenores determinados no anterior plano de De Gröer de 1942 (figura 10) (Fonte, 2012, p. 121).



Fig. 10 - Plano de Urbanização de Luanda, Gabinete de Urbanização Colonial, Arq. João António Aguiar, 1949. Fonte: Maria Fonte (2012, p.123)

Em 1957, a Câmara Municipal de Luanda solicitou um novo plano de urbanização da cidade de Luanda, um Plano regulador que controlasse o crescimento da cidade e pudesse estabelecer uma clara distinção entre as várias zonas da cidade, que levassem em conta as funções fundamentais existentes e diversificadas como a zona do porto e do caminho-de-ferro, às quais se adicionavam os respectivos cais e armazéns; a Baixa com função determinada para zona administrativa e de negócios; a Cidade Alta como zona governativa e residencial, incluindo novos bairros e também uma zona industrial, como a criação de um parque de recreação (Idem).

Determinava também uma outra ordem na circulação urbana, com uma estrutura de novos eixos que se desenvolviam formando circulares radicais e

No entanto alguns pormenores citados acima já não existem ou foram totalmente modificados como é o caso do Mercado do Kinaxixi e Baía de Luanda.



Fig. 12 - Marginal de Luanda 1972/1970. Fonte: [(<https://cc3413.wordpress.com/tag/luanda/>)(<http://pissarro.home.sapo.pt/angola.htm>)]

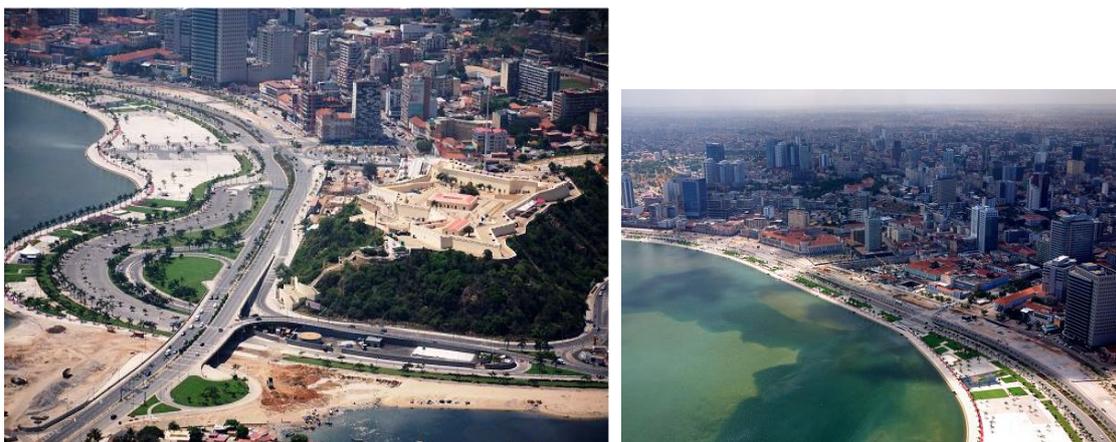


Fig. 13 - Marginal de Luanda Actualmente. Fonte: [(<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1786744&page=2>)(<http://www.angolabelazebelo.com/a-nova-marginal-de-luanda/>)]

Novamente é proposto um novo Plano Director, desta vez chefiado pelo Arquitecto urbanista Simões de Carvalho com uma equipa composta por 22 colaboradores técnicos entre eles, os arquitectos António Campino, Domingos Silva, Luís Taquelim da Cruz, Fernando Alfredo Pereira, Rosa da Silva e Vasco Morais Soares. Esta foi a equipa que, entre 1961 e 1964 elaborou o Plano Director de Luanda. Para Simões Carvalho esse plano reflectia uma nova forma de ver o urbanismo, seu conceito sobre o crescimento da cidade se reflectiu no seu texto escrito em 1963 com titulo “*Luanda do futuro*” onde, de forma muito clara mostra as suas preocupações com desenvolvimento urbano

da cidade, impulsionado pelo modelo da Carta de Atenas. Fala sobre a pobreza extrema e da falta de qualidade das habitações, tanto no centro como nas periferias, que provocavam condições precárias na vida das pessoas, devido às distâncias entre os vários elementos urbanos. Sublinhava também que a estrutura viária rápida não deveria atravessar a cidade e ser o acesso rápido feito através de vias periféricas, criando assim duas lógicas distintas, a dos grandes eixos viários e a dos pequenos percursos. Defendia que as zonas habitacionais deveriam incluir também zonas de trabalho e zonas industriais condicionadas assim como estabelecimento de ensino secundário que se dispersariam pela cidade (Fonte, 2012, pp. 126,128).



Fig. 14 - Plano Director de Luanda coordenados pelo Arq. Simões de Carvalho, 1962. Fonte: Maria Fonte (2012, p.126)

Com isto, Simões Carvalho contemplava a cidade em conjunto com a cidade já consolidada, como a zona baixa de Luanda entre outras partes da cidade e a resolução do problema da circulação rodoviária e do estacionamento. Considerando prioritariamente a execução de um plano viário constituído por dois grandes eixos de penetração, tratados como auto-estrada Norte-Sul e Este-Oeste, que ligava o centro da cidade ao interior do país, cruzando quatro vias completadas pelas vias envolventes das unidades de vizinhança, a rede viária principal. Esta estrutura viária seria complementada

pela construção de pelo menos, três grandes parques de estacionamento em altura (Fonte, 2012, p. 128).

Mais uma vez o Plano não foi aprovado, mas foram implementadas as directrizes principais respeitantes aos grandes eixos estruturantes da cidade, valorizando a expansão e a criação de novos bairros e equipamentos. O Plano também abriu caminho à realização de Planos Parcelares de Unidade de Vizinhança. Este método se estendeu por todo tecido urbano, incluindo as zonas já consolidadas como a Baixa, embora deixava de ser reinterpretado à luz da Carta de Atenas da cidade tradicional, uma visão entusiasta e optimista do futuro de Luanda. O arquitecto Simões Carvalho veio a propor outros planos como Plano Director de Urbanização do Futungo de Belas, bem como a unidade de vizinhança Bairro Prenda que chegou mesmo a ser implementado (Fonte, 2012, pp. 128-129).



Fig. 15 - Unidade de Vizinhança do Bairro do Prenda, Arq. Simões de Carvalho. Fonte: Maria Fonte (2012, p.128) versus o Bairro do Prenda em 1965. Fonte: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias13.htm>

No total foram apresentados uma média de cem propostas para dar respostas aos vários problemas que Luanda apresentava. No entanto, estas propostas contrariavam a vontade camarária (Ana Vaz Milheiro, 2010, p.311).

1.3 – Musseques de Luanda e o problema da habitação

Os musseques surgem nos finais do século XIX, mas é no século XX que se intensificam. Os musseques se inserem no contexto genérico dos *Slums* na Índia como na África do sul, as *Favelas* no Brasil e *Caniços* em Moçambique mas o vulgo traduz o conceito de musseques.

A palavra *Musseque* vem da língua nacional de Angola Kimbundo, *Mu* que significa Lugar e *Seke* que significa Areia. Refere-se ao terreno arenoso e vermelho característico da paisagem de Luanda, formados por becos e vielas (Pereira, 2008, p. 55).

Os musseques surgem quase com a fundação da cidade, são parte integrante da história e desenvolvimento de Luanda. A medida que a cidade foi se expandindo, os musseques passaram a ser excluídos da área central e empurrados para o limite da cidade por força de cada avanço da frente urbanizada. Por esse motivo, situam-se longe do centro urbano e são ampliados pela chegada de novos emigrantes. Esse grande movimento de migração interurbana mudou a fisionomia da cidade como podemos ver na figura a seguir (Ilídio Amaral, 1983).

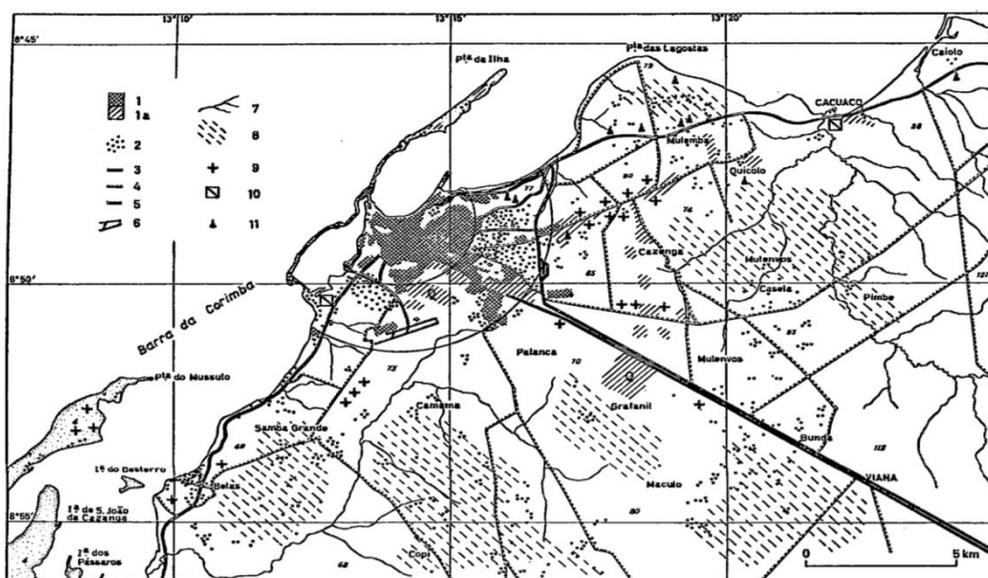


Fig. 1 — Luanda e os seus arredores.

1 e 1-a — Ocupação urbana densa e menos densa; 2 — muceques e aglomerados de cubatas; 3 — estradas principais; 4 — estradas secundárias; 5 — linha férrea; 6 — aeródromo Craveiro Lopes; 7 — valeiros; 8 — áreas de plantações de mandioca, milho, feijão, etc.; 9 — hortas e pomares; 10 — salinas; 11 — estabelecimentos industriais fora do núcleo urbano; Q — Aquartelamentos militares.

Fig. 16 - Expansão da cidade de Luanda. Fonte: Ilídio do Amaral, (1983 p.294)

movimento adicional de cerca de um milhão de pessoas que começaram a construir suas casas em zonas que já haviam sido demarcadas para urbanização e onde não haviam infra-estruturas. Da mesma forma, alguns habitantes dos musseques mais antigos mudaram-se para terras disponíveis em áreas um pouco mais distantes e esse fenómeno se dava também nas cidades vizinhas à capital (Pereira, 2008) (Terra, 2005).

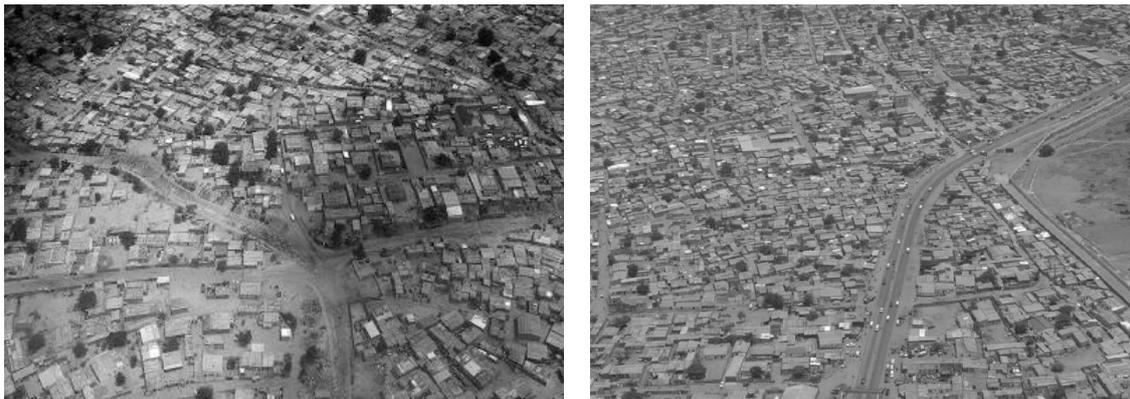


Fig. 18 - Bairro Catambor em Luanda e Musseque na cidade vizinha (Dande). Fonte: [(<http://www.angolabelazebelo.com/2009/03/luanda-bairros-ilegais/>) (<http://www.yukiba.com/7770-angola-africa-photo.html>)]



Fig. 19 - Centro da cidade de Luanda e Musseques do Rangel, (2015. Fonte: [(http://2.bp.blogspot.com/_Kelg1hM8rc/TEWoyF0OdTI/AAAAAAAAExA/1d6892rhTDg/s1600/MIGU4248a.JPG) (<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848>)]

A caracterização peculiar dos musseques está associada à pobreza, ausência de urbanização e saneamento, subalimentação, sobrepovoamento,

degradação causada pelas águas estagnadas propícias para mosquitos, moscas, vermes, bactérias e propagação de doenças constituindo perigo à saúde pública. Muitas das vezes as habitações estão em zonas de forte declive, em valas de drenagem naturais e depressões com água natural colocando em risco as famílias e outros problemas que contribuem para a marginalização social e económica dessas áreas, tendo um profundo contraste com o resto da cidade. Grande parte das pessoas destes bairros são desempregadas ou recebem um salário muito baixo. As famílias são em média de 8 à 10 pessoas, apenas com uma pessoa com rendimento, rendimento este que na sua maior vem do mercado informal (Ilídio Amaral, 1983) (Bettencourt A. C., 2011).

“O musseque representava também um território de “liberdade”, escapando do controle fiscal, tornando-se apetecível para actividades económicas paralelas” (Milheiro, 2010, p. 308).



Fig. 20 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Osmar Edgar
(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)



Fig. 21 – Imagens dos musseques do Cazenga e Rangel. Fonte: VêSó.by Wasso Wasso e Germano Miele [(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.478718032292801.1073741845.379958965502042&type=3>)](<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)]

Segundo Ilídio Amaral (1983) as casas dos musseques eram tradicionais de adobe e de pau-a-pique, de madeira e zinco mas a população europeia trouxe para os musseques outras formas de assentamento, com caracter mais definitivo, impedindo qualquer iniciativa de substituição destes alojamentos precários por construção nova, intensificando os problemas de alojamento e as dificuldades de realização de medidas adequadas de planeamento urbano. Em Luanda, os musseques têm uma proporção muito elevada de casas, 94% é construída com materiais sólidos geralmente blocos de cimento e em alguns casos tijolos e cerca de 60% está estocada e pintada (Development, 2005) (Ilídio do Amaral, 1983).

Segundo os estudos dos autores [(Ilídio do Amaral, 1983) e (Andrea Benttecourt, 2011)] revelam que os habitantes dos musseques raramente regressam a vida no campo, ainda que as condições da cidade sejam más – falta de emprego, dificuldade em adquirir alimento, risco de perder a casa, há sempre o desejo de permanecer perto da grande cidade.



Fig. 22 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Carlos Gomes
(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)

O estudo da Development Workshop, (2005, p.74-75) demonstra a evolução dos musseques até ao fim da guerra civil. Embora os musseques tivessem sido palco de várias intervenções que não tiveram sucesso continuam sendo um dos principais problemas de Luanda, visto sobre tudo pelo lado da habitação (Development, 2005).

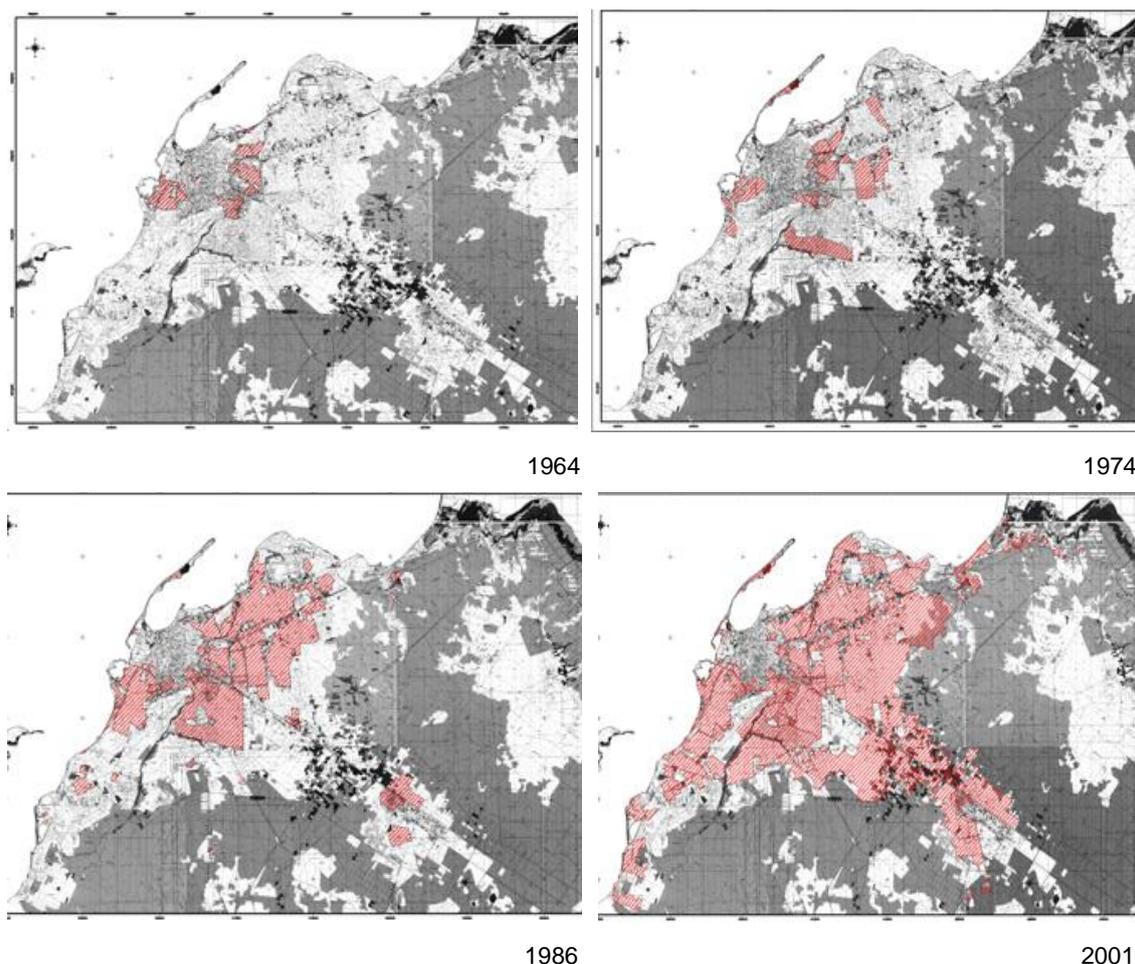


Fig. 23 – Evolução dos musseques em Luanda. Fonte: Development Workshop, (2005)

Após o término do conflito civil, o governo considerou que muitos dos deslocados voltariam às suas províncias de origem, mas devido à guerra prolongada, a maioria se estabeleceu definitivamente em Luanda. A cidade alberga cerca de 27% de toda a população de Angola, segundo o Censo realizado em 2014 e a busca por habitação e o conflito sobre direitos à terra se tornaram muito elevados. Mais de três quartos dos habitantes de Luanda vivem em bairros informais ou musseques (UN-Habitat, 2014).

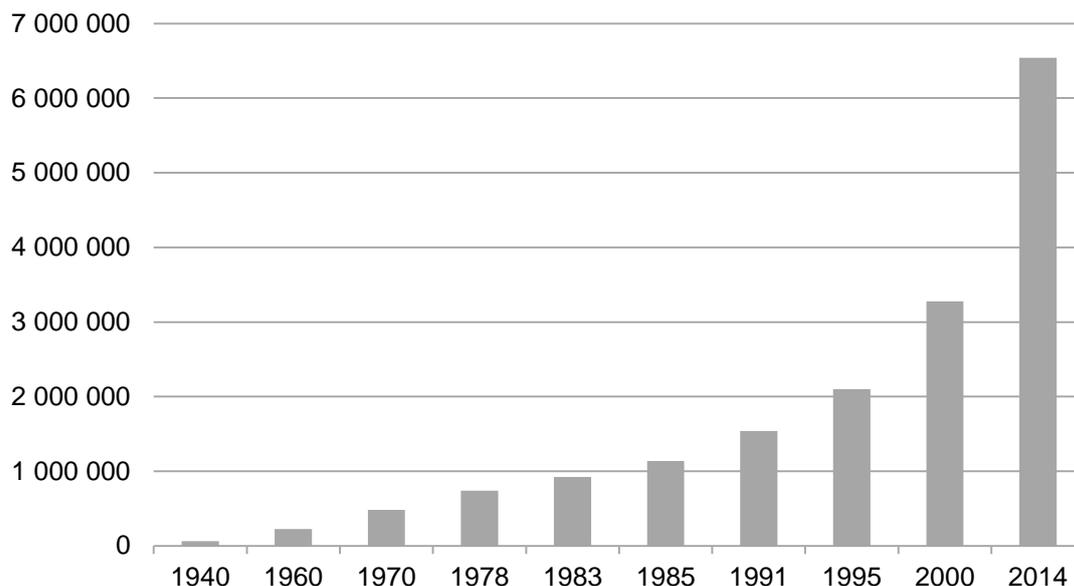


Fig. 24 – Crescimento Populacional de Luanda. Fonte: [(Roque, 2001), (Ilídio do Amaral, 1983)]

O gráfico acima ilustra o crescimento populacional da cidade de Luanda durante o período colonial até o último censo. Embora os dados são compilados a partir de varias fontes diferentes, elas demonstram o aumento dramático da população urbana (Roque, 2001, p. 36).

Em 1982 foi publicada a Lei de Autoconstrução ou de Auto-Ajuda de habitação que marcou a primeira tentativa por parte do Estado Angolano para lidar com a crescente demanda por habitação urbana. O programa falhou, e acabou por ser arquivado e a cidade continuo crescendo (Development, 2005, p. 72).

Até agora todos os mecanismos criados na tentativa de reajustamento dos musseques, da legislação para a regulamentação da construção, do sistema de autoconstrução, de elaboração de planos urbanísticos de novas cidades a fim de resolver o problema da habitação, ainda que bem-intencionados, todos falharam na resolução dos musseques provavelmente por falta de análise dos factores importantes ligados aos musseques.

Os musseques contêm um património cultural de grande importância para as pessoas que o habitam que não deve ser ignorado ou postos de parte e devem ser levados em consideração nas intervenções que têm sido submetidos.

Segundo as análises de estudos de alguns autores [(Maria Fonte, 2012), (Ana Milheiro, 2010), (Development Workshop, 2005), (Ilídio do Amaral) e (Andrea Bettencourt, 2011)] os musseques fazem parte da história de Luanda e tiveram um grande impacto na configuração da cidade, seja ela má ou positiva como podemos ver na citação de Maria Fontes (2012).

“Os Musseques não são a cidade formal, mas faz parte dela, são o lado informal. O Musseque surge na cidade grande, onde a hipótese de melhorar de vida faz mudar o local de vida, levando as bases da origem de quem parte, a actividade agrícola e a forma de se relacionar com o espaço” (Maria Fonte, 2012, p.110).

Nos musseques estão presente, todas e quaisquer referenciais culturais de Angola. Factores culturais como a rua que passa a ser uma continuação da casa, e é na rua que as pessoas convivem, comem, brincam, dançam e trabalham. O quintal representa outro espaço muito importante nos musseques, é onde se passa grande parte do tempo, onde faz-se as refeições, os convívios, as brincadeiras, e onde se recebe os amigos. O interior da casa serve apenas para dormir e guardar bens.



Fig. 25 – Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje e Ana Mascarenhas (<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)

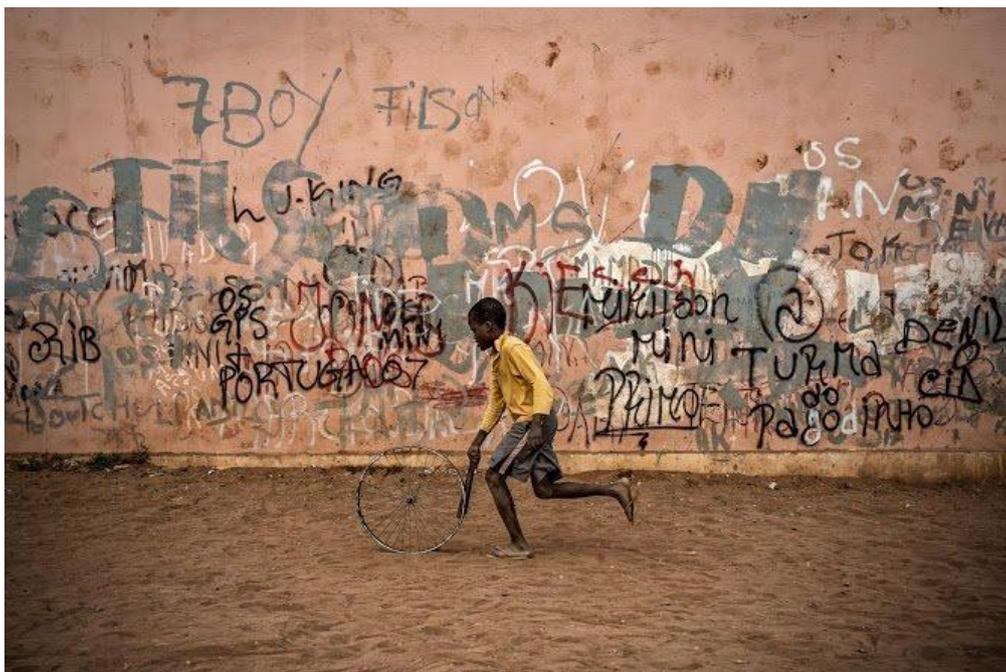


Fig. 26 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Germano Miele e Carlos Gomes
<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>

Nos musseques vive-se em comunidade. Lá as crianças andam pelas ruas a vontade e como todos conhecem-se ir às ruas sozinhas não constitui perigo.



Fig. 27 - Musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Ivan Lopes

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.478718032292801.1073741845.379958965502042&type=3>

As famílias estão sempre juntas, há sempre espaço para mais pessoas numa casa de apenas dois quartos e quando a família cresce, constrói-se mais um anexo no quintal, não havendo desta forma, espaço para o individualismo presente no centro das cidades. Os moradores têm uma forma própria de poupança denominada “*Kixikila*”, um sistema informal de poupança e crédito que envolve normalmente um grupo de pessoas que junta dinheiro numa base regular, cuja à quantidade total reunida pelo grupo é posta a disposição de um dos membros do grupo num sistema rotativo num certo número de vezes ao ano (Development Workshop, 2005).

Os moradores dos musseques são fortemente trabalhadores por conta própria no sector informal em particular os jovens, devido à falta de educação e poucas oportunidades nos sectores públicos e privados formais ou regularizados. Muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas em casas de classe media-alta no centro da cidade, outras são vendedoras ambulantes ou montam pequenas bancadas em frente à própria habitação (Idem).



Fig. 28 – Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by: Ana Mascarenhas e Carlos Gomes (<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)

Ao contrário das novas cidades que propõem casas com uma configuração rígida para acolher todos aspectos sociais e culturais como da família alargada, as casas nos musseques são diversificadas com cores vivas e materialidade.

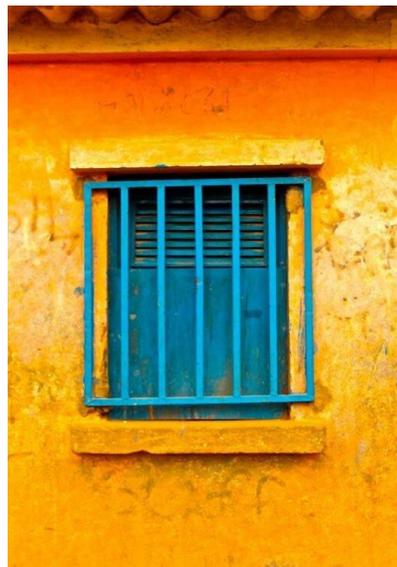


Fig. 29 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje (<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)



Fig. 30 - Imagens do musseques do Rangel, (2015). Fonte: VêSó.by Vanda Tchimuondje
(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.503995133098424.1073741848.379958965502042&type=3>)

As cidades estão em permanente construção, e crescimento de ordem económica, política, social, e urbanística, e estão sujeitas a um conjunto de permanentes mudanças. É natural, que a medida que a cidade se transforma os musseques também sofram transformações por que a cidade é algo que procura o perfeito e ideal.

Segundo Aravena (2011) o século XXI será lembrado como o momento em toda história da humanidade que haverá mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo e este crescimento urbano baseia-se principalmente à migração do campo para cidade.

As cidades são imperfeitas mas tudo é feito no sentido de que as cidades atinjam esse ideal permanentemente e é isso que, de alguma maneira, se pretende chamar atenção nesta dissertação. Para além das questões negativas que os musseques possuem é necessário que esses aspectos culturais sejam respeitados e considerados nas novas políticas de reestruturação dos musseques porque é a identidade cultural de um povo. Com a sua demolição todo património cultural desaparece, e entender esta dinâmica que está em curso é importante pois ela pode ser orientada pelo método da requalificação, regeneração urbana, métodos urbanos que protegem o património cultural.

1.4 – Políticas urbanas atuais de Requalificação urbana em Angola

Agora vou-me debruçar sobre a realidade que é ainda muita debatida que é o problema da habitação dos bairros que surgiram nas cidades de Angola de uma maneira espontânea clandestina, não planeados e que conforme se pode verificar na Lei de Ordenamento do Território 3/04 no capítulo I, secção I, do artigo 4 na alínea d) são designados por áreas degradadas ou de ocupação ilegal.

Dado que um dos documentos que vai ser objecto de estudo para minha pesquisa como o plano da IDOM que elege o termo de Requalificação Urbana, a partir de agora falarei apenas de requalificação urbana não esquecendo no entanto que reconversão, reabilitação, regeneração, revitalização urbana significam aproximadamente a mesma coisa como já referi na matéria no primeiro capítulo.

Sendo assim, para preparar a abordagem desta questão me basearei em alguns autores como [(Andrea Bettencourt (2011), Ana Milheiro (2010), Isabel Raposo (2011)] que têm vindo a estudar esta problemática e os aspectos que vou valorizar e tentar responder são:

- Como tem sido aplicado estas intervenções nos musseques?
- Que programas e estratégias urbanísticas têm sido adoptadas pelo governo angolano?
- Que plano de acções se deve assentar nos musseques?

Desde os meados do século XX para cá, as constituições começaram a consagrar o direito da habitação em larga maioria nos países, e também a Constituição de Angola (2010) consagra esse direito no capítulo III do artigo 85º. Contudo, a falta de habitação é ainda uma realidade muito presente, o que explica a permanência do fenómeno da habitação espontânea, clandestina e ilegal, realidade esta que em Angola se designa por Musseques, embora de acordo com a legislação, a nomenclatura que aparece não é Musseques mas sim áreas urbanas degradadas ou de ocupação ilegal mas o vulgo traduz no conceito do Musseques. São zonas precárias, onde predomina a falta de

emprego, a ausência de uma política coerente e diversificada de apoio à habitação e políticas demasiadas burocráticas de disponibilização de solos urbanizados a baixo custo para habitação social. Todos estes factores explicam que este fenómeno tenha ainda grande visibilidade e larga expressividade.

As soluções que se têm propostas em Angola em particular Luanda, para reverter este problema assentam fundamentalmente em três concepções genéricas de intervenção: construir novas cidades ignorando os musseques; demolir os musseques na sua totalidade; e a reabilitação ou requalificação dos musseques (Bettencourt, 2011, p.78).

E como desconsidera-se aqui a questão da demolição dos musseques na sua totalidade irei centrar-me na sua requalificação e para acentuar a importância deste pensamento vou destacar a contribuição da implementação desta nova política de urbanização.

A requalificação urbana é uma intervenção que ainda precisa de amadurecimento nas cidades angolanas, na sua implementação pois é de conhecimento que só tenha sido aplicada a nível de infra-estruturas básicas, e nunca foi implantado à escala mais alargada na cidade de Luanda ou mesmo em escala nacional, embora seja prevista na legislação vigente como veremos a seguir.

A requalificação urbana nos musseques vamos entendê-la como uma estratégia fundamental para o melhoramento das condições de vida, estruturas sociais, económicas e culturais locais. Contudo, na base de análise da legislação que pude recolher, depreende-se que o entendimento sobre questões da requalificação dos musseques é entendido neste sentido:

“... Requalificação urbana deve salvaguardar o património arquitectónico histórico das cidades na perspectiva do seu restauro, estimulando a parceria com o sector privado para o efeito.” (MINUHA, 2013).

E ainda a Lei nº3/04 de 25 de Junho do Ordenamento do Território e do Urbanismo é prevista na secção I do capítulo I, nos artigos 4º, nas alíneas (d), (h), no artigo 6º da secção II, na alínea (g), e no artigo 18º a reconversão de todos os espaços de génese ilegal no país.

O meu trabalho não é sobre isto mas como ponto de partida é fundamental registar que de acordo com os decretos nº2/06 de 23 de Janeiro, nº 80/06 de 30 de Outubro, nº97/07 - série I de 13 de Agosto de 2007, e nº65/07- série I de 13 de Agosto de 2007, mostram que o país está a dar saltos enormes na montagem de um aparelho de ordenamento do território e de organização do espaço. Não vou entrar em pormenor, mas nesta estrutura, efectivamente na pauta de tudo, elas aparecem com especial relevo nos planos respeitantes (Ver orgânica no anexo 1).

Outra estratégia que tem sido utilizada em Luanda é a renovação urbana, com realojamento da população em outras áreas distantes do centro da cidade. A zona é qualificada do ponto de vista urbanístico, com a demolição das construções existentes e os terrenos são valorizados.

A população é realojada em novos terrenos infra-estruturados onde podem manter uma qualidade de vida equivalente ou melhor ao que tinham anteriormente. Contudo, estes bairros de realojamento, em Luanda como noutras cidades, localizam-se na sua maioria distantes do emprego e serviços. O afastamento destas áreas de realojamento em relação aos bairros de origem dificulta o processo de atribuição de habitação, uma vez que as comunidades tendem a regressar para os musseques mais centrais, ainda que piorem as suas condições de vida. Desta forma, apesar da eliminação de alguns assentamentos informais, o número de habitantes em área de musseque não sofre uma redução significativa, surgindo ainda novas áreas de musseque (Bettencourt, 2010, p.81).

Segundo a Lei vigente que diz “Em defesa da qualidade de vida dos cidadãos, os planos urbanísticos devem programar a reconversão ou recuperação das áreas urbanas degradadas ou de origem ilegal, em termos compatíveis com os planos financeiros adequados à sua execução”. Artigo 18º da Lei nº3/04 de 25 de Junho, capítulo I, secção II.

Como já foi dito anteriormente, e é visível no discurso construído, que o estado ainda tem uma certa dificuldade na utilização deste instrumento, confundindo o seu significado da sua aplicabilidade. A legislação prevê a requalificação e não a renovação urbana tal como tem sido aplicada.

Contudo, as intervenções nos musseques também têm sido apoiadas por vários programas que não estão especificamente orientados para estas áreas como por exemplo: O PNUH, Programa Meu Sonho, Minha Casa; Autoconstrução dirigida e criação de novas cidades; Subprogramas de 200 fogos por município e Infra-estruturas das reservas fundiárias.

A intervenção PNUH é um instrumento que visa o melhoramento dos níveis de habitabilidade da população e tem por objectivo a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo país, através do crédito chinês de financiamento de baixo custo para alojar cerca de seis milhões de cidadãos angolanos em casas sociais. Um programa desenvolvido em 2009 à 2017 (Bettencourt A. C., 2011, p. 77).

O projecto descreve a construção de um milhão de fogos entre os quais, 115 mil vão ser erguidos pelo Estado, 120 mil pelo sector privado, 80 mil a cargo das cooperativas e 685 mil por meio da autoconstrução dirigida, no meio rural e urbano. O programa será implementado prioritariamente nas províncias de Luanda contabilizando de sete cidades, e nas províncias do Uíje (Catapa), Malanje, Lunda-Norte (Chitato), Lunda-Sul (Saurimo), Kwanza-Norte e Sul, Benguela (Zona sul), Huambo (Mungo), Bié, Moxico (Luena e Luau), Huila e Kuando-Kubango (Missombo), sendo executadas em dois níveis de intervenção: um programa (fase I) e um outro de expansão (fase II) (Idem).

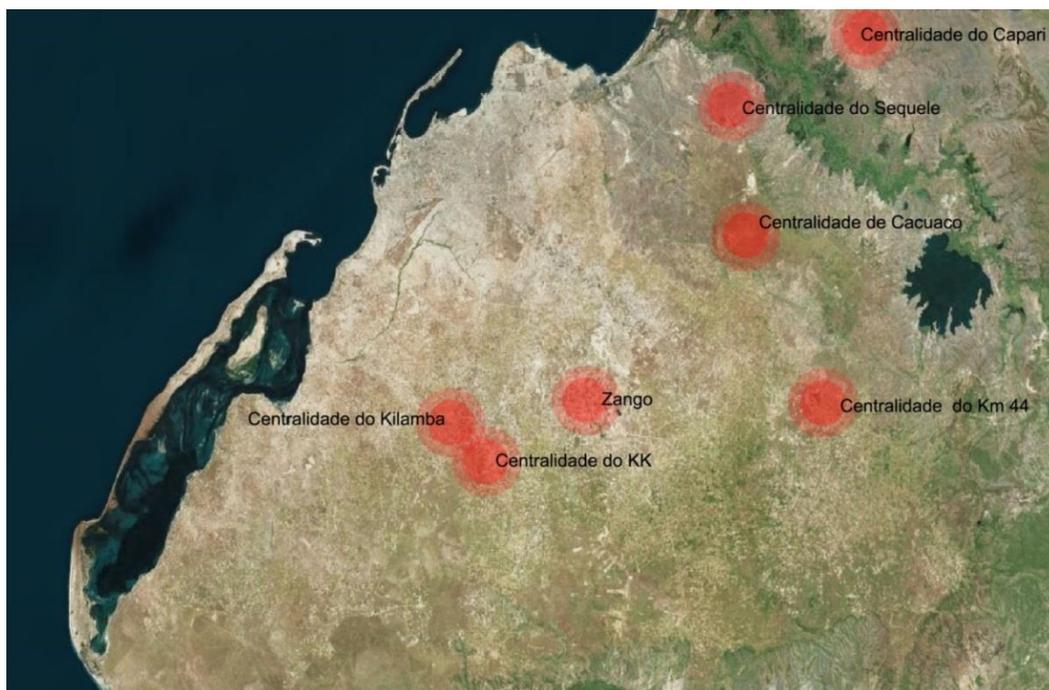


Fig. 31 – Representação das sete novas cidades construídas em torno do perímetro urbano da cidade de Luanda. Fonte: Autora



Fig. 32 Imagem aérea parcial, primeira fase da Cidade do Kilamba. Fonte: <http://www.ccjo.com/en/content/angola-social-housing-kilamba-kiaxi>

O PNUH é estruturado com base nos objectivos específicos prioritários e reflecte os principais anseios dos diversos estratos da sociedade angolana face à problemática habitacional, com ênfase no atendimento das famílias mais vulneráveis e mais carenciadas socialmente tais como os antigos combatentes, os jovens, as populações que vivem em áreas de risco, integrando maioritariamente as classes de média e baixa renda (Secuma, 2012, p. 13).

No entanto, cada apartamento tem uma área útil de 110 à 150 m² e custam à partir de 120 mil à 200 mil Dólares, uma vez que a maioria da população Luandense vive com equivalente à 2 Dólares por dia, o preço unitário de venda original dos apartamentos está acima das possibilidades da maioria dos habitantes em Luanda, incluindo os trabalhadores do sector público, uma vez que o salário mínimo estipulado pela Lei no Decreto Presidencial 144/14 de 09 de Junho de 2014, que varia entre 15.003.00 à 22.504.50 Kwanzas, equivalentes à 150 à 250 Dólares respectivamente, que contabiliza aproximadamente 2.424 Dólares anual. Tendo ainda uma classe média muito baixa, o governo possibilitou que os apartamentos fossem comprados por meio de um esquema mensal de parcelas de 30 anos conhecido como “*Renda Resolúvel*”, no princípio disponível exclusivamente para os funcionários públicos de nível médio e mais tarde este programa foi alargado ao público no geral. Mostrando claramente que o projecto tinha sido mal planejado, por que era destinado apenas à pessoas de classe média, em vez de aqueles que têm baixo rendimento e que realmente necessitavam. Apesar do esforço do governo essa medida ainda é demasiado elevada para população mais pobre (Cain, 2014).

Programa Meu Sonho, Minha Casa é um projecto em parceria com a empresa Kora Angola que é responsável pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40.000 fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié (7.000), Huambo (12.000), Moxico (3.000) Kwanza Sul (5.000), Uíge (7.000) e Luanda (6.000). E deverá realizar operações de loteamento infra-estruturas com equipamentos sociais, no sentido de contrariar o crescimento dos novos musseques de modo anárquico e desordenado. (Bettencourt A. C., 2011, p. 77) (Angola P. d., 2012).

Subprograma de 200 fogos por município e Infra-estruturas das reservas fundiárias prevê construir um total de 26.000 casas, em 130 municípios do país, e serão comercializadas no sistema resolúvel no valor de quatro milhões de kwanzas, a ser pagos em 30 anos, sendo que, em 2013 encontravam-se concluídos 11.750 fogos, com maior destaque nas províncias da Lunda Norte e Luanda. O programa de urbanização de reservas fundiárias cria 50 mil lotes no país e é parte de um subprograma de requalificação e renovação urbana para melhoria da qualidade de vida das populações dos bairros de génese ilegal, aprovadas no Decreto nº97- serie I de 13 de Agosto de 2007 (MINUHA, 2015).

A autoconstrução dirigida também enquadra-se nas intervenções adoptada pelo governo de Luanda, uma programação de novas áreas de desenvolvimento para habitação social e autoconstrução dirigida. Porém, segundo Andrea Bettencourt (2011) devem incluir-se as seguintes acções, que se integram em função da disponibilidade financeira:

- a) Atribuição do lote ou solos urbanizados;
- b) Regularização da propriedade através da concessão do respectivo título;
- c) Fornecimento de bloco técnico preparado para as ligações da habitação às redes públicas;
- d) Entrega da estrutura nuclear iniciada;
- e) Entrega da casa sem acabamentos;
- f) Entrega da casa com as condições mínimas de habitabilidade.

Como é o exemplo já implementado da Nova urbanização de Auto – Construção dirigida no Musseque Capari com 21.270 Km².

Estes instrumentos referidos intervêm apenas em áreas ou zonas urbanas específicas, não requalificando as áreas de géneses ilegal esquecendo o quadro da problemática territorial em que a cidade de Luanda se inscreve.

Todas intervenções estratégicas que são aqui apresentadas exigem conhecimento e sensibilidade à complexidade dos problemas urbanos associados aos musseques. Estes instrumentos são fundamentais para permitir que estratégia a adoptar seja realista, em todas as suas fases, desde a

definição das estratégias, à decisão de como implementar e à sua implementação, e que seja eficaz a longo prazo. Contudo não devem esquecer as condições institucionais, sociais e físicas existentes para permitir o desenvolvimento do projecto e garantir a sua manutenção (Bettencourt, 2010).

O discurso que construo resulta de um pensamento em volta desta nova realidade que vem aí. E quando estou a tratar sobre o conceito de requalificação, reconversão, regeneração, reabilitação, quero tomar consciência que o governo angolano está a tentar montar uma estrutura de intervenção urbana e de políticas urbanas que vão neste sentido. Sendo certo que a partir daqui será de se esperar que a organização do espaço urbano, do planeamento das cidades e a definição de políticas urbanas, seguramente terão que conjugar-se no sentido de Angola, mais concretamente, a metrópole de Luanda poder fazer com que a cidade possa responder os desafios do século XXI.

1.5 – Análise do quadro legal

Angola entrou no século XXI com novo vigor e afirma-se como um país de uma economia emergente. Neste sentido, o país já dispõe de um conjunto de leis e princípios que permitem valorizar as suas cidades bem como proporcionar um melhor ordenamento das mesmas.

Uma das questões levantadas no desenvolver deste trabalho, foi perceber se Angola tinha um sistema de planeamento do território definido, uma vez que, não foi possível encontrar autores que tivessem estudado sobre a questão. Ao longo desta investigação esta questão tornou-se afirmativa através da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo nº3/04 de 25 de Junho. (ver anexo p.115, Sistema de gestão territorial de Angola)

Com a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo nº3/04 de 25 de Junho em conjunto com o Decreto de Regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais, nº2/06 de 23 de Janeiro, foi possível fazer uma análise crítica mais completa ao plano em estudo.

A Lei acima referida “pretende implantar um sistema que assenta justamente numa concepção global da problemática do ordenamento territorial como sistema de normas, princípios e instrumentos em que realçam os planos territoriais segundo tipo especializados, em razão do âmbito territorial, do conteúdo material e os objectivos visados e a política de acções que os concretizam valorizando os solos, ordenando-os infra-estruturando-os para uso geral e colectivo, com formas sistemáticas de intervenção do Estado das administrações locais no ordenamento do território”.

A Lei adopta também com especial protecção a valorização do mundo rural que por muito tempo foi sujeito por uma onda de emigração e ameaça de destruição dos seus patrimónios culturais diversificados, sustentados por uma estrutura fundiária que lhe é própria.

Esta lei estabelece o sistema de ordenamento do território, e do urbanismo e da sua acção política nos artigos 25 à 32. Nos artigos 4 e 6 da secção I, assegura determinados factores importantes nas alíneas d) e h) do artigo 4 e alínea i) do artigo 6.

- d) Recuperar ou reverter as áreas degradadas ou de ocupação ilegal.
- h) Proteger o património natural e cultural e valorizar as paisagens resultantes da actuação humana.
- i) Participação pública.

“A participação dos cidadãos permite uma melhor compreensão das exigências das pessoas e pode dar início a uma verdadeira evolução cultural, que conduzirá à aceitação de soluções muito diversas para fazer face às diferentes necessidades dos vários grupos, preservando sempre uma identidade partilhada da cidade” (CEU, 2003).

Como podemos ver na citação da CEU na Carta de Atenas de 2003, o papel da participação pública passa agora a ter uma grande importância no crescimento e no equilíbrio da cidade.

O decreto de regulamento geral dos planos territoriais, urbanísticos e rurais, nº2/06 de 23 de Janeiro, tem como objectivo regulamentar as bases

gerais do ordenamento e do urbanismo consagrados na Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo nº3/04 de 25 de Junho.

Este decreto cria condições para implementação da Lei, no entanto enuncia alguns princípios de direito mas não desenvolve ou especifica que tipo de acção deve ser implementada para que o seu exercício seja efectivamente exercido como é o caso da participação pública.

Antes destas leis toda a organização do território baseava-se nas Lei de terras que foram sendo ajustadas e adaptadas as mudanças com aparecimento de novos problemas e com desenvolvimento da cidade.

A Lei 2030, de 1948, foi a base da lei de terras no período colonial em Angola, sujeita, posteriormente, às várias alterações regulamentares na mesma época em várias províncias. Nesse período a gestão de terra urbana era frágil e insustentável. A pós-independência não trouxe grandes melhorias, continuou sendo frágil (Bettencourt, 2011).

Este regime vigorou ainda nos primeiros anos de independência até a aprovação da Lei n.º 21-C/92, de 28 de Agosto, sobre a Concessão da Titularidade, do Uso e aproveitamento da Terra, que regulamentou a concessão de terras para fins agrícolas como base de desenvolvimento rural e direito de superfície, não contemplando, as demais vocações da terra. Esta lei foi regulamentada através do Decreto-Lei n.º 32/95, de 8 de Dezembro. (Bettencourt, 2011, p. 70)

Com a independência em 1975, a nova constituição estabeleceu que toda a terra pertencia ao Estado, podendo o seu uso ser transferido para indivíduos ou entidades (Idem).

O Decreto-Lei 46-A/92 concedeu o direito aos Governos Provinciais das áreas urbanas cuja terra estava sobre o controlo estatal, para um período mínimo de 25 anos e um máximo de 60 anos renováveis (Idem).

Em 1994, foi aprovado a Lei Resolução 30/94 pelo Governo Provincial de Luanda para fazer face à tendência do uso não planificado da terra na área urbana. E em 1996 elaborou o Regulamento 1 para permitir a concessão do direito de usufruto (superfície), no quadro de um programa de desenvolvimento

de terras e infra-estruturas com parceiros do sector privado — o Programa Luanda Sul (Idem).

Esta foi a base para a aprovação, em 2000, a nível nacional, de um Plano de Gestão e Crescimento de Luanda (Resolução 27/00, do Conselho de Ministros) como base de um Plano Director. Porém o plano não foi finalizado apesar de existir regulamentação subsequente: o Despacho 57/2000 (que cria um grupo de trabalho para actualizar e coordenar todas as leis e regulamentos concernentes ao Governo Provincial) e o Despacho 82/2000, que indica a intenção de dar início a uma planificação urbana compreensiva e sistemática, e um programa de melhoramentos (Development, 2005, p. 72).

Em 2002, após o fim da guerra civil, o Conselho de Ministros nomeia uma nova Comissão para elaborar uma nova Lei de Terras. Em Julho do mesmo ano é publicado o primeiro esboço do anteprojecto, o segundo esboço é levado à Assembleia Nacional em Novembro de 2003 e a versão revista e remodelada é provada em Agosto de 2004 (Bettencourt, 2011, p. 70).

A nova Lei de Terras, Lei n.º 9/04, aprovada pelo Presidente da República em 9 de Novembro, estabelece que a terra constitui propriedade do Estado e que o seu uso pode ser transmitido para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento. A lei consagra igualmente que o Estado respeita e protege a propriedade das pessoas, quer singulares e colectivas (Idem).

A aquisição de terra em Angola foi sempre de forma informal. Estas Leis vêm permitir que os ocupantes ilegais possam regularizar as suas terras num curto prazo depois da sua ocupação e concede poderes consideráveis ao Estado para gerir a terra e determinar quem tem direito a que terra e em que modalidades. Esta Lei também vem reforçar implementação de planos urbanos, mas também a importância dos padrões de planificação das cidades. Contudo a ONGs (Development Workshop de Angola) reprova a implementação da mesma por estes motivos (Development, 2005).

- a) A proposta de Lei de Terras não vai ao encontro dos princípios da Agenda Habitat e do seu Plano Global de Acção, aprovados na Cimeira

das Cidades em Istambul, em Junho de 1996, que o Governo angolano assinou;

- b) A questão das compensações justas pelas terras ocupadas de boa-fé não está consagrada de forma adequada;
- c) Os princípios enunciados na versão preliminar da lei não fazem referência a qualquer gestão participativa da terra, ou mesmo a obrigações sociais dos proprietários da terra.

“Assumir que a lei pode criar uma “cidade bonita” forçando tais padrões é, efectivamente, criar um outro obstáculo à propriedade legal e segura da terra por parte dos habitantes de baixa renda que ocuparam a cidade” (Development, 2005, p. 151).

Em Angola as Leis fazem parte de um quadro com fragilidade na capacidade de implementação a nível nacional. A aplicação das mesmas necessita de regulamentação adequada e de capacitação administrativa e judicial para se tornar efectiva.

Segundo Development Workshop (2005, p.151) Angola precisa observar os exemplos de leis aplicáveis à terra urbana em outros países de África e de outros continentes, que tentam garantir o acesso dos pobres a terrenos urbanizados, a segurança da sua propriedade e o seu envolvimento na planificação e gestão das suas próprias comunidades urbanas. O Governo angolano pode aprender com estas experiências e adaptar sua a Lei de Terras e seus regulamentos de acordo com esta experiência.

1.6 – Caracterização do objecto de estudo: Bairro Morro Bento II

Partindo da observação dos diversos planos urbanísticos de Luanda, bem como a condição dos musseques procede-se agora a análise genérica do Bairro Morro Bento II. Porém, será no capítulo III que se vai analisar o caso específico do projecto que inclui características mais pormenorizadas do Bairro Morro Bento II.

Contudo, é necessário lembrar que a falta de estudo realizados no campo de ciências sociais em Angola nos períodos ante e pós-independência determinou um baixo nível de conhecimento sobre o desenvolvimentos e aparecimento de vários bairros de Luanda. Sendo assim, a caracterização do Bairro Morro Bento II vai ser baseada em uma análise visual e em artigos que falam de Luanda no geral.

A nível de história e aspectos sociais o bairro Morro Bento II está localizado a sudoeste de Luanda, a 9 km do centro urbano da cidade, entre o Município de Belas e Luanda segundo a nova divisão política administrativa. Tendo uma dimensão de 470 hectares o bairro encontra-se delimitado por duas vias de grande importância na estrutura viária da cidade, a sul pela Avenida Pedro de Castro Van-Dunem Loy que faz ligação entre o município de Belas e a Avenida Deolinda Rodrigues, e a norte pela Rua 21 de Janeiro, eixo que faz ligação com Aeroporto 4 Fevereiro.

O Bairro Morro bento II está inserido na evolução de Luanda colonial (Musseques). É um dos bairros mais recentes de Luanda, construído pelos seus moradores nos últimos 20 anos, sendo um bairro que encontra-se em transição destaca-se com potencial para sua consolidação como área de crescimento equilibrado da cidade. O bairro apresenta uma malha urbana ortogonal na maior parte de sua extensão, com excepção algumas zonas de traçado irregular que foram surgindo com crescimento tardio. Com uma população de (225,9 habitantes) a sua ocupação é maioritariamente residencial.

A sua população é proveniente de outras áreas da cidade e da província do interior do país. Tendo níveis socioeconómico desde médio-baixos e médio-altos, e um pequeno grupo de pessoas pobre e muito pobres no bairro tendo os agregados familiar em média 8 à 10 membros. O bairro apresenta uma miscigenação de classes sociais, uma característica dominada por poucos bairros em Luanda o que constitui um ponto positivo para bairro.

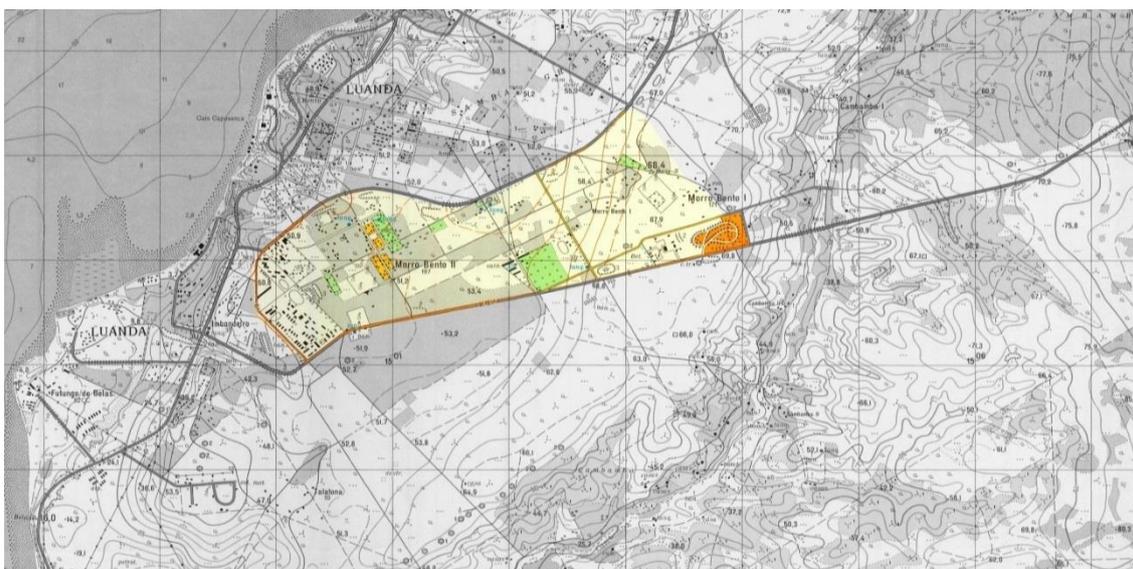


Fig. 33 – Plano Metropolitano (1990), Morro Bento II. Fonte: Governo provincial de Luanda.

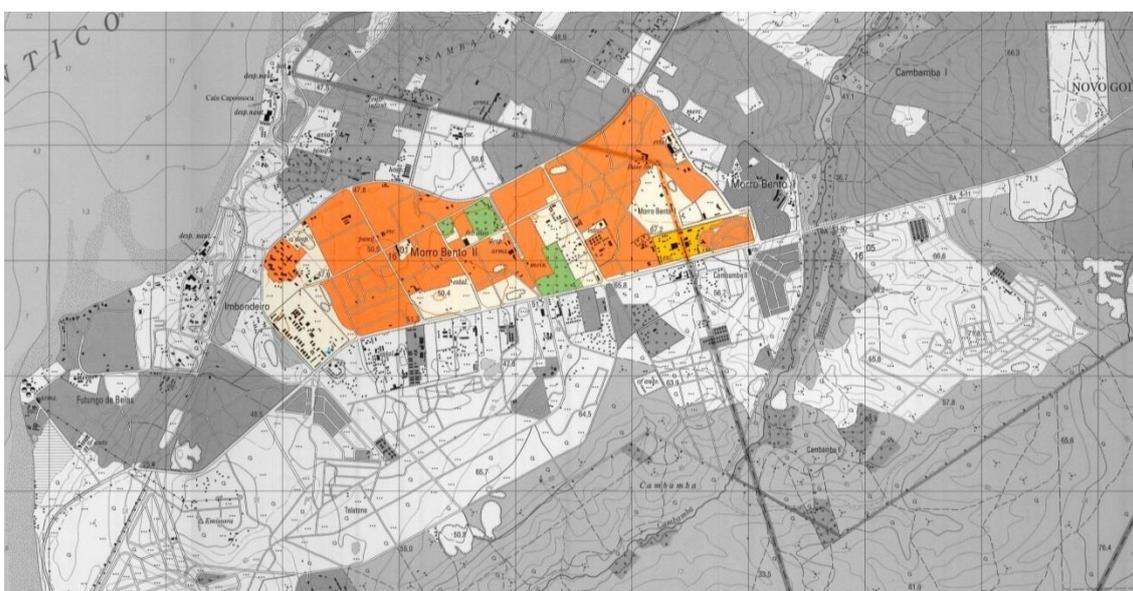


Fig. 34 – Plano Metropolitano (1998), Morro Bento II. Fonte: Governo provincial de Luanda.

É relevante destacar que durante análise das cartas dos planos metropolitanos de 1990 e 1998 constata-se que o espaço geográfico do bairro Morro Bento II era configurado apenas na metade do bairro, não tal como conhecemos hoje, situado mais a sul. No entanto, a outra área no sentido Norte era considera Morro Bento I.



Fig. 35 – Contextualização do Morro Bento II actualmente. Fonte: Google Maps (2015).

Em termos de materialidade o bairro apresenta uma qualidade construtiva muito variada baseada em blocos de betão ou em tijolo e com telhado de zinco ou fibrocimento nas áreas cujo nível socioeconómico é o mais baixo, particularmente na zona norte do bairro. Nas zonas restantes do bairro é maioritariamente pintado e rebocado.

Todavia, o bairro carece de infra-estruturas e necessita de uma reabilitação total dos seus arruamentos, renovação da pavimentação de vias e passeios. Além disso, encontram-se deficiências de acessibilidade do tecido urbano, espaços públicos e edificações em mau estado de conservação, cuja requalificação permitirá devolver a qualidade de vida dos seus moradores.

Em termos de morfologia urbana, o Morro Bento II está confinado entre duas grandes áreas em crescimento: por um lado, o tecido predominantemente residencial que envolve a cidade consolidada em todas as direcções e, por outro lado, o novo bairro Talatona, sendo esta uma grande bolsa de crescimento planeado, localizado a sudoeste da área metropolitana em Luanda-Sul e se expandindo dentro do município de Belas.

O tecido urbano do bairro Morro Bento inclui dois tipos de tecidos: um tecido desordenado, denso e sem hierarquia, evidente pela estrutura espontânea dos musseques; e outro tecido mais organizado de crescimento planeado.

O tecido desordenado revela fragilidades na pouca continuidade entre edifícios, vias, gerando espaços devolutos estreitos e sem vigilância, com lixo, detritos de demolições, e viaturas devolutas. As habitações não oferecem uma imagem tão digna, estando rodeadas e cobertas por anexos, e acrescentos de matérias diversas.



Fig. 36 – Imagens do bairro Morro Bento II. Fonte: Autora

Quanto ao tecido planeado apresenta condomínios ou vivendas unifamiliares que delimitam as ruas com muros e vedações ou pelas próprias paredes das habitações. Algumas áreas são também destinadas ao armazenamento, conforme se avança na direcção sul, apresentam-se os primeiros condomínios residenciais, alguns dos quais de habitação colectiva, e situados nas proximidades das grandes vias estruturantes.



Fig. 37 – Condomínios privados no Morro Bento II. Fonte: IDOM, 2012



Fig. 38 – Talatona (Exemplo de usos no contexto urbano de Morro Bento). Fonte: IDOM, 2012.

Por se tratar de uma bairro relativamente recente e em crescimento, apresenta um número significativo de áreas sem ocupação, algumas das quais junto a área residencial e outras de maior dimensão junto ao perímetro sul do bairro. Estes terrenos correspondem muitas vezes a propriedade privada.



Fig. 39 – Espaço vazio no Morro Bento II. Fonte: Autora

Outro factor importante são as ligações com o centro de Luanda e o resto da cidade valorizam a sua localização e facilitam a sua boa acessibilidade e o seu potencial de atracção, com especial relevo através das seguintes artérias viárias: Rua da Samba, Av. 21 de Janeiro e Av. Pedro de Castro Vandumen Loy.

Capítulo III – Caso de Estudo: Projecto Executivo e Programa de Requalificação IDOM / Bairro Morro-Bento II

Capítulo III – Caso de Estudo: Projecto Executivo e Programa de Requalificação IDOM / Bairro Morro Bento II

O Caso de estudo vai incidir sobre uma análise crítica do Plano¹ de Requalificação para o Bairro Morro Bento II, proposto pela IDOM². Depois de feita a análise rigorosa e compreensão do território urbano de Luanda no capítulo anterior, verifica-se um conjunto de condições desafiadoras e problemáticas sobre habitação e na configuração do espaço urbano, factores que têm causado um impacto negativo na economia da cidade e ambiental.

Tendo como base estas questões problemática da habitação em Luanda e a importância do musseque na preservação de um património cultural e histórico, que foram mencionados, está em causa neste capítulos perceber se o plano proposto pela IDOM mantém esses elementos simbólicos ou leva em consideração na produção da sua proposta.

Após ter escolhido o bairro Morro Bento II como bairro de estudo e ter conhecimento de que estava sendo elaborado um novo plano para esta área, o meu interesse tornou-se maior neste novo plano proposto para o bairro porque existem poucos planos publicados e com livre acesso, com detalhes suficientes para elaboração de um estudo, tanto nas administrações municipais quanto no Governo Provincial de Luanda, inclusive este que está sendo estudado aqui, que só foi possível ter acesso através de um estágio extracurricular na IDOM, como já mencionado na metodologia da introdução deste trabalho, onde foi possível recolher toda informação necessária para elaboração deste estudo.

¹ A memória descritiva tem como título “Programa de Requalificação” mas na leitura do texto encontra-se “Plano de Requalificação”, por isso aqui tratarei por plano de requalificação.

² IDOM – Empresa de Engenharia, Arquitectura e Consultoria. Fundada em 1957 em Espanha, com 34 escritórios distribuídos por 16 países em 5 continentes. Fonte: www.idom.com

1.1 – Antecedentes

Seguindo de perto o texto da IDOM (2012, p.1-6) pude observar que o Plano de Requalificação do bairro Morro Bento II é um plano elaborado pela IDOM mas que resulta de um programa do governo provincial de Luanda nomeadamente (UTGSL).

Este Programa de Requalificação de bairros de Luanda tem como objectivo a regeneração urbana, de onze bairros com uma área superior a 2.800 hectares e onde reside mais de um milhão de habitantes, (Terra Nova, Popular, Palanca, Marçal I e II, Valódia, São Paulo, Vila Alice, Morro Bento I e II, Baixa, Elisal, Comissão do Cazenga) em Luanda, sendo o Morro Bento II o oitavo referente ao programa.

A elaboração de um plano para cada um destes municípios citados estão a cargo da empresa IDOM. E para este exercício a IDOM contou com a colaboração de várias instituições governamentais tais como:

- Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda (UTGSL)
- Empresa de Água de Luanda (EPAL)
- Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL)
- Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola
- Departamento de Tráfego do Governo da Província de Luanda
- Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET)
- Angola TELECOM

O programa de requalificação considera 3 tipos de casos urbanos de acordo à situação de cada bairro. Sendo caso 1: bairros com tecidos urbanos semi-planeados, com falta de infra-estruturas, grave degradação do espaço público e algumas áreas de residências sem condições mínimas de habitabilidade; caso 2: bairros planeados mas que apresentam um estado de degradação, com presença de zonas de ocupação irregular; caso 3: bairros planeados com necessidade de intervenções pontuais. Para cada um dos casos estabelecem-se as acções e medidas necessárias para a implementação das políticas de regeneração urbana. Através deste programa governamental o objecto de estudo encontra-se dentro dos casos 1 e 2.

Segundo a IDOM, (2012, p.6) os critérios gerais estabelecidos pelo programa foram:

- a) Infra-estruturas urbanas (redes de saneamento, abastecimento de água potável, electricidade, telecomunicações, iluminação pública, sinalização e recolha de lixo).
- b) Acessibilidade e mobilidade (redimensionamento de ruas, sistema de circulação segura e funcional para veículos e peões, estacionamento).
- c) Equipamentos colectivos de bairro (saúde, educação, comércio).
- d) Habitação (regularização e oferta dum parque habitacional digno).
- e) Espaço público e paisagismo urbano (zonas verdes, de recreio e espaços multifuncionais).

O programa conclui que estas acções de intervenção devem visar a melhoria das infra-estruturas nos casos necessários, suprir a falta de equipamentos urbanos mediante Centros de Bairros e melhorar a qualidade e a funcionalidade do espaço urbano.

Este programa aponta alguns objectivos que espera alcançar com a implementação destes elementos nos bairros, vale salientar aqui estes objectivos são: a) Melhorar a qualidade de vida em Luanda; b) Valorizar os bairros e o seu capital humano; c) Melhorar a gestão dos recursos naturais; d) Dispor dum parque habitacional digno para população; e) Garantir o acesso às infra-estruturas; f) Melhorar a imagem urbana de Luanda; g) Atrair mais investimentos a nova actividade em Luanda.

No entanto, nunca foi possível obter o programa original sendo necessário obter toda informação disponibilizada pela IDOM.

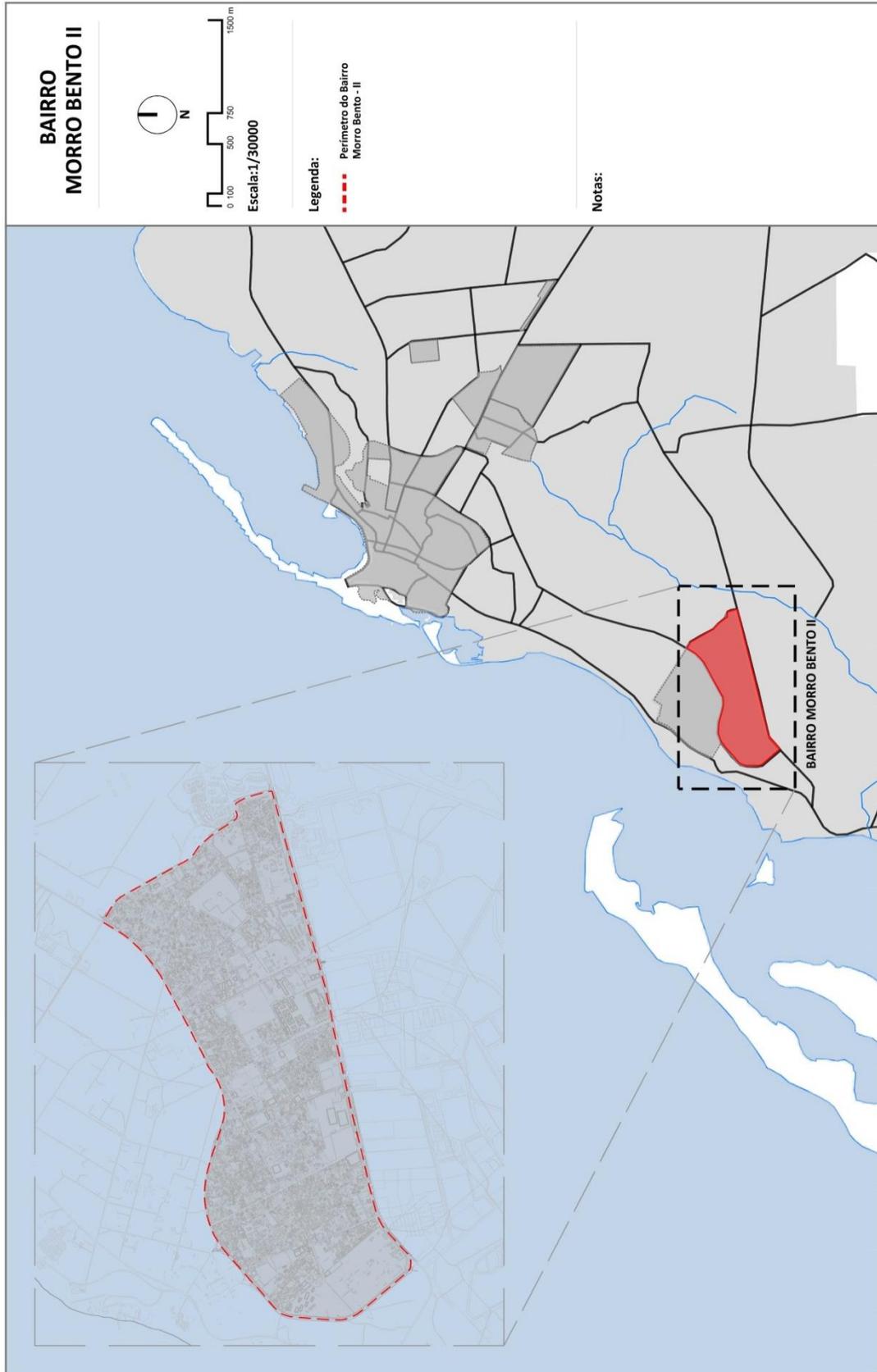


Fig. 40– Localização do Bairro Morro Bento II. Fonte: IDOM, (2012, p.13)

1.2 – Descrição do Plano de requalificação do bairro Morro Bento II

Este plano foi proposto para o bairro Morro Bento II, situado em Luanda numa zona muito específica, do qual já mencionei no segundo capítulo. Por esse motivo, não se fará aqui mais uma identificação pormenorizada do local.

O plano foi apresentado em Abril de 2012, compõe-se de peças escritas e desenhadas incluindo 32 cartas de representação de análise e proposta (nesta dissertação serão apresentadas apenas 19). O plano tem como estrutura essencial três partes, sendo: 1) Análise de selecção de problemas prioritários dando ênfase aos problemas a nível de espaços públicos, como ruas e redes de infra-estruturas urbanas existentes no subsolo, com o propósito de resolver e responder às necessidades básicas da população afectada; 2) O diagnóstico global da área metropolitana de Luanda, identificando os pontos e linhas estratégicas que poderão dinamizar a regeneração do bairro Morro Bento II e do programa; 3) A proposta de requalificação e soluções técnicas concretas para poder materializar no presente, a Luanda do futuro. (IDOM, 2012, p.1)

Na análise do plano é feita uma caracterização da orografia do bairro, indicando que a zona de estudo se apresenta em duas zonas. Sendo a metade oeste e sul com um perfil mais plano com variações entre as cotas 48 aos 52 metros de altitude e um declive suave em direcção à costa. Na metade leste, o relevo é mais pronunciado ao elevar-se desde os 51 até aos 69 metros de altitude na direcção leste. Todavia, não se identificam valas naturais de drenagem de águas, embora algumas vias apresentem uma inclinação de 5%. No entanto, este declive não representa qualquer tipo de riscos para a urbanização ou edificação do bairro. (IDOM, 2012, p.17)

O plano refere também na sua análise de uso do solo no Morro Bento II, que o bairro apresenta o uso predominante de residencial unifamiliar, intercalada pontualmente por condomínios fechados. A área de uso não residencial constata-se a presença de algumas indústrias ligeiras, armazéns e comércio, desportivos, usos militares, e equipamentos. (ver anexo 3) (Idem)

Os usos habitacionais distribuem-se em duas zonas distintas: em áreas irregulares (Musseques): nestas zonas encontram-se edifícios de diferentes cêrceas com logradouros, delimitados por muros perimetrais sem aberturas visuais e por edifícios autoconstruídos. Na grande maioria destas zonas, a área de implantação do edifício não alcança a metade do total da área parcelar, quintais que são utilizados para convívio familiar ou como fonte auxiliar de subsistência (actividades comerciais, plantação de fruta e vegetais, criação de animais). De acordo com a IDOM, esta configuração espacial permite um modo de vida tendencialmente mais rural do que urbano (Idem).

Nas áreas planeadas e condomínios: encontram-se edifícios com mais de um piso com logradouros ajardinados, delimitados por muros perimetrais sem aberturas visuais causando um efeito socialmente segregativo. A diversidade de usos reflecte-se nas escalas do tecido urbano do bairro: as zonas residenciais assentam num tecido urbano mais fragmentado e de matriz complexa e hermética em relação à sua envolvente, enquanto que os outros usos estão tendencialmente definidos pela malha ortogonal que conforma os macro quarteirões (ver anexo 4) (Idem).

Quanto aos espaços livres, o plano indica que não existem espaços livres recreativos e áreas de espaço livre público. No entanto, a existência de algumas áreas de solo expectante, designadamente, parcelas sem uso aparente, que poderão formar parte da requalificação com a finalidade de melhorar a funcionalidade do espaço urbano e responder à procura de equipamentos públicos por parte da população residente. De facto, os moradores contam somente com pequenos espaços residuais em alguns arruamentos e áreas, os quais não se encontram acondicionados para tal função. Nesse sentido, a IDOM (2012) apresenta na sua proposta uma distribuição equilibrada e diversificada de novos espaços (jardins, zonas de estadia, de jogos, de recreio e lazer) que apoie e fortaleça a estrutura de vida local (Idem).

A nível de redes e serviços a IDOM, (2012, p.21) observou em toda extensão do bairro, excepto nos condomínios, graves deficiências nas redes de infra-estruturas urbanas do Morro Bento II. Estas deficiências representam um

dos principais problemas com impactos na qualidade de vida local. Apontando a presente situação da drenagem superficial e do saneamento como bastante crítica (IDOM, 2012, p.21). Neste sentido o plano propõe áreas para operações urbanas a curto e médio prazo. Essas operações constituem zonas residências que estão definidas em duas tipologias, como residencial colectivo e residencial unifamiliar. Para os edifícios de uso residencial colectivo, o plano propõe áreas dedicadas ao comércio no piso térreo, que estarão situados nas vias de maior importância na hierarquia viária do bairro. Junto à estas zonas, mas no interior dos quarteirões, propõe-se áreas destinadas à habitações unifamiliares (habitações de 2 pisos) e equipamentos tais como (Infantário e escola primaria), formando três núcleos.

A proposta prevê para uma fase futura, intervenções em diversas áreas que actualmente estão subaproveitadas, ocupadas por indústrias ligeiras ou em zonas de edifícios de construção precária e desordenada. Dando oportunidade de uniformizar o bairro em termos de usos, tornando cada vez mais evidente o seu carácter residencial. Na zona noroeste do bairro estão também propostos três núcleos de residências unifamiliares para zonas que actualmente estão ocupadas por edifícios de construção ilegal e desordenadas (ver anexo 13, 14) (IDOM, 2012, p.39).

A nível de equipamento urbano, o plano prevê um aumento de equipamento urbano devido a carência do mesmo no bairro, baseando-se em critérios internacionais e seleccionou um conjunto de equipamentos como creches, escolas primárias, escolas secundária, escola profissional, centro cívico, esquadra de polícia, jogos infantis e de exercício físico, e módulo desportivo, zonas verdes e ajardinadas, e equipamentos de carácter estratégicos como o mercado público que assegura à população um fornecimento próximo de alimentos e produtos necessários, minimizando as necessidades de deslocamento a outras zonas. Por outro lado, favorece a redução do comércio informal instalado na via pública, uma prática muito recorrente no bairro. Estes equipamentos melhoram a qualidade de vida dos habitantes e a funcionalidade do bairro, além disso, são geradores de mais emprego e actividades (ver anexo 13, 14) (IDOM, 2012, p.35-37).

A IDOM sugere para proposta de zonamento nos eixos principais, uma maior densidade e usos mistos que possam criar sinergias com os bairros vizinhos e outras zonas de actividade ao longo dos corredores urbanos, bem como aproveitar o efeito vitrina que proporcionam estas vias. Estas intervenções continuam com fortalecimento dos eixos internos do bairro com a inserção de alguns eixos viários estruturantes (Ruas Dona Maluda e da Total), mantendo o carácter residencial de densidades médio-baixas com a criação de um número maior de equipamentos e espaços públicos. O Plano propõe que os quarteirões no interior do bairro mantenham uma densidade residencial menor, permitindo que a transição de densidades sejam bastante subtis e agradáveis, interligando melhor os bairros vizinhos e otimizando o uso e ocupação do solo. A IDOM prevê que as transformações previstas deverão assegurar um acréscimo da área de espaços verdes, uma vez que o Morro Bento II não conta actualmente com áreas verdes e praças qualificadas, sendo muito relevante proporcionar novas áreas verdes para este bairro (ver anexo 16) (IDOM, 2012, p.47).

O plano propõe uma nova hierarquização da estrutura viária, sendo os novos critérios propostos divididos em dois aspectos fundamentais, como favorecer a mobilidade pedonal segura num espaço de circulação partilhado com veículos de acordo ao grau hierárquico viário; e contemplar os aspectos ambientais e paisagísticos. A proposta planeia novos arruamentos e melhora os existentes, prevê seu alargamento e pavimentação sempre que possível, o que em determinados casos resultará em demolição de alguns edifícios. Criação de uma serie de alternativas de circulação que se irão fazer a partir das redes viárias principais com as locais. As aplicações destas medidas no Morro Bento II serão realizadas de forma gradual e flexível, de modo a acompanhar a evolução e o desenvolvimento, no longo prazo, do uso dos transportes públicos e dos potenciais fluxos pedonais (IDOM, 2012, p.49-50).

Em relação ao tráfego e acessibilidade, a proposta do plano realça a manutenção destes, melhorando o tecido urbano da cidade, obedecendo alguns factores como: nova gestão dos cruzamentos, novos sentidos de circulação e números das faixas de rodagem, contiguidade com tecido

edificado, boas condições de acesso com ligação harmoniosa com a rede viária envolvente que permitirá cozer-se a cidade com o bairro (ver anexo 17) (IDOM, 2012, p.52-53).

No que diz respeito aos espaços públicos o plano prevê espaços urbanos de qualidade onde os diferentes elementos como o pavimento, a vegetação, o mobiliário urbano e a iluminação, formam um todo. O plano propõe também espaços verdes com finalidade de homogeneizar e melhorar a imagem urbana do bairro tendo em conta o factor climático de Luanda bem como a escolha das espécies locais, propondo arborização em todos os arruamentos e em parques e jardins (ver anexo 18) (IDOM 2012, p.61,70).

O plano refere também operações de demolições para a requalificação urbana propondo demolição para o alargamento de ruas e completar os eixos viários da malha urbana existentes que, actualmente, se encontra ocupada por construções irregulares que impedem a acessibilidade interior e exterior ao bairro e que condicionam a colocação das redes de infra-estruturas previstas no projecto. Prevê também demolição para emparcelamento nas operações urbanas para áreas expectantes existentes, associadas a usos industriais ou sem actividade aparente, onde serão abertos novos arruamentos. No que indica a carta a demolições a IDOM preve demolir todas zonas irregulares ou musseques, dando outro modo de vida a estes espaços. Esse ponto receberá uma atenção cuidada na análise crítica do espaço (ver anexo 19) (IDOM, 2012, p. 84).

O plano continua mas para aquilo que tem a ver com a problemática da informação que apresentei, considero ser suficiente para poder responder as questões levantadas. Por isso, já não se vai aqui tratar de aspectos como mobiliário urbano, resíduos urbanos, redes de drenagem (pluviais), redes de drenagem (domesticas), abastecimento de água; redes de iluminação pública, outros serviços, sinalização rodoviária, e critérios de traçado das ruas, embora o plano enuncia mas já não estão directamente ligado com a problemática da pesquisa.

O plano de requalificação para o bairro Morro Bento II também inclui um resumo do orçamento de cada um dos elementos de alteração. E termina com

uma programação de etapas divididas em sete fases referentes a requalificação das vias. Para cada fase a IDOM considerou a hierarquia das ruas, situação actual, e colocação em serviço com o mínimo de situações transitórias. Como se pode observar na carta do anexo 20. Nesta carta pode-se observar os passos propostos e posteriormente são indicados as ruas que deveriam ser executadas em cada etapa. De acordo com os objectivos da IDOM este plano pode ser reajustado de acordo com as necessidades da execução das obras. (IDOM, 2012, p.105).

1.3 – Análise crítica ao Plano

Nos pontos anteriores foi feito uma apresentação sumária da proposta do plano de requalificação da IDOM para o bairro Morro Bento II. Interessa recordar a nova concepção que tem vindo a ser defendida nesta dissertação. Inserida na questão fundamental levantada na introdução que é perceber de que maneira no século XXI se pode planear e requalificar os musseques, bem como se pode resolver o problema da habitação presente na cidade de Luanda, mantendo os elementos simbólicos com valor excepcional que traduzem a herança histórica e cultural destes lugares.

Após apresentado o estudo de vários autores e analisado o bairro Morro Bento II e a proposta de requalificação para o mesmo parece-me que, para o problema da habitação de Luanda no século XXI a solução deve passar por: preservação e salvaguarda com intervenções activas de requalificação urbana da malha e estrutura urbana existente, e uma melhoria nas condições de vida o que resulta numa malha urbana que preserva o património cultural.

Neste sentido, a análise crítica ao plano será perceber em que medida a proposta de requalificação da IDOM para o Bairro Morro Bento II resolve o problema da habitação, e se responde à falta de equipamentos indispensáveis para o bem-estar dos habitantes, bem como, saber se de facto existiu uma preocupação em preservar valores integrantes da cultura de utilização dos espaços e a preservação do património cultural contida nos musseques, e se

os elementos propostos poderão contribuir para preservação da identidade cultural do local.

O que me interessa é avaliar o plano com vista a esclarecer o que penso que deve ser uma possibilidade de planeamento no futuro. Neste sentido, vou construir a minha argumentação de forma sucinta, analisar os pontos positivos e negativos do plano.

Pontos positivos

- a) A requalificação é feita em combinação com a renovação, mesmo que verifique alguma demolição, que visam, completar os eixos viários da trama urbana existente que actualmente se encontram ocupados por construções irregulares.
- b) Constitui também pontos positivos a combinação de tipologias habitacionais como residências unifamiliares de dois pisos, residências colectivas em alturas com máximo de cinco pisos, e a valorização da malha existente, na melhoria da acessibilidade e mobilidade.
- c) Previsão de novos equipamentos sociais.
- d) Ocupação das zonas expectantes ou zonas sem qualquer ocupação até à data da elaboração do plano.
- e) Implementação de vários espaços públicos.

Pontos negativos

- a) Não existe no plano uma proposta de requalificação urbana dos musseques existentes, propondo a demolição de todas as áreas afectadas, bem como não prevê também a requalificação de nenhum conjunto habitacional existente.
- b) Propõe tipologias habitacionais que não parecem adequadas.
- c) O plano não é claro quanto ao realojamento das pessoas afectadas nas demolições previstas.
- d) Falta de participação pública nas medidas tomadas.
- e) Identifica barreiras e outros problemas no bairro mas não propõe nenhuma solução.

Torna-se agora evidente que o plano contém de facto pormenores que evidenciam seleccionar alguns problemas existentes no bairro nomeadamente as infra-estruturas, mas, para a hipótese levantada nesta dissertação que é da habitação e da preservação da cidade herdada constitui a fraqueza do plano.

1.4 - **Análise e Resposta a Problemática**

Analisando o texto da memória descritiva do plano de requalificação para o bairro Morro Bento II, depreende-se que o entendimento da IDOM sobre a requalificação urbana não define claramente a problemática presente nesta dissertação. O texto aborda vinte e seis vezes o tema da requalificação urbana, sem no entanto definir o seu conceito e o seu enquadramento na zona de intervenção, e quando o faz, é de uma maneira abstracta ou no sentido de indicar renovação urbana ou implementação de novos elementos no bairro. Aborda três vezes o tema da renovação urbana, o faz no sentido de demolição e implementações de novos elementos. De acordo com aquilo que exposto no capítulo I e segundo os autores que foram estudados apontam que o entendimento da requalificação urbana é salvaguardar o património cultural não a eliminação do património.

Como tenho argumentado, é importante conceber planos urbanísticos que incluam e mantenham o sentido e história da cidade. Neste sentido, qualquer eliminação total não parece apropriada, constata-se que este plano não resolve ainda o conjunto das problemáticas deste bairro.

Segundo os autores consultados no capítulo I desta dissertação [(Sofia Laia, (2014), (Andrea Bettencourt (2011), (Ana Silva (2011), (Ana tavares (2008) e (Luís Mendes (2013)], assume-se que a requalificação passa pela salvaguarda do património com a manutenção dos elementos simbólicos (históricos e culturais) e a regeneração do tecido urbano. Esta pesquisa permite verificar e assume que é possível que se requalifiquem áreas urbanas tendo a renovação urbana como estratégia parcelar, ou seja, aplicada pontualmente e em pequena escala. No entanto, denota-se no plano proposto de requalificação para o bairro Morro Bento II, a não manutenção destes

elementos simbólicos, propondo o arrasamento total dos musseques, preservando apenas a malha existente, que poderá ameaçar e pôr em causa os princípios da Carta Europeia do Património Arquitectónico (memória, identidade, e historia), apontadas no capítulo I, o que me leva a criticar uma vez mais o próprio plano.

O plano afasta-se de um projecto de requalificação no momento em que propõe a demolição de todas áreas afectadas por musseques, constituindo 988 casas derrubadas, afectando 7.904 pessoas segundo os dados da IDOM. (ver anexo da carta nº 18). Uma vez que a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo prevê no artigo 4º, nas alíneas (d, h) a protecção do património natural e cultural, e a valorização da paisagem resultante da actuação humana, bem como no artigo 18º, que prevê a recuperação ou reconversão das áreas degradadas ou de ocupação ilegal. Neste sentido, teria sido mais positivo se a IDOM seguisse as políticas da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo vigente.

Outro aspecto que me parece importante e segundo Andrea Bettencourt (2010) é que a requalificação urbana nos musseques passa principalmente pelo fornecimento de infra-estruturas básicas à rede pública, (abastecimento de água, saneamento, electricidade, rede viária, iluminação pública, facilitando a circulação e as acessibilidades beneficiando os serviços de transportes e a recolha de lixo) pormenores que são obrigatoriedade do Estado. A reabilitação habitacional poderia ficar na responsabilidade dos moradores ou a participação dos moradores na projecção das mesmas, permitindo assim a regularização da ocupação dos terrenos e a elaboração de um registo. (Bettencourt, 2010, p.81)

Segundo a mesma autora o programa de requalificação urbana deve se assentar nas seguintes acções:

- a) Fornecimento de infra-estruturas urbanas básicas (água, electricidade e saneamento);
- b) Provisão de ponto de ligação às redes técnicas públicas nas estradas de cada lote;

- c) Estruturação de rede viária, garantindo a drenagem das águas pluviais, acessibilidade, transporte, recolha de lixo e iluminação pública;
- d) As intervenções nas vias de circulação podem obrigar o seu alargamento e conseqüentemente à necessidade de realojamento das populações no mesmo bairro.

Observando a referência Andrea Bettencourt relativamente aos equipamentos, o plano propõe a implementação de novos equipamentos ao bairro, novos espaços públicos e infra-estruturas, garantindo o bem-estar social, e a qualidade de vida dos cidadãos mediante ao défice de equipamentos sociais solucionando o problema existente.

De acordo com que temos vindo a falar, o problema da requalificação urbana apresenta diversas vantagens: custos de realojamento; desenvolvimento económico promovido pela melhoria de condições ambientais e sanitárias resultantes da acção de requalificação; maior investimento dos particulares principalmente na habitação após a qualificação do bairro, sem custos adicionais de realojamento a grande escala. (Bettencourt A. C., 2011, p. 81)

No entanto parece-me que há possibilidade de manutenção de certas características e de certas construções urbanas que deixam uma memória no bairro Morro Bento II. Mas o plano não revela tal flexibilidade. Prevendo novos modelos de habitação para as áreas de musseque sem introduzir melhoramentos adequados aos desígnios locais. Propondo reproduzir modelos conformes os padrões de vida estrangeiros, conforme indica a carta de operações urbanas, (anexo 14) que segundo, Isabel Raposo (2011) “são localmente inapropriados e se tornam em geral geradores de maiores desequilíbrios”.

Segundo a mesma autora, como podemos ver na citação, a requalificação dos musseques é parte da solução da nova cidade de Luanda. É necessário a devida atenção visto que são bairros que guardam uma forte identidade cultural e a sua eliminação completa conclui a eliminação deste património cultural.

“...a busca de políticas de intervenção mais humanizadas requer que se olhe não apenas para as suas faltas ou carências materiais mas para o que estes bairros oferecem aos seus habitantes e à cidade... trata-se de partir das referências identitárias locais...” (Isabel Raposo, 2011)

O plano também não é claro quanto ao realojamento das pessoas afectadas nas demolições previstas. É omissivo no plano se de facto todas as pessoas de classe baixa ou muito baixa que vivem e perderão as suas casas na demolição terão acesso as casas propostas no plano ou se serão, como tem acontecido em outros bairros demolidos, realojadas para outros bairros longe da cidade e das suas raízes.

Segundo a Development Workshop, 2005, p.150 o método de demolição dos musseques e realojamento da população em outras zonas de expansão não é prático nem justo. “... o que precisa ser feito é reconhecer que essas pessoas vieram para ficar e desejam contribuir positivamente para a vida e o desenvolvimento das cidades onde residem. O primeiro passo, e o mais importante, no reconhecimento da contribuição que estes residentes das áreas informais podem dar é garantir-lhes a segurança da posse sobre as terras que ocupam. Isto encorajá-los-á a investir nas suas casas e em actividades comerciais e melhorar o seu próprio ambiente, assim como o da cidade...” (Development Workshop 2005, p.150).

As propostas de tipologias habitacionais que constituem as operações urbanas a nível residencial, propõe residências de carácter colectivo e residências unifamiliares somando 2388 residências segundo os dados da IDOM, que ficarão localizadas em zonas que outrora foram musseques e em espaços vazios existentes no bairro. No entanto, as propostas habitacionais não são de todo desenvolvidas no plano, previsto para fases futuras, caso o plano seja aprovado. Mas embora não existem dados suficientemente claros para desenvolver uma crítica plena, baseando-me apenas na apresentação da carta de operações urbanas (ver anexo 14), tudo indica que a configuração das residências, bem como, as áreas propostas não respeitam factores essenciais como a família alargada.

Segundo Alejandro Aravena (2011) não se deve propor uma habitação com áreas de implantação enormes e separadas ou em altura com mais de 3 pisos nos bairros de génese ilegal. A escala das residências, as cores, e a materialidade e, acima de tudo, a participação pública, constitui elementos importantes para se atingir o sucesso na requalificação urbana das áreas de génese ilegal (Musseques). Aravena propõe que as residências, ao longo do tempo, continuem crescendo adicionando a cada habitação a sua individualidade segundo cada habitante.

O pormenor da participação pública segundo a CEU (nova carta de Atenas 2003) como já mencionado no capítulo I, tem uma grande importância na elaboração dos planos bem como no crescimento e no equilíbrio da cidade. De facto na Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo de Angola, como cita no artigo 21º da mesma lei, é um mecanismo que deve constar nos planos de ordenamento de território e do urbanismo, pois “contribuem para o reforço da consciência cívica dos cidadãos, quanto às causas da degradação das condições de vida e o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida urbana e rural, bem como o exercício do direito à informação e do direito à participação”. Mas embora a Lei enuncie, não é de facto desenvolvida, o tipo de acção que devem ser tomadas para o seu exercício o que permite muitas vezes que esse princípio seja negligenciado, assim como se denota na proposta do plano de requalificação para o bairro Morro bento II.

O plano também indica que a proliferação de condomínios tem sido descontrolada, causando um efeito socialmente segregativo. Para a IDOM, a solução para mitigar este efeito nocivo é a criação de edifícios perimetrais com fachadas viradas ao exterior e que incluam lojas de âmbito local de modo a conformarem um espaço urbano agradável e vigiado. A criação dum regulamento municipal que consagre a sua obtenção teria um efeito motivador para os vários agentes públicos e privados que intervêm no planeamento urbano. Mas analisando as operações urbanas do plano, os novos edifícios propostos para mitigar esse efeito estão longe das áreas abrangidas por condóminos, melhorando apenas as zonas em que vão ser construídos, permitindo que o efeito identificado simplesmente se mantenha.

Solucionam também outros pontos problemáticos como é o caso do tráfego e acessibilidade. O plano realça realmente a manutenção do tecido urbano existente com intuito de cozer a cidade com o bairro. Mas durante análise do plano foi identificado problemas do qual não se apresenta nenhuma proposta, simplesmente a identificação do problema como podemos ver na citação.

“Em Morro Bento II a grande capacidade de tráfego da Av. 21 de Janeiro e da Av. Pedro de Castro Van-Dumen Loy converte-se num foco problemático para o próprio bairro e para a sua envolvente. A falta de cruzamentos e a sua ampla largura constituem uma barreira na continuidade viária transversal norte – sul do tecido urbano, levando ao isolamento do bairro com o tecido urbano confinante. A Rua da Samba representa actualmente uma barreira física tanto para a actividade hoteleira relacionada com o turismo de praia como para as zonas residenciais e centros de comércio e negócios no Morro Bento”. (IDOM, 2012, p.11-12)

No entanto, como podemos ver na citação, a IDOM expõe claramente que existe uma barreira criada pela rede viária envolvente mas não apresenta uma solução clara na sua proposta de modo a seleccionar esta barreira, como também podemos ver nas variadas cartas apresentadas.

De acordo com o que venho apresentando, o meu entendimento sobre estas questões positivas e negativas que foram levantadas, mas sobre tudo, pelo facto de me parece importante repensar o problema da habitação no século XXI em Luanda. É preciso haver uma avaliação realista por parte da IDOM em função da procura efectiva e dos benefícios, para compreender o que é essencial para ser fornecido a baixo custo para permitir que as famílias com rendimento baixo ou muito baixo possam usufruir dos benefícios do desenvolvimento urbano do bairro, bem como das habitações propostas.

Ao que tudo indica na análise do plano em estudo, o bairro apresenta inúmeras hipóteses de requalificação a nível habitacional que não se conclui neste plano. Todavia, este plano ainda não foi aprovado pelos organismos governamentais competentes, sendo assim, é aqui apresentado apenas como plano guia de estudo. Não descartando a possibilidade deste estudo ser

também um alerta para futuras resoluções tomadas nele caso seja efectivamente implementado no bairro.

De acordo com os dados empíricos recolhidos, entende-se que o arquitecto deve ter consciência da importância do património cultural presente na cidade. Naturalmente que Luanda no século XXI tem de introduzir em si a marca do século XXI, este facto é inevitável, mas nestas transformações da cidade, segundo os autores estudados é necessário respeitar sempre que possível a cidade herdada porque a sua escolha faz parte da própria história da cidade.

Conclusão

Apresentados no capítulo III os dados empíricos que se conseguiram recolher para poder responder à problemática que desencadeou esta pesquisa, é chegado o momento de se proceder a sua conclusão.

Importa então lembrar resumidamente que o objectivo central desta pesquisa era estudar o problema dos musseques em Luanda, tendo como estudo de caso o Bairro do Morro Bento II, a partir da análise do plano de requalificação da IDOM. Como foi dito na Introdução, ao abordar-se o problema dos musseques neste início do século XXI, isto lançou o desafio de se partir da hipótese que afirmaria os musseques como fazendo parte da história, da memória e da identidade de Luanda, podendo esta perspectiva caminhar no sentido de se poder formular um novo olhar e uma nova sensibilidade sobre esta característica histórica de Luanda.

Na verdade, a Luanda do século XXI não vai ser construída sobre as ruínas do passado, sendo que as marcas deste século, ao serem inscritas no tecido urbano, tem de se moldar respeitando esse passado da cidade de Luanda que chegou até nós neste século. Esta maneira de situar o problema abriu caminho para o conceito de requalificação urbana, conceito que possibilitaria uma intervenção urbana que pudesse preservar e salvaguardar o património cultural dos musseques.

Como vimos, Angola está a entrar no século XXI com novo vigor ao afirmar-se como um país de uma economia emergente. De acordo com François Ascher (1946-2009), isso implica inevitavelmente que a organização do território e das cidades entrem numa nova fase da sua história (Ascher, 2012). Daí a preocupação de se proceder a um levantamento e caracterização do quadro legal que o governo produziu nestes anos posteriores ao fim da guerra civil.

Por outro lado, é evidente que tratando de um país colonial, as cidades angolanas têm um passado colonial e têm uma historia própria, problema sensível sobre o qual alguns corpos técnico-profissionais (arquitectos, engenheiros, urbanistas...) ligados ao urbanismo deverão, na base de outras

situações similares do passado, reflectir, estudar, aprofundar e explorar, entendendo a cidade como um palimpsesto onde cada época escreve e molda a sua marca.

Tal entendimento da cidade determina um olhar questionador sobre as políticas urbanas em curso de eliminação de musseques pela criação de centralidades periféricas para onde são deslocadas os habitantes dos bairros espontâneos e informais destruídos, em operações de realojamento habitacional em altura. Foi este conjunto de problemas que orientaram a realização desta pesquisa e cuja informação empírica é apresentada no capítulo III desta dissertação, através do estudo ao Bairro Morro Bento II, tendo como base o seu plano de requalificação urbana.

Um dos objectivos desta pesquisa era então saber em que medida as propostas avançadas pelo plano da IDOM contribuiriam para a resolução do problema da habitação e da falta de equipamentos e infra-estruturas indispensáveis à satisfação das necessidades imediatas dos habitantes. Sem esquecer ainda se tudo isso era feito com uma preocupação de preservar valores integrantes da cultura de utilização dos espaços públicos e eventualmente chamar a atenção para a importância da preservação de um património cultural e, finalmente, apontar novas ideias e pistas para a elaboração destes planos de requalificação de bairros espontâneos e informais.

Dos dados recolhidos e apresentados no capítulo III, pode-se inferir que o plano da IDOM aborda a questão da habitação e com ela se preocupa, embora seja totalmente omissa no que concerne à questão do realojamento dos habitantes-residentes no próprio bairro ou nas suas cercanias. Na verdade, nem uma única vez o termo *relojamento* é referido no texto da IDOM... Do mesmo modo, não deixa também de ser significativa a omissão da questão de saber quem serão e onde virão os novos habitantes. O conceito de gentrificação, por exemplo, não é nunca ventilado no texto...

Por outro lado, o plano de requalificação proposto pela IDOM não preserva nem salvaguarda a identidade cultural presente no bairro Morro Bento II, assumindo a demolição total de todas as áreas existentes no bairro, tudo isto apesar de falar abundantemente de requalificação urbana, política de

intervenção urbana que pretende salvaguardar e enquadrar na modernidade o património histórico da cidade. Importa anotar esta ambiguidade conceitual, visto que, falar de requalificação urbana mas apontando soluções que se enquadram na linha das políticas de renovação urbana, políticas urbanas que estão em curso na cidade de Luanda há bastante tempo.

Saliento que foi para mim interessante a realização deste trabalho. É um assunto que está na ordem do dia em Angola, trazendo para a cena pública o debate sobre a questão dos musseques. Questão essa que coloca em confronto duas posturas opostas: de um lado, a posição dos que defendem a renovação urbana traduzida na demolição e irradicação total dos musseques e, do outro lado, a posição dos que defendem que é preciso uma atenção particular para com os musseques que em pleno século XXI ainda marcam a paisagem urbana, impondo-se como um legado prenhe de história, memória e identidade por se tratar de um modo de habitar que envolve ainda milhares de pessoas em territórios urbanos onde predominam relações de bom convívio social, relações familiares, onde a comunidade se revê nas festas e em outros eventos que revigoram essa relação positiva com a comunidade e com a cidade.

Na verdade, em nenhum ponto do texto da IDOM se encontra ou refere uma preocupação de praticar uma arquitectura moderna que se inspire nestes valores, definindo propostas de soluções que, respeitando este legado, ao mesmo tempo procure repensar os musseques no século XXI, ou seja, do ponto de vista conceitual, o plano da IDOM não explora a ideia da combinação de políticas urbanas de renovação urbana com políticas de requalificação urbana. Não tendo explorado esta via, o plano da IDOM enferma de uma grave duplicidade, configurando um exemplo negativo de planos que ocultam interesses de certos grupos ou sectores actuando a nível do imobiliário.

Dada a pertinência das questões tratadas ao longo desta dissertação, este trabalho de mestrado vai prosseguir na exploração daquilo que o tema tem de estruturante e fundamental. Sem esquecer também que como futura arquitecta, estou a pensar empreender minha vida futura profissional em Angola. Tudo isto justifica a continuação da pesquisa na

exploração de novas dimensões, nomeadamente a perspectiva de contribuir também para a possibilidade da emergência de uma corrente que aposte na produção de uma arquitectura angolana.

A ideia forte que alimenta e motiva este projecto de produção de uma arquitectura angolana é repensar o passado naquilo que tem de bom e de mau mas que faz parte da memória, historia e da identidade de angola, em particular a cidade Luanda. Um dos pontos de arranque deste projecto seria construir um novo olhar sobre os musseques e a partir da indagação desse dado histórico e identitário, explorá-lo de uma maneira inspiradora, descobrindo e explorando domínios potenciadores de uma arquitectura angolana preocupada com o direito à habitação de uma população urbana economicamente mais necessitada.

Referência Bibliografia

Alves, R. M. (2007). *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*. Lisboa: Fundação Calous Gulbenkian .

Amaral, I. (1968). *Luanda - estudos de geografia Urbana*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Amaral, I. (1983). *Luanda e os seus "Muceques" problemas de geografia urbana* (Vol. XVII. nº.36). Lisboa: Finisterra - Revista Portuguesa de geografia.

Angola, P. (26 de Janeiro de 2012). *Projecto "Minha casa, Meu sonho" arranca em Fevereiro na Caála*. Obtido em 14 de Julho de 2015, de <http://www.portaldeangola.com/2012/01/projecto-minha-casa-meu-sonho-arranca-em-fevereiro-na-caala/>

Aravena, A. L. (2011). *Elemental*. Alemanha: Hatje Cantz Verlag.

Ascher, F. (2012). *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Batalha, F. (2006). *Angola- Arquitectura e História* . Lisboa: Vegas.

Bettencourt, A. C. (2011). *Os Musseques de Luanda: Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura. Lisboa.

Brunschwig, H. (1972). *A partilha de África*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cain, A. (2014). *Africa's Urban Fantasies: Past lessons and emerging realities, Enviroment and urbanisation* (Vol. 26). Cape Town: SAGE.

Cardoso, R. (14 de Setembro de 2011). *Pela cidade que já o é: as (des)inscrições da África urbana no mundo*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/pela-cidade-que-ja-o-e-as-desinscricoes-da-africa-urbana-no-mundo>

- CEU.** (2003). A visão do Conselho Europeu de Urbanista sobre as Cidades do séc.XXI. In *A Nova carta de Atenas 2003*.
- Choay, F.** (1992). *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Codersria.** (01 de Abril de 2011). *A África e os desafios do Século XXI*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de CODERSRIA: <http://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=pt>
- Conselho da Europa.** (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Obtido em 20 de Março de 2015, de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADO PATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>
- Corbusier, L.** (2008). *Maneira de Pensar o Urbanismo*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Development, W.** (2005). *Terra - Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Luanda: Development Workshop Occasional Paper nº6.
- Domingues, Á.** (1994). *(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?* Porto: Revista da Faculdade de Letras-Geografias, I série, Vol.X/XI.
- Engels, F.** (1975). *O Problema da Habitação*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Fernandes, J. M.** (2002). *Geração Africana, Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa : Livros Horizonte.
- Ferraz, S.** (2005). Espaço público de Luanda: Património arquitectónico colonial angolano e português. Dissertação de mestrado, Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico: FAUP.
- Figueiredo, W.** (2008). *A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950-1970*. Coimbra: Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

em Arquitectura: Univesidade de Coimbra- Faculdade de Ciências e Tecnologias. .

Fonte, M. M. (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos á Revolução*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Caleidoscópio,.

Hernandez, L. L. (2008). *A África na sala de aula: visita à historia Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.

ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauo dos Monumentos e Sítios*. Obtido em 20 de Março de 2015, de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

ICOMOS. (1986). *Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas*. Toledo. Obtido em 20 de Março de 2015, de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDASCIDADES HISTORICAS.pdf>

IDOM. (2012). *Projecto Executico: Programa de Requalificação de Bairros de Luanda, Morro Bento II*. Luanda: IDOM.

INE. (Março de 2015). *Instituto Nacional de Estatísticas de Angola*. Obtido de <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine>

Laia, S. R. (2014). *Operações de revitalização urbana no tecido pós-industrial da Covilhã: O caso da ribeira da Capinteira*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura: Univesidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias - Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa.

Lepik, A. (2010). *Small Scale Big Change: New Architecture of Social Engagement*. New York : MoMa.

Lerner, J. (2003). *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record.

Maria Izabel Mazini do Carmo. (s.d.). *As condições da classe operária à época da Revolução Industrial*. Obtido em 05 de Agosto de 2015 , de

Núcleo de Estudos Contemporâneos:
<http://www.historia.uff.br/nec/condicoes-da-classe-operaria-epoca-da-revolucao-industrial>

Maurício, D. (1998). Africa Contemporânea. In Enciclopedia, *Verbo Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. I, pp. 800-801). Lisboa: Editorial Verbo.

Melo, F. (2001). Luanda. In Enciclopédia, *Verbo Luso-Brasileira de Cultura, edição século XXI* (Vol. 18, pp. 390-393). Lisboa: Editorial Verbo.

Mendes, L. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Urbe*, p.33-45.

Milheiro, A. V. (2010). Luanda no futuro: O Bairro Prenda. In *Falemos de casa: entre o norte e sul* (pp. 308-317). Lisboa: Athena.

MINUHA. (2013). *1º Conselho Consultivo Alargado do Misterio do Urbanismo e Habitação- Urbanizar para melhor habitar*. Waco-Kungo, kwanza Sul.: MINUHA.

MINUHA. (Março de 2015). *Ministério do Urbanismo e Habitação*. Obtido de <http://www.minuha.gov.ao/>

Moassab, A. (15 de Fevereiro de 2013). *Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/algumas-linhas-sobre-a-urbanizacao-colonial-em-angola>

Moassab, A. (18 de Outubro de 2013). *Globalização, neocolonização e urbanização em África*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-em-africa>

Moreira, I. (2000). Angola Agricultura, Recursos Naturais Desenvolvimento Rural- Volume I. Lisboa: ISA Press.

- Moreira, M.** (2007). *Requalificação Urbana - Alguns conceitos basicos* . Lisboa: CEFA (Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura), CIAUD (Centro de Invenstigação em Arquitectura, Urbanismo e Dsign).
- Museus, S. I.** (1931). *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos: Carta de Atenas (1931)*. Obtido em 01 de Agosto de 2015, de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>
- Nuttall, A. M.** (2004). Writing the World from an african Metropolis. In *Public Culture on Africa* (pp. 360-367). Joanesburgo : Public Culture.
- Pereira, L. N.** (2008). *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. São Paulo: FFLCH/USP: Produção Acadêmica Premiada.
- Raposo, I.** (2005). Nova Carta de Atenas 1998-2003.
- Raposo, I.** (2007). *Qualificação de bairro críticos I*. Obtido em 20 de Junho de 2015, de <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/iraposo/iraposo.html>
- Raposo, I.** (02 de Julho de 2011). *Notas em torno da África Urbana de David Adjaye*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/notas-em-torno-da-africa-urbana-de-david-adjaye>
- Redvers, L.** (2012). *Angola's trophy city a ghost twon*, *Mail and Guardian*.
- Roque, P. R.** (2001). *Aqui na Cidade nada sobra para ajudar*. Amsterdão: Development Workshop .
- Rossi, A.** (2001). *A arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmos.
- Salvador, C.** (14 de Novembro de 2010). *Falemos de House in Luanda*. Obtido em 02 de Julho de 2015, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/falemos-de-house-in-luanda>

- Salvador, C.** (30 de Maio de 2011). *Urban Africa – reflexões sobre cidades africanas*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/urban-africa-reflexoes-sobre-cidades-africanas>
- Secuma, A. J.** (2012). *Modelação do crescimento urbano da província de Luanda, Angola*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências de Informação Geográfica: Univesidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação. Lisboa.
- Silva, A. M.** (2011). *Requalificação Urbana- O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento: Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras. Coimbra.
- Tavares, A. F.** (2008). *Reabilitação Urbana - O caso dos pequenos centros históricos*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa.
- UN-Habitat.** (2014). *The Evolution of National Urban Policies: A Global Overview*. Nairobi: UN-Habitat .

Anexos

1. Sistema de Gestão Território Portugal/Angola

Sistema de Gestão Territorial Portugal /Angola

Incidência Territorial	Sistema de Planeamento em PORTUGAL			Sistema de Planeamento em ANGOLA		
	Central	Regional	Municipal	Central	Regional	Municipal
Nacional	PNPOT Programa Nacional da Política de ordenamento do Território			POOTN Principais Opções do Ordenamento do Território Nacional		
Regional /Provincial	PEOT POAP, POAAP, POOC, PCPA	PROT	PIOT	PSOT PEOT	PPOT PIPOT	PUOT PDM, PU, PP, Plano Especial de recuperação de áreas urbanas degradadas ou de ocupação ilegal
Local			PMOT PDM, PU, PP			PMOT PDMG, PDMP, PU, POR, POA, POADS

Lista de Abreviaturas PORTUGAL

PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PEOT- Planos Especiais de Ordenamento do Território
POAP- Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas
POAAP- Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
POOC- Planos de Ordenamento de Orla Costeira
POPA- Planos de Ordenamento do Parque Arqueológico
PROT- Planos Regionais de Ordenamento do Território
PIOT- Planos Intermunicipais de Ordenamento de Território
PMOT- Plano Municipal de Ordenamento do Território
PDM- Planos Diretores Municipais
PU- Planos de Urbanização
PP- Planos de Pormenor
PIMOT- Planos Intermunicipais de Ordenamento de Território

Lista de Abreviaturas ANGOLA

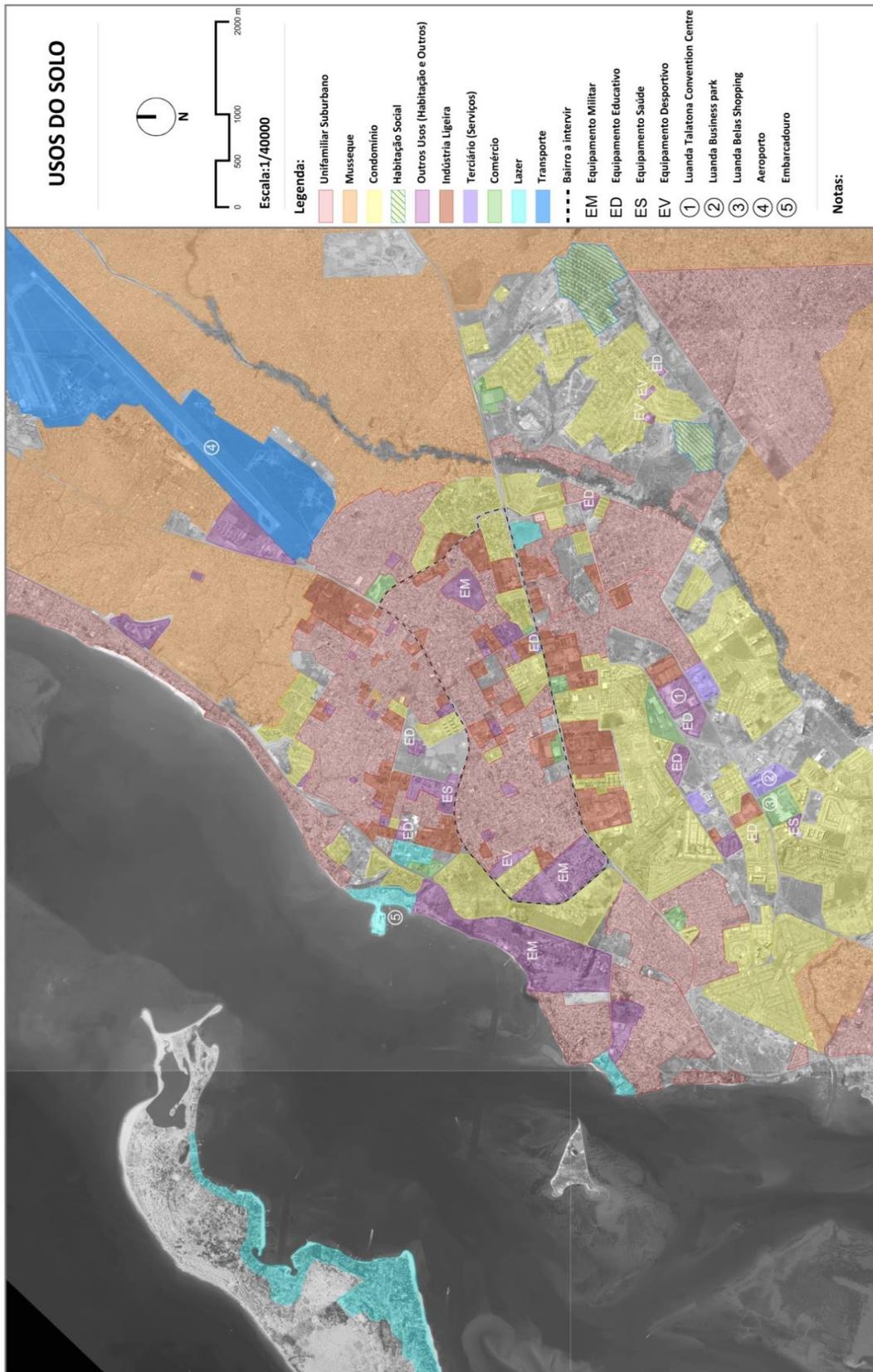
POOTN- Principais Opções do Ordenamento do Território Nacional
PSOT- Planos Sectoriais de Ordenamento do Território
PEOT- Planos Especiais de Ordenamento do Território
PIPOT- Planos Provinciais de Ordenamento do Território
PIPOT- Planos Interprovinciais de Ordenamento do Território
PUOT- Planos Urbanísticos de Ordenamento do Território
PDM- Planos Diretores Municipais
PU- Planos de Urbanização
PP- Planos de Pormenor
PMOT- Planos Municipais de Ordenamento do Território
PDMG- Plano Diretor Municipal Global
PDMP- Plano Diretor Municipal Parcial
POR- Planos de Ordenamento Rural
POA- Planos de Ordenamento Ambiental
POADS- Planos de Ordenamento de Áreas de Defesa e Segurança

Fonte: Autora

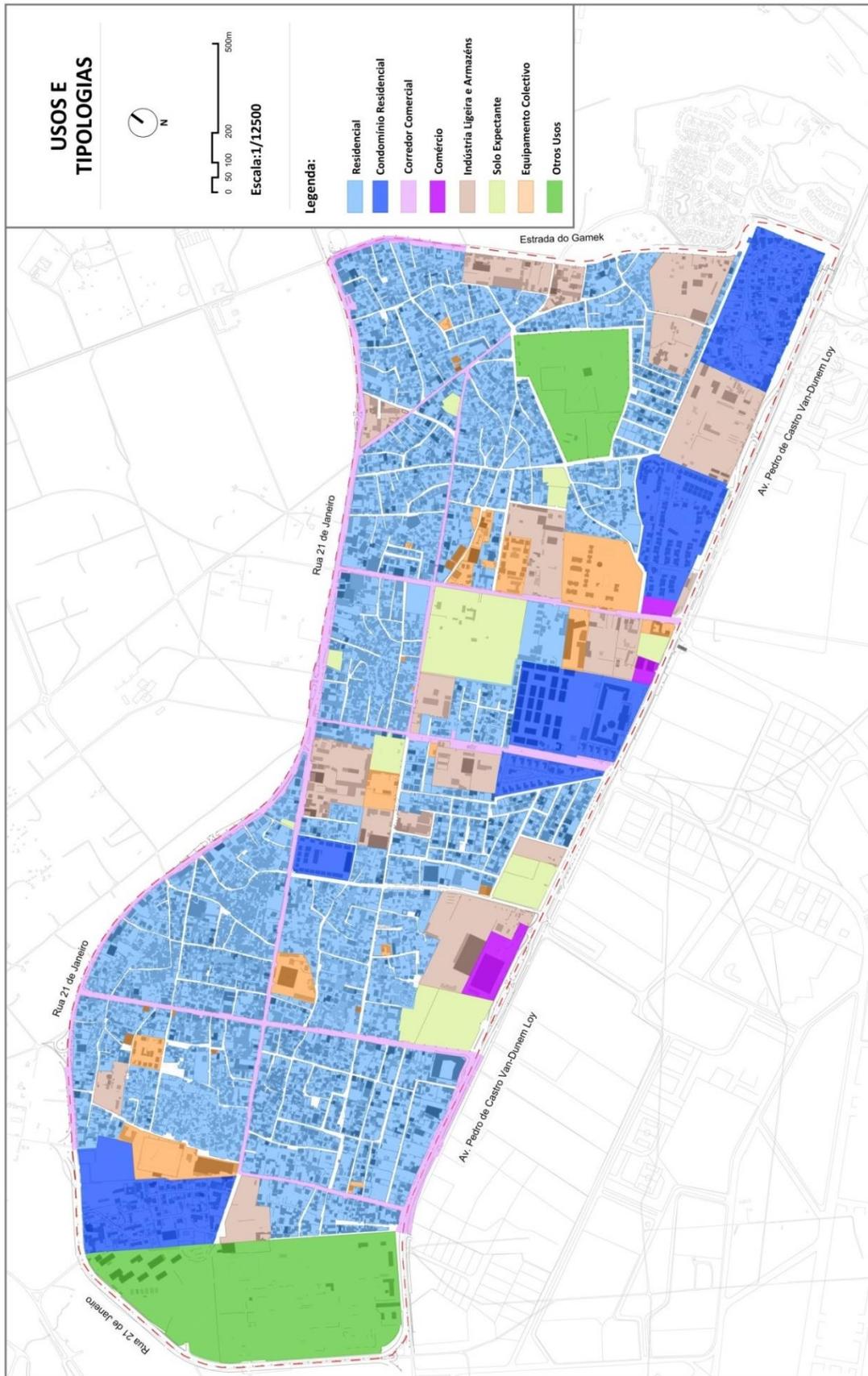
2. Cartas de Análise do Bairro Morro Bento II



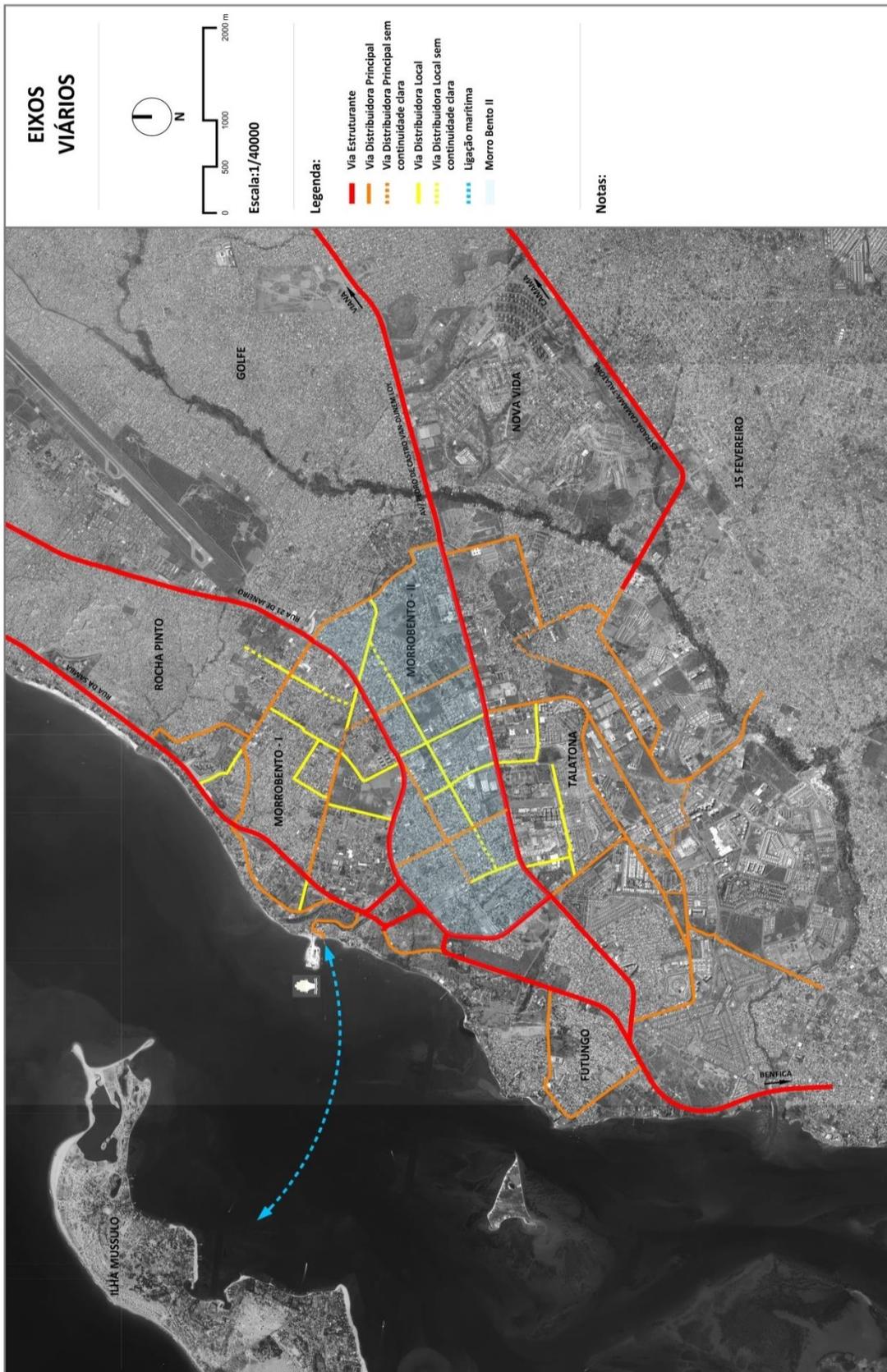
Anexo 2 - Carta de Planta Geral. Fonte: IDOM, (2012, p.22)



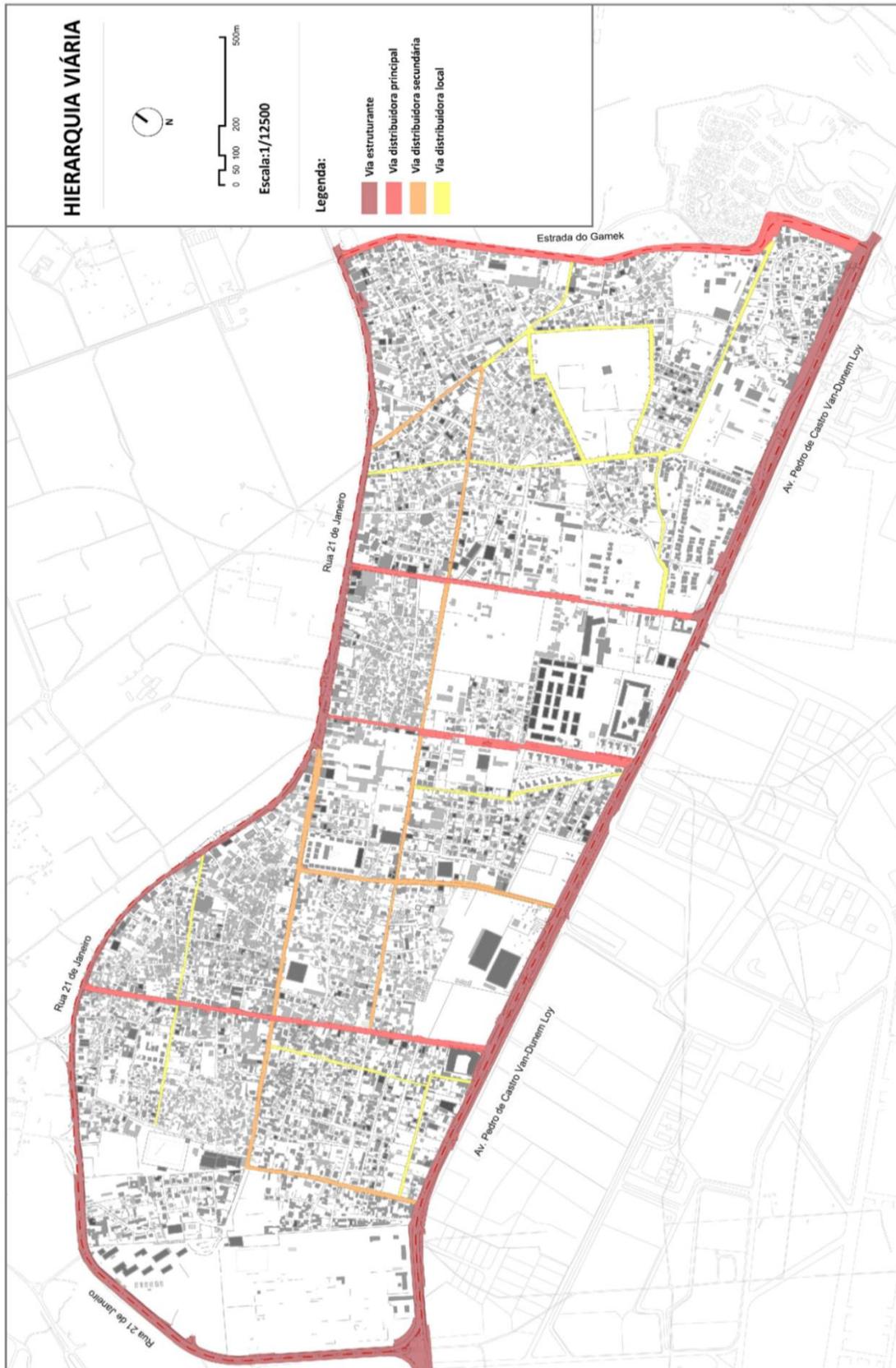
Anexo 3- Carta de Usos do Solo. Fonte: IDOM, (2012, p.15)



Anexo 4 - Carta de Usos e Tipologias. Fonte: IDOM, (2012, p.24)



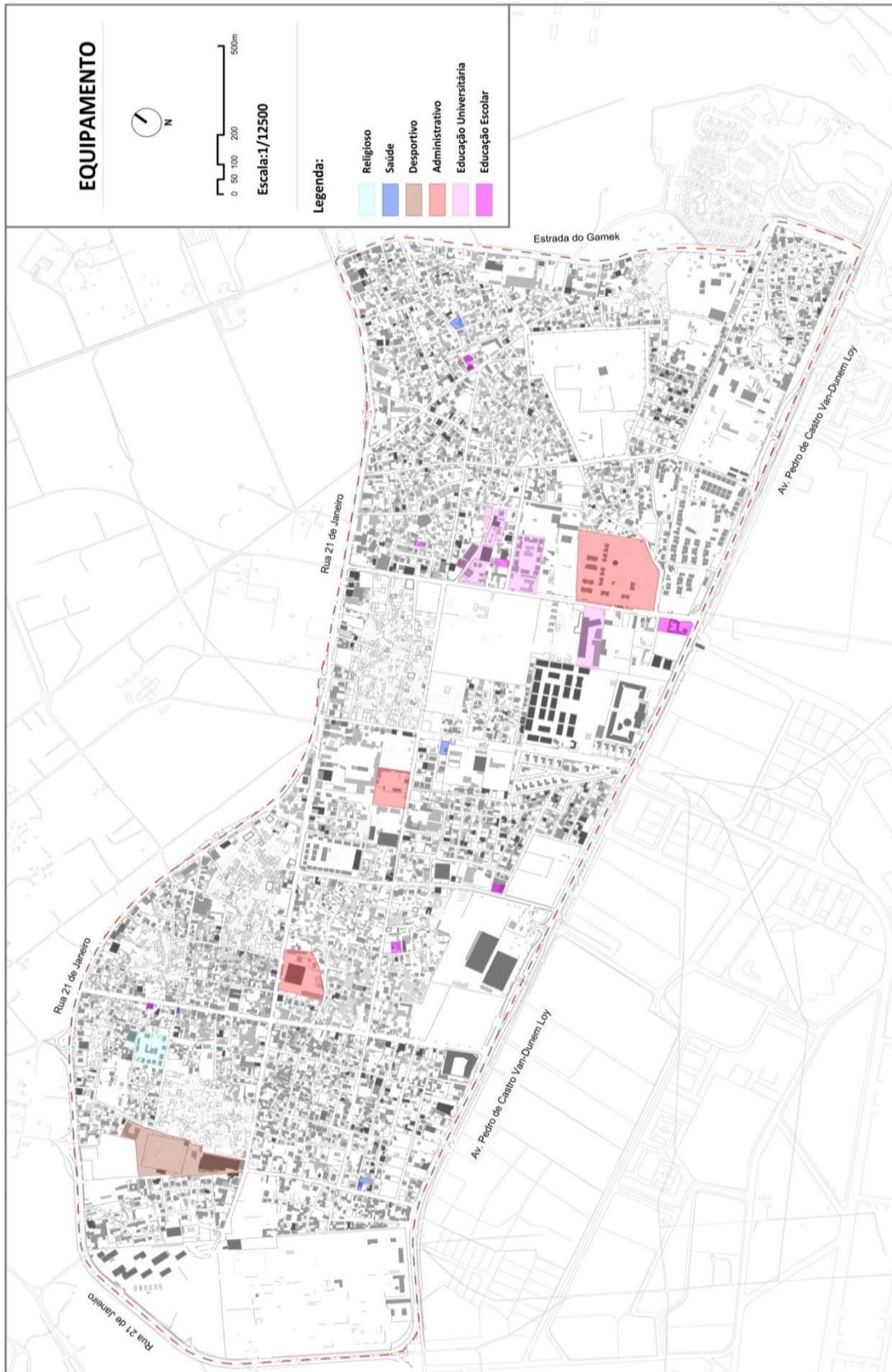
Anexo 5 - Carta de Eixos Viários. Fonte: IDOM, (2012, p.14)



Anexo 6- Carta de Hierarquia Viária. Fonte: IDOM, (2012, p.25)



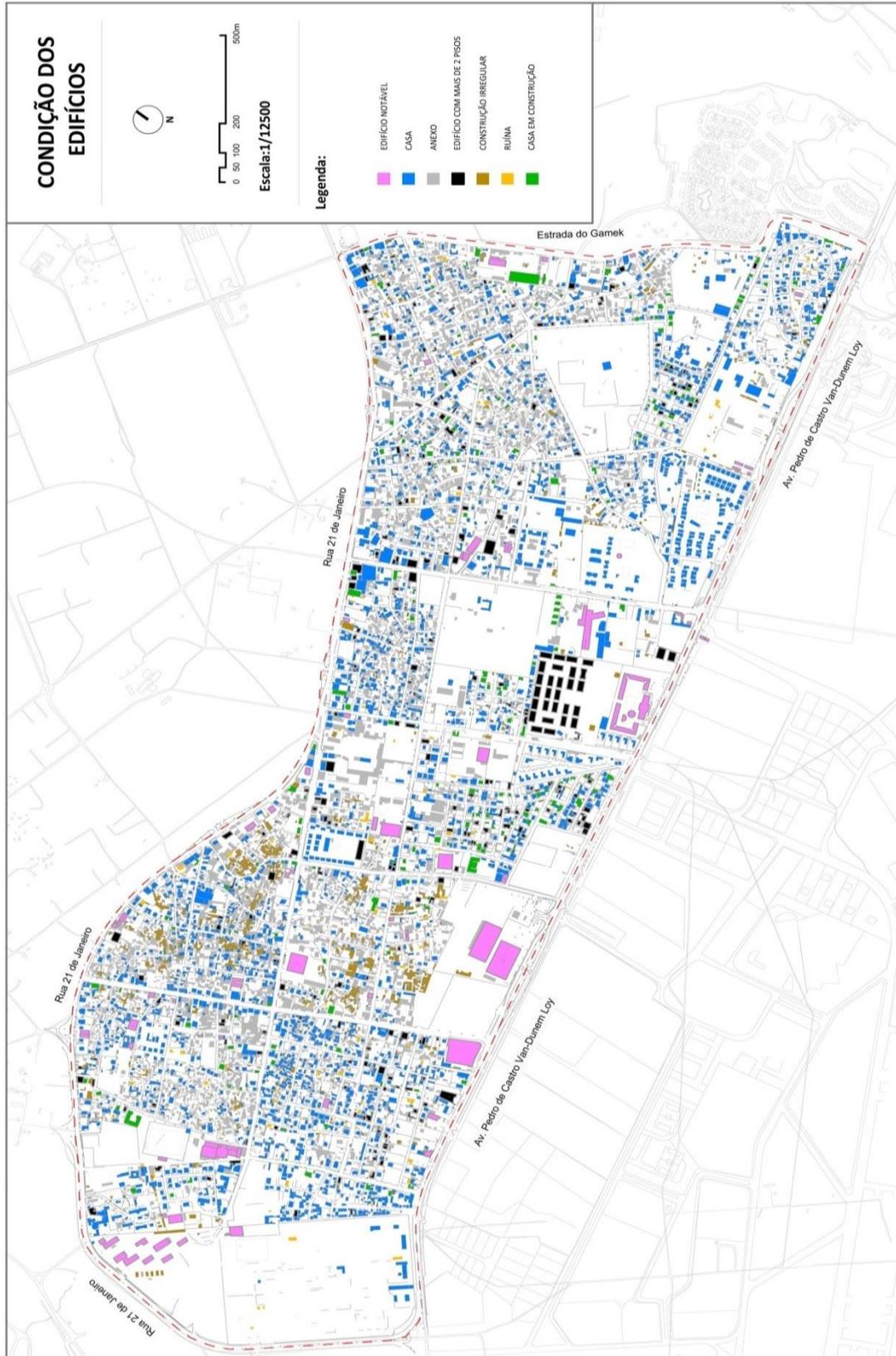
Anexo 7- Carta de Espaços Públicos. Fonte: IDOM, (2012, p.26)



Anexo 8 - Carta de Equipamentos Existentes. Fonte: IDOM, (2012, p.23)



Anexo 9 - Carta de Espaços Vazios e Arborização. Fonte: IDOM, (2012, p.27)

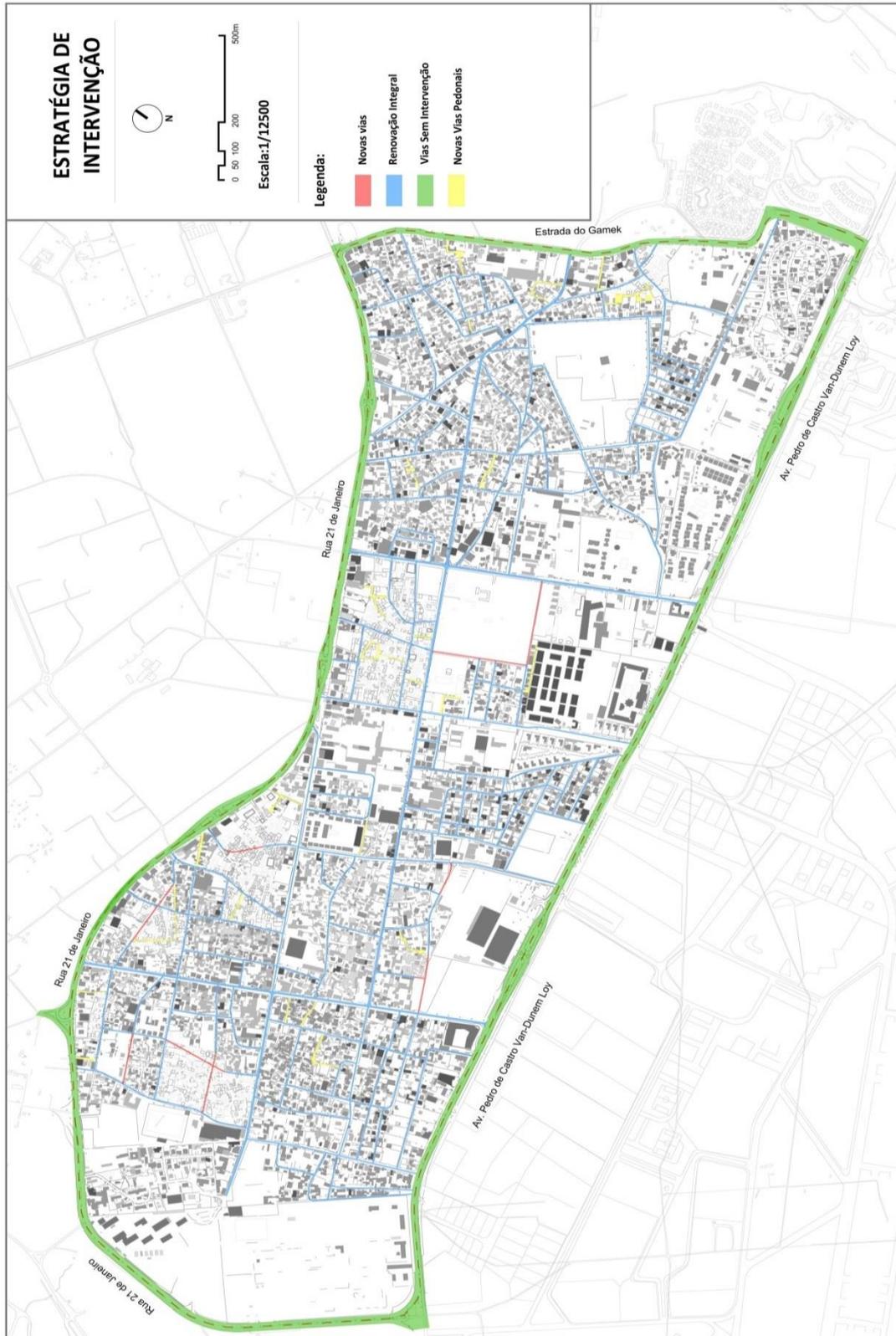


Anexo 10- Carta de Condição dos Edifícios. Fonte: IDOM, (2012, p.28)

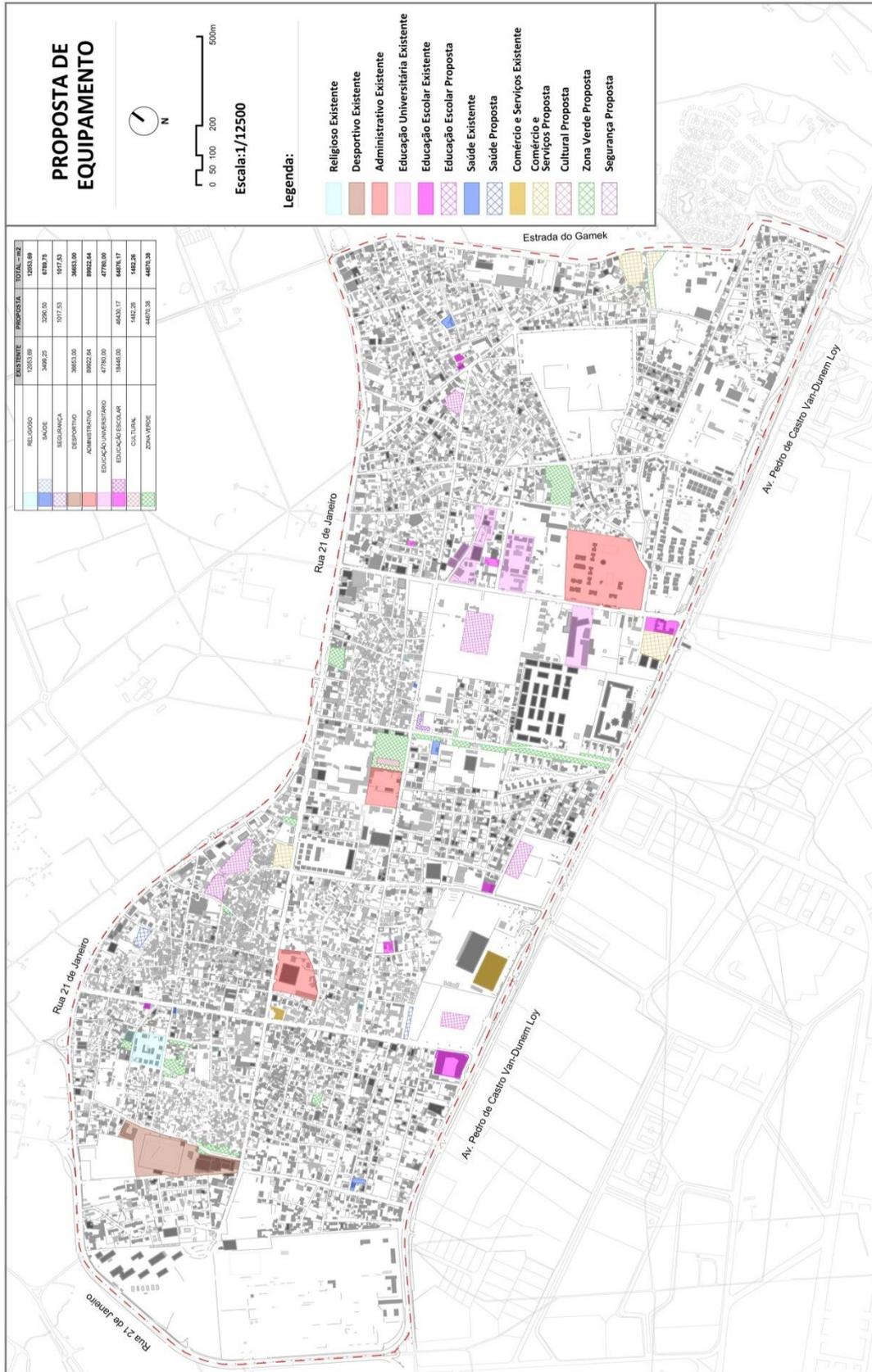


Anexos 11 - Carta de Diagnóstico. Fonte: IDOM, (2012, p.32)

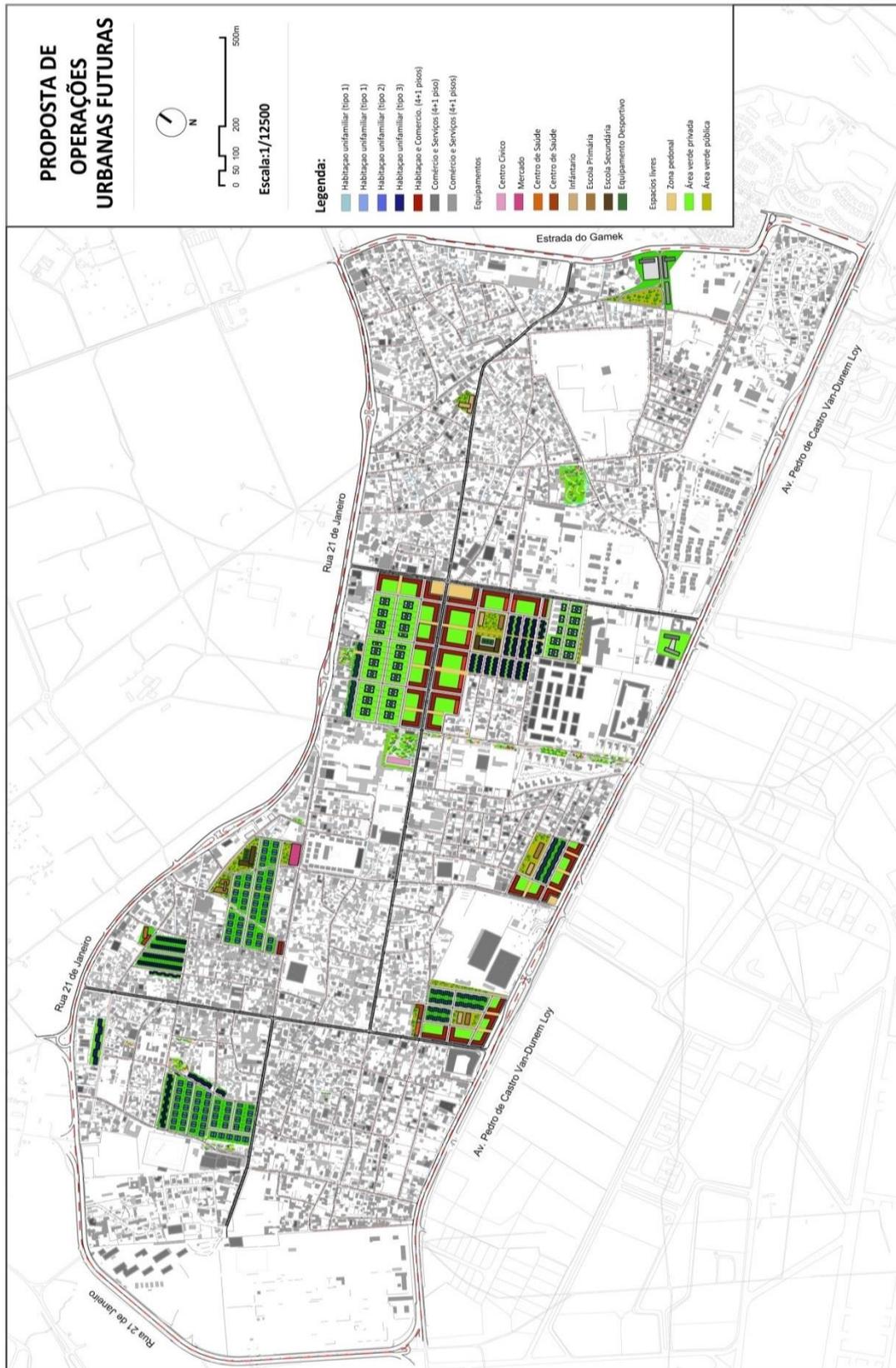
3. Cartas da Proposta de Requalificação para o Bairro Morro Bento II



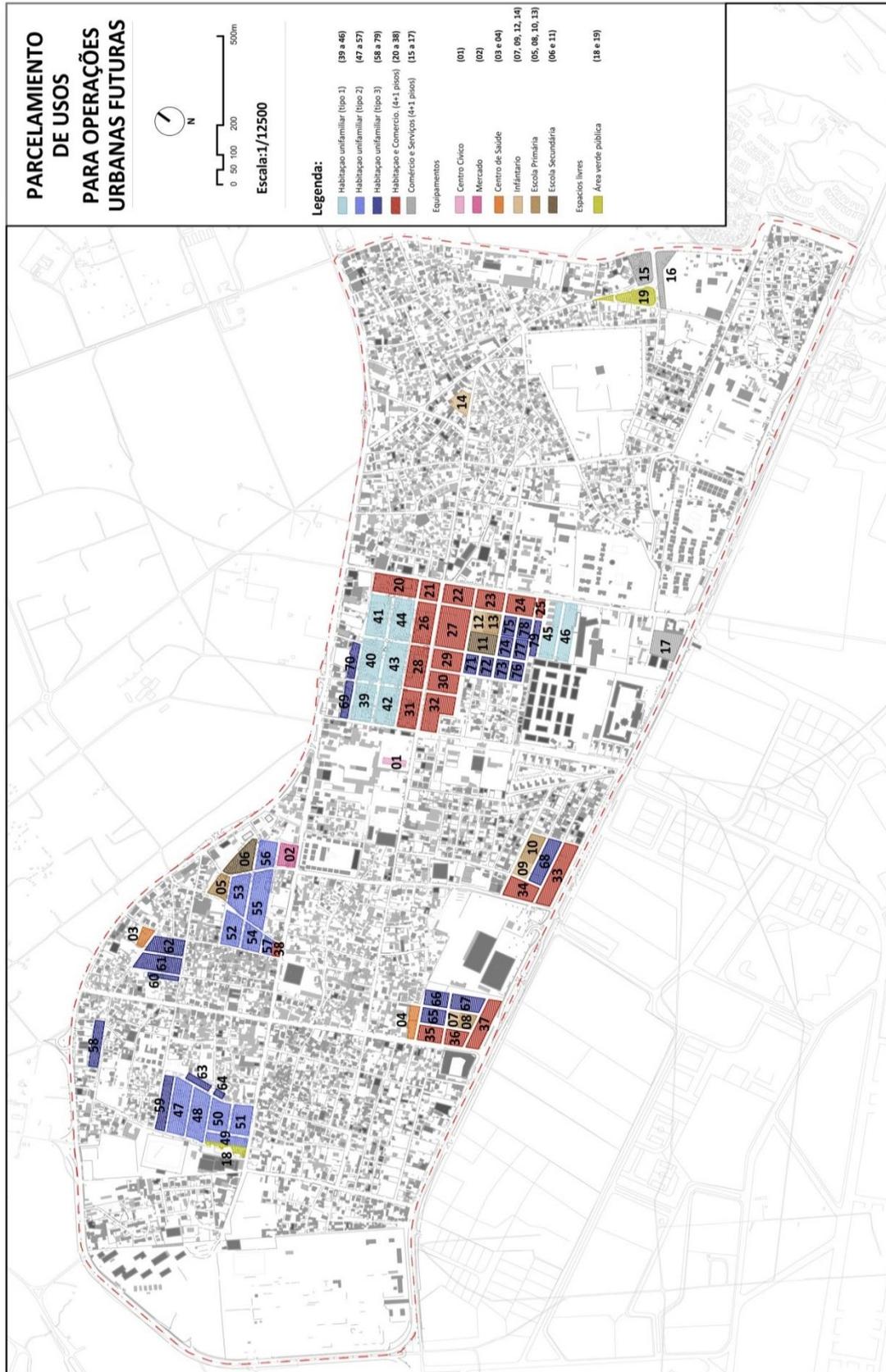
Anexo 12 - Carta de Estratégia de Intervenção. Fonte: IDOM, (2012, p.34)



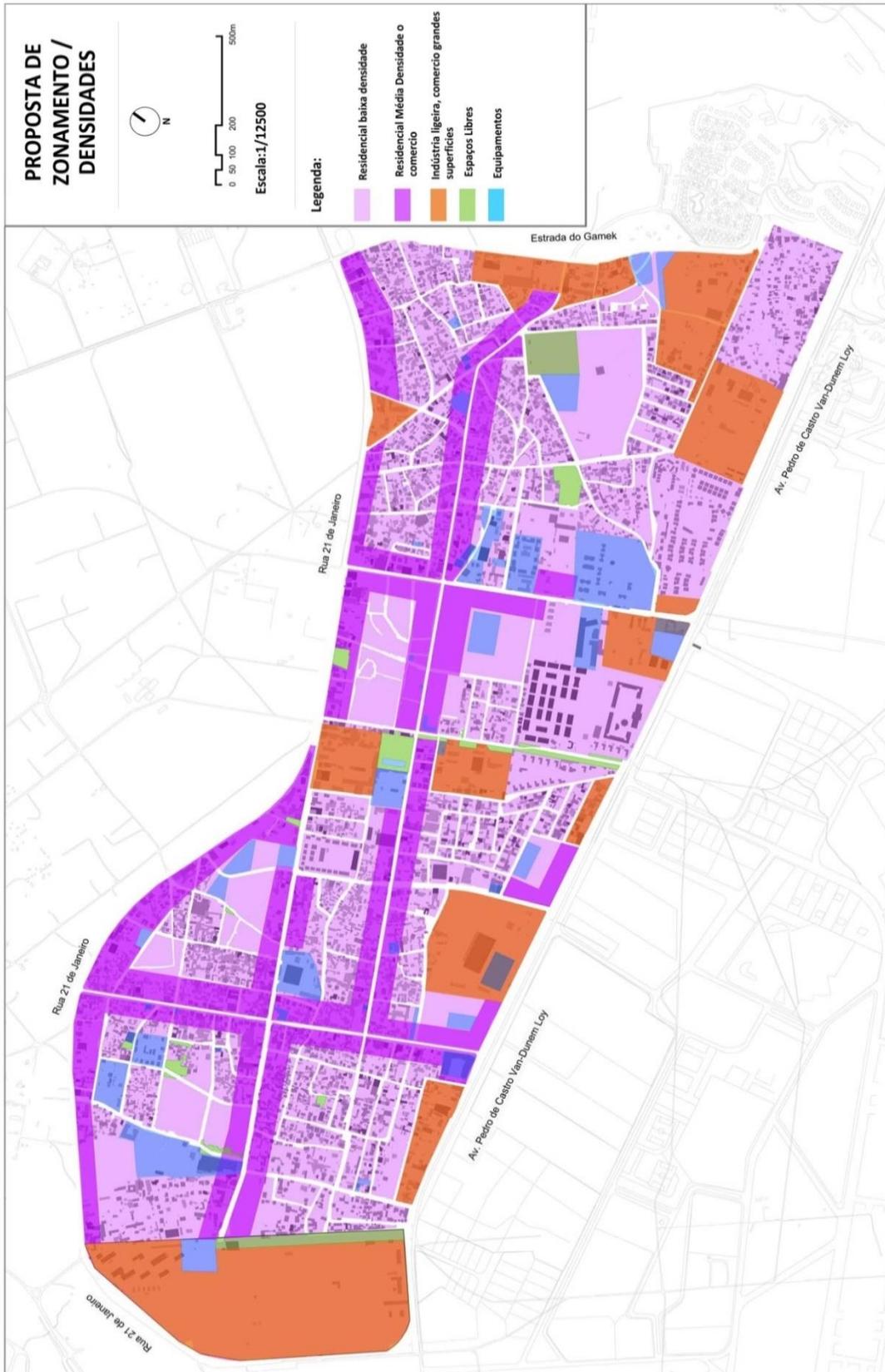
Anexo 13 - Carta de Proposta de Equipamento. Fonte: IDOM, (2012, p.38)



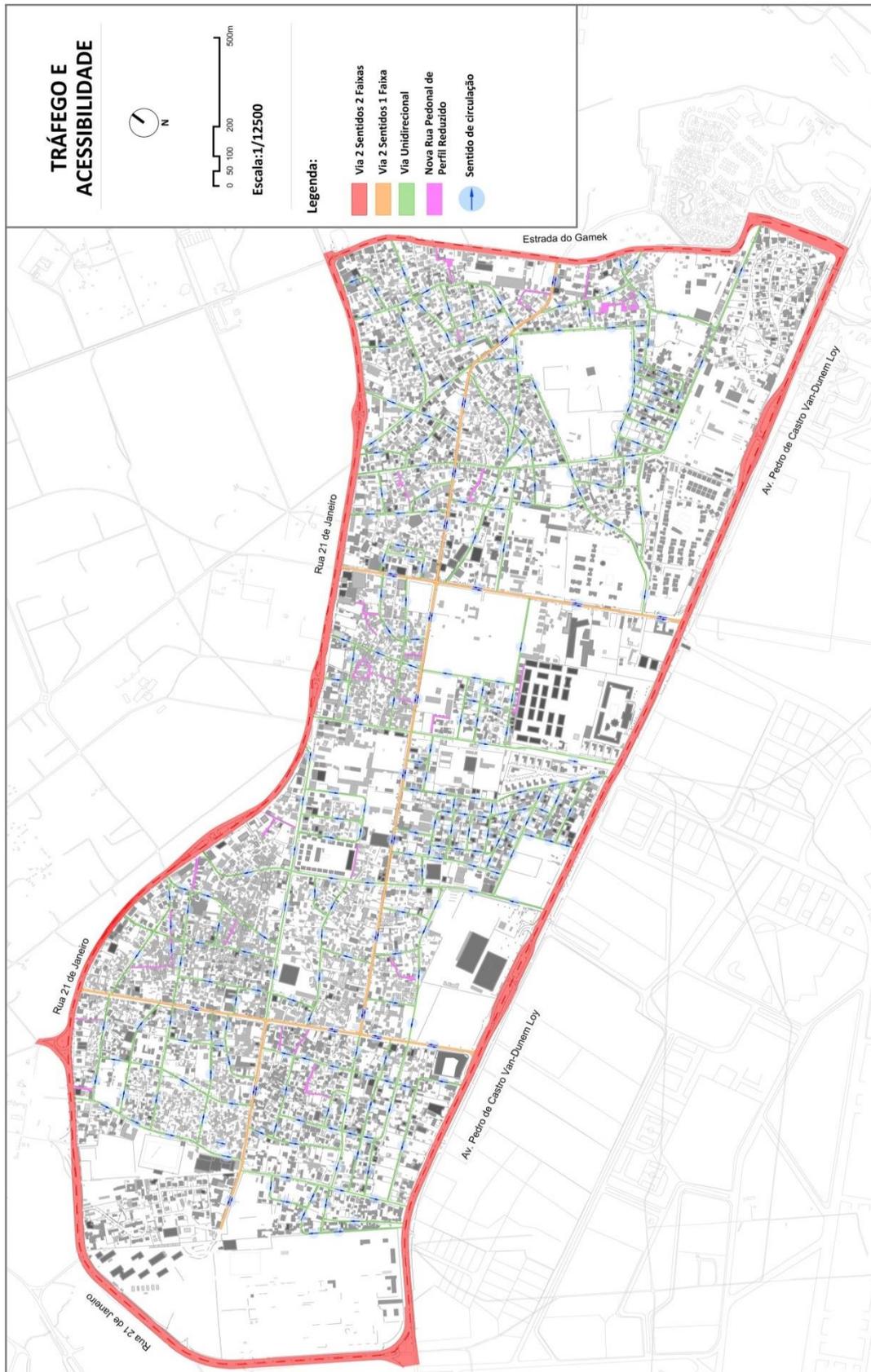
Anexo 14 - Carta de Proposta de operações urbanas futuras. Fonte: IDOM, (2012, p.41)



Anexo 15 - Carta de Parcelamento de usos para operações urbanas futuras. Fonte: IDOM, (2012, p.45)



Anexo 16 - Carta de Proposta de zonamento. Fonte: IDOM, (2012, p.48)



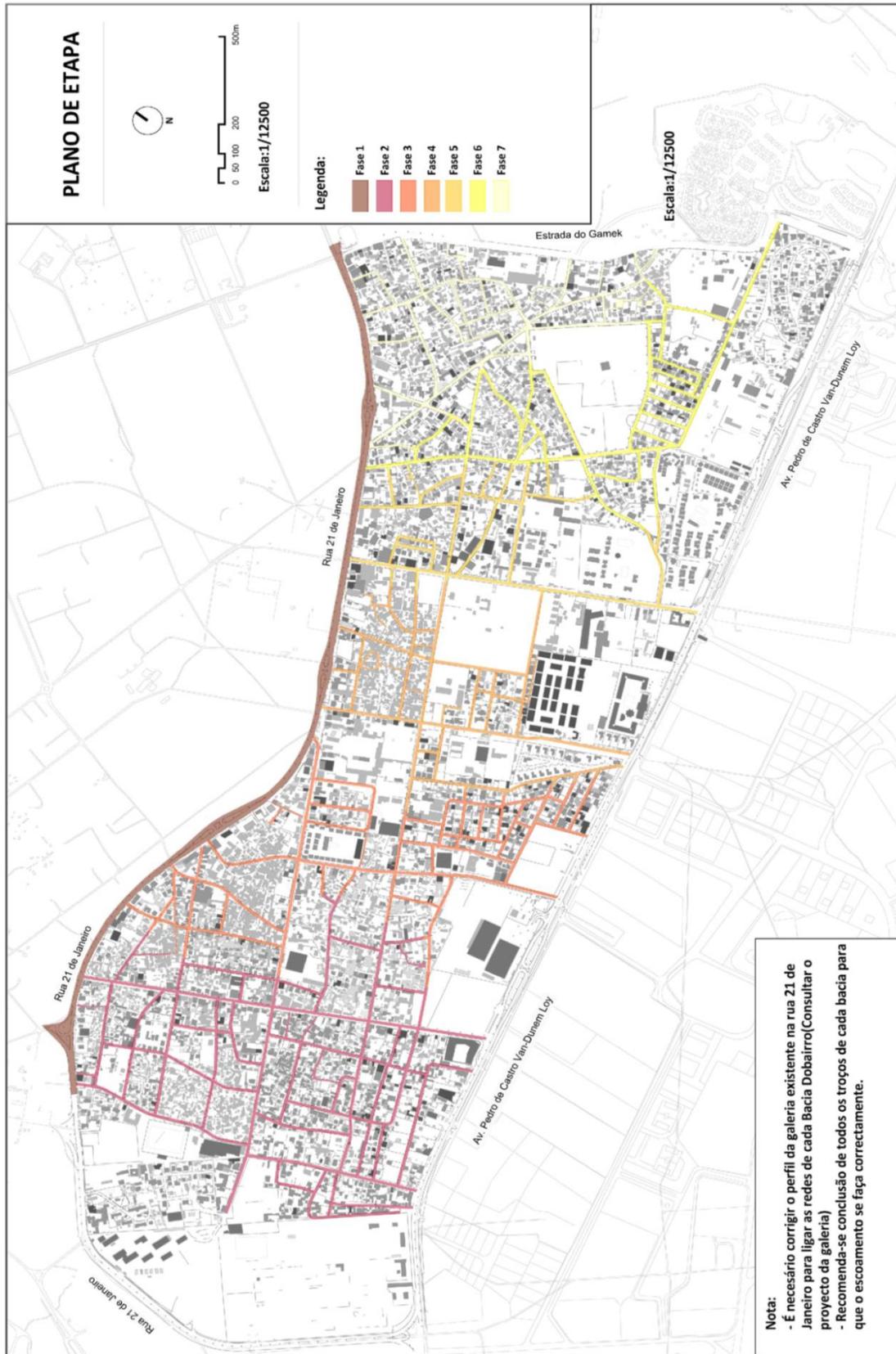
Anexo 17 - Carta de Tráfego e Acessibilidade. Fonte: IDOM, (2012, p.56)



Anexo 18- Carta de Proposta de espaços públicos. Fonte: IDOM, (2012, p.65)



Anexo 19- Carta de Demolição. Fonte: IDOM, (2012, p.85)



Anexo 20 - Carta de Plano de etapas. Fonte: IDOM, (2012, p.107)